



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

RELATÓRIO

Circunstanciado de Gestão

2020

Defensoria Pública do Estado do Maranhão

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR BIÊNIO 2020-2022

ALBERTO PESSOA BASTOS
Defensor Público Geral do Estado

GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES
Subdefensor Público Geral do Estado

IDELVÁLTER NUNES DA SILVA
Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado

CONSELHO SUPERIOR BIÊNIO 2020-2021

IDELVÁLTER NUNES DA SILVA – MEMBRO NATO

ALBERTO PESSOA BASTOS – MEMBRO NATO

GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES – MEMBRO NATO

ARTHUR MAGNUS DANTAS DE ARAUJO – MEMBRO ELEITO

DIEGO FERREIRA DE OLIVEIRA – MEMBRO ELEITO

FÁBIO SOUZA DE CARVALHO – MEMBRO ELEITO

JULIANA ACHILLES GUEDES – MEMBRO ELEITO

LUCIANA DOS SANTOS LIMA – MEMBRO ELEITO

MOEMA CAMPOS DE OLIVEIRA ZOCCATO – MEMBRO ELEITO

VANESSA LIRA BRASIL – MEMBRO ELEITO

GUSTAVO DE MELO LIMA – MEMBRO SUPLENTE

GUSTAVO LEITE FERREIRA – MEMBRO SUPLENTE

IAN BARBOSA NASCIMENTO – MEMBRO SUPLENTE

VITOR DE SOUSA LIMA – MEMBRO SUPLENTE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO	5
MISSÃO ORGANIZACIONAL	8
QUADRO DE PESSOAL.....	8
ORGANOGRAMA	9
RELAÇÃO DE ADMINISTRADORES.....	10
PLANO DE TRABALHO.....	11
INTERIORIZAÇÃO DA DEFENSORIA NO ESTADO.....	12
FINANÇAS E ORÇAMENTO	15
CONTROLE INTERNO.....	21
COMUNICAÇÃO	25
GESTÃO DA ATIVIDADE MEIO.....	27
GESTÃO ADMINISTRATIVA	29
LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE.....	35
MATERIAL E PATRIMÔNIO.....	52
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	57
PROGRAMA DE ESTÁGIO	60
OBRAS E REFORMAS.....	62
APOIO AOS NÚCLEOS	65
OUVIDORIA EXTERNA.....	69
ATENDIMENTO JURÍDICO GRATUITO	73
CENTRO INTEGRADO DE APOIO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA – CIAPVI.....	74
CENTRO INTEGRADO DE APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CIAPD.....	75
NÚCLEO PSICOSSOCIAL.....	76
ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL – NÚCLEO DE DIREITO HUMANOS.....	83
ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL – NÚCLEO REGIONAL DE IMPERATRIZ	85
ATENDIMENTO AO PÚBLICO - GERAL.....	87
MEDIDAS ADOTADAS PARA O RETORNO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL DO ÓRGÃO, SE EXCEDENTE, AO RESPECTIVO LIMITE, OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 23 DA LEI COMPLEMENTAR N° 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 (LRF).....	87
DILIGÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.....	87

APRESENTAÇÃO

O relatório circunstanciado de gestão relativo ao ano de 2020, apresenta uma síntese do conjunto de esforços empreendidos pela Administração Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, em prol dos cidadãos, principalmente os hipossuficientes e aqueles estão em situação de vulnerabilidade, de modo a concretizar o direito fundamental de acesso à Justiça e do processo de efetivação de direitos dos cidadãos, contribuindo, com presteza e eficiência, para a construção de um efetivo Estado Democrático de Direito.

Aqui estão elencadas ações que têm por objetivos, fundamentalmente, a busca pela excelência no atendimento à população, como efetivo instrumento de transformação social e combate das desigualdades; o fortalecimento e a ampliação presença institucional no Estado, de sorte que possa facilitar cada vez mais o acesso aos serviços oferecidos; o compromisso com a gestão pública, de maneira que a nossa atuação e projetos sejam mensurados e divulgados com a maior transparência ao nosso maior credor, a sociedade.

Desde já se destaca que todas as conquistas e avanços alcançados somente foram possíveis, por meio do trabalho incansável dos defensores públicos e servidores, que têm comprovado a importância da Defensoria Pública maranhense para a vida de inúmeras pessoas necessitadas, garantindo respeito aos seus direitos, nas mais diversas áreas de atuação.

Sabe-se que ainda há muito a fazer, mas é inegável que ao longo desses 20 anos de existência da Defensoria Pública no Maranhão, cada Gestão Superior, membro e servidor que passou, contribuiu e assumiu o compromisso em fazer o melhor. Assim é nosso dever e responsabilidade de continuar esse legado e já não basta sermos os melhores, temos que ser excelentes pois o povo do nosso Maranhão merece.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

A partir da Constituição Federal de 1988, a assistência jurídica passou a receber o tratamento de política social. Ao Estado compete prestar, através da Defensoria Pública, de maneira integral e gratuita, assistência jurídica aos que comprovarem insuficiência de recursos. Dentre os objetivos institucionais da Defensoria Pública está a redução das desigualdades sociais.

Em virtude das distorções estruturais do Estado brasileiro, as Defensorias Públicas têm ocupado papel fundamental na construção do processo democrático em nosso país. A compreensão do papel das Defensorias Públicas, na consolidação da democracia têm sido especialmente informadas pelas múltiplas variáveis do fenômeno da carência, que não mais se limita ao aspecto financeiro, compreendendo toda situação de vulnerabilidade social.

Ao Defensor Público incumbe “promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais (...)”. (LCF 80/94, art. 4º, XI).

Ao proporcionar acesso à Justiça a inúmeros cidadãos que não dispõem de recursos para contratar um advogado, as Defensorias Públicas revelam-se poderosos mecanismos de efetivação de direitos e garantias fundamentais. Através da utilização de formas alternativas de resolução de conflitos (mediação e conciliação), e de ações de natureza pedagógica voltadas à educação para a cidadania, exercem os Defensores Públicos papel de agentes políticos de transformação social. São objetivos da Defensoria Pública:

- I. A primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais;
- II. A afirmação do Estado Democrático de Direito;
- III. A prevalência e efetividade dos direitos humanos; e
- IV. A garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório (Lei Complementar Federal nº 80/94, art. 3º-A).

As estatísticas demonstram, ano a ano, uma demanda cada vez mais ascendente, proporcional ao nível de informações que a população dispõe sobre os serviços oferecidos pela DPE.

Cada atuação desenvolvida guarda relação direta com as finalidades do órgão. À Instituição impôs-se, dentro do sistema de justiça, o desafio de fazer cumprir os compromissos sociais da República Federativa do Brasil.

Ao patrocinar a defesa pública de mulheres vítimas de violência, crianças, adolescentes, minorias sexuais, étnicas e raciais, a Instituição cumpre o seu papel de dar prevalência e efetividade aos direitos humanos. Ao garantir a proteção jurídica e social de cidadãos sem moradia, a Defensoria

Pública contribui para a consolidação do Estado Democrático de Direito, para a primazia da dignidade humana e para a redução das desigualdades sociais.

Ao promover a defesa técnica de cidadãos encarcerados e tantos outros grupos excluídos do processo social, a Defensoria garante a realização dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Além da tradicional atuação desenvolvida pelos Defensores Públicos nas Varas de Família e nas Varas Criminais, que correspondem a aproximadamente 80% (oitenta por cento) dos processos em tramitação, a Instituição vem apresentando também atuação destacada na prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa, na regularização de registros civis, em demandas de saúde, em conflitos fundiários e em questões cíveis em geral.

A partir de 2004, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45, as Defensorias Estaduais passam a gozar de autonomia funcional, administrativa e orçamentária, nos termos do §2º do art. 134 da Constituição Federal.

Outro avanço em 2014, foi a promulgação da Emenda Constitucional 80 que fixou prazo de oito anos para que a União, os Estados e o Distrito Federal dotem todas as comarcas de defensores públicos, atendendo prioritariamente as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

No Maranhão, mais precisamente em 2009, a Constituição Estadual foi alterada e passou a reproduzir a regra constitucional da autonomia, conferida pela Carta Federal. Em 2010, a Instituição foi contemplada, pela primeira vez, na LDO 2011, com índice orçamentário próprio para o pagamento de despesas de pessoal, nos termos assegurados pela lei de responsabilidade fiscal. Em 2011, o dispositivo legal foi reproduzido na LDO 2012, o mesmo ocorrendo nos anos seguintes.

Cabe relembrar que a Defensoria do Maranhão foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 19/94 e implementada somente no ano de 2001, com a nomeação de 40 (quarenta) Defensores Públicos de Carreira. Nos anos seguintes a Defensoria do Maranhão passou por um grave processo de sucateamento. O modelo público de assistência jurídica, a cargo da Instituição, não recebeu dos Governos a atenção devida. O resultado foi a gradativa evasão de Defensores Públicos para outras carreiras jurídicas mais estruturadas. Até 2009, o número de Defensores praticamente não se alterou, desde a nomeação dos primeiros membros da Carreira, ocorrido em 2001. Em 2009, após a realização de 03 concursos públicos (2000, 2003 e 2008), a Instituição contava com somente 44 (quarenta e quatro) defensores.

Dados oficiais do Ministério da Justiça, em 2009, apontavam o Maranhão com a pior cobertura territorial dos serviços da Defensoria Pública. Eram atendidas apenas 2,76% (dois vírgula setenta e seis por cento) das Comarcas.

O Maranhão também possuía a pior relação Defensor/habitante, na proporção de 1 (um) para 104 (cento e quatro) mil. (Fonte: III Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, 2009, Ministério da Justiça).

O ainda reduzido número de membros não impediu a Defensoria de cumprir seus objetivos institucionais. O programa de atuação desenvolvido pelo órgão volta-se à promoção do acesso à justiça, considerado um direito fundamental e uma ferramenta poderosa no sentido de combater a pobreza, prevenir conflitos e fortalecer a democracia.

Fruto do crescimento institucional ocorrido nos últimos anos, a Defensoria do Maranhão investiu na política de interiorização. Até 2010, após nove anos de existência da Defensoria no Maranhão, atendia apenas 06 (seis) das 112 (cento e doze) comarcas existentes a época, o que correspondia a somente 11 (onze) dos 217 municípios maranhenses. Atualmente, a Defensoria possui núcleos em 45 (quarenta e cinco)¹ das 132 comarcas criadas², atendendo, até 2020, a 95 (noventa e cinco) municípios.

Com relação ao quantitativo de Defensores Públicos no Estado, nos últimos dez anos, houve um aumento de 44 para 197 o número de profissionais. Conforme aduzido no III Diagnóstico Defensoria Pública no Brasil, lançado em 2015 pelo próprio Ministério da Justiça, a proporção era de 01 defensor para cada 104.978 habitantes, a pior do país à época. Os dados do IBGE acusam que a população estimada do Maranhão em 2020 foi de 7.114.598 pessoas³. Considerando o ano de 2019 em relação a 2020, a proporção de defensor por habitante caiu de 38.039 para 36.115 habitantes, porém ainda é considerada alta, pois o recomendado é que a essa seja de 01 profissional para 10 mil habitantes.

Ao longo de todo seu processo histórico, a Defensoria Pública conquistou autonomia administrativa, financeira e orçamentária e, acerca desse último, tem sido mais desafiador pelo cenário político-econômico do país e conseqüentemente do Estado, o que acabou por limitar algumas das nossas ações e impactou diretamente em alguns resultados, como demonstraremos adiante.

¹Núcleos já existentes: Açailândia, Alcântara, Arari, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Bom Jardim, Buriticupu, Carolina, Caxias, Cedral, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Cururupu, Esperantinópolis, Governador Nunes Freire, Humberto de Campos, Icatu, Imperatriz, Itapecuru Mirim, Lago da Pedra, Matões, Morros, Paço do Lumiar, Pastos Bons, Pedreiras, Penalva, Pinheiro, Presidente Dutra, Raposa, Rosário, Santa Helena, Santa Inês, Santa Quitéria do Maranhão, Santa Rita, São João dos Patos, São José de Ribamar, São Luís, Timon, Vargem Grande, Viana e Zé Doca.

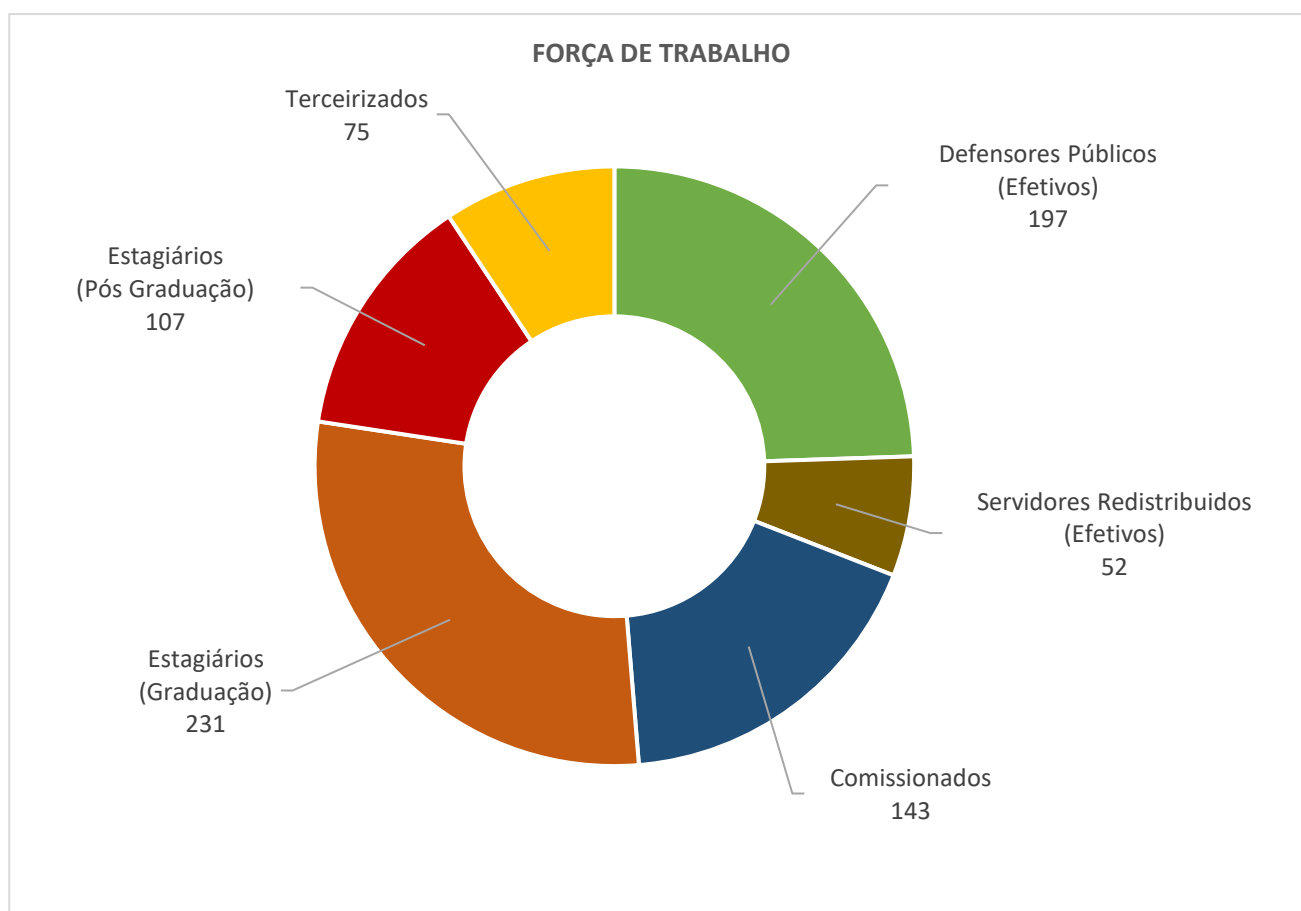
²Segundo informação do Tribunal de Justiça, atualmente o Estado do Maranhão possui 132 comarcas judiciais criadas e 109 instaladas.

³Portaria nº PR-254, de 25 de agosto de 2020, que trata das estimativas da população para Estados e Municípios, com data de referência em 1º de julho de 2020, publicada no "Diário Oficial da União", n. 165, 27 de agosto de 2020, seção 1, p. 71.

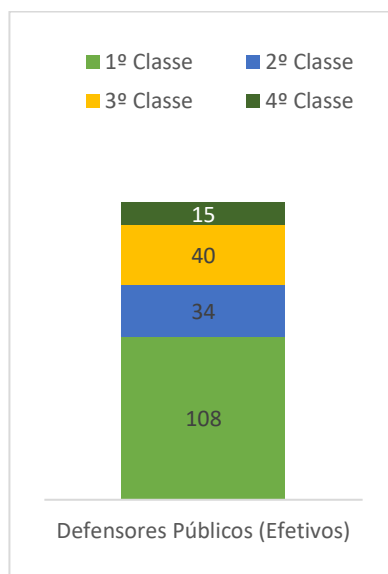
MISSÃO ORGANIZACIONAL

“Garantir assistência judicial e extrajudicial, integral e gratuita, judicial extrajudicial, a quem não puder contratar um advogado particular, prestando-lhe orientação e defesa em todos os graus e instâncias, de modo coletivo ou individual, priorizando o acordo voluntário dos conflitos de interesses entre as partes envolvidas no litígio. ”

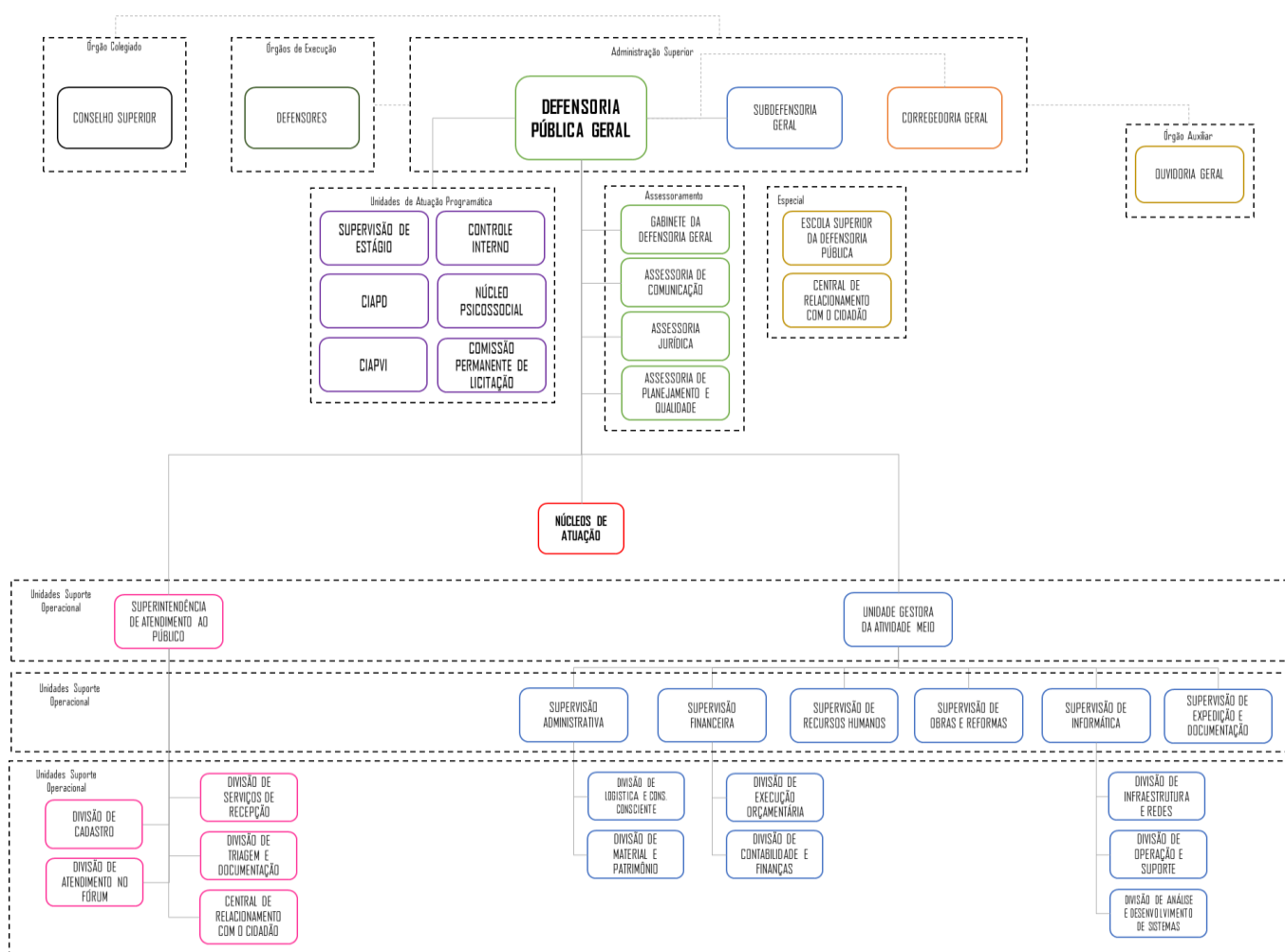
QUADRO DE PESSOAL



Total de força de trabalho em dezembro de 2020: 805 colaboradores.



ORGANOGRAMA





RELAÇÃO DE ADMINISTRADORES

ALBERTO PESSOA BASTOS

Cargo/ Função: Defensor Público-Geral do Estado

CPF n°. 099.288.187-03

R.G.: 130208101 IFP/RJ

Endereço Residencial: Av. Nina Rodrigues, nº 18

Ed. Frankfurt, apt.900 - Ponta D'Areia - São

Luís/MA - CEP: 65.077-300

Fones: (98) 3221-1343 ramal: 248

GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES

Cargo/ Função: Subdefensor Público Geral do Estado

CPF n°. 052.119.714-77

R.G.: 627959-1 SSP/PE

Endereço Residencial: Rua João Damasceno nº 02,

Condomínio Dellmare, apt. 801 - Ponta do Farol -

São Luís/MA - CEP: 65.077-630

Fones: (98) 3221-1343 ramal: 250

PLANO DE TRABALHO



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas (ASPLAN)

PLANO DE TRABALHO

ÓRGÃO: (08000) - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: (08101) - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO					
PROGRAMA: (0341) - GESTÃO DE POLÍTICA DE DEFESA DO CIDADÃO					
COD	AÇÃO	COD	FUNÇÃO	COD	SUBFUNÇÃO
3223	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE DEFENSORIA PÚBLICA	3	Essencial a Justiça	92	Representação Judicial e Extrajudicial
2656	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	3	Essencial a Justiça	92	Representação Judicial e Extrajudicial
PROGRAMA: (0411) - APOIO ADMINISTRATIVO					
COD	AÇÃO	COD	FUNÇÃO	COD	SUBFUNÇÃO
0901	CONTRIBUIÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA	3	Essencial a Justiça	271	Previdência Básica
0900	CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	3	Essencial a Justiça	272	Previdência do Regime Estatutário
0963	CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS	3	Essencial a Justiça	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial

INTERIORIZAÇÃO DA DEFENSORIA NO ESTADO

COMARCAS E TERMOS EM 2020 – LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA

Ord.	Comarca	Termos	Quant. de Defensores	Quant. de Varas	População residente (Fonte: IPEA/2013)	População com até 3 salários mínimos (Fonte: IPEA/2013)
1	Açailândia	Cidelândia São Francisco do Brejão	4	6	127.989	96.683
2	Alcântara	-	1	1	21.851	17.217
3	Arari	-	1	1	28.488	22.315
4	Bacabal	Bom Lugar Conceição do Lago-Açu Lago Verde	4	5	144.680	110.940
5	Balsas	Fortaleza dos Nogueiras Nova Colinas	4	4	100.059	73.962
6	Barra do Corda	Fernando Falcão Jenipapo dos Vieiras	2	2	107.511	82.254
7	Bom Jardim	São João do Carú	1	1	51.358	38.629
8	Buriticupu	Bom Jesus da Selvas	1	2	93.696	69.621
9	Carolina	-	1	1	23.959	18.560
10	Caxias	Aldeias Altas São João do Sóter	6	6	196.319	151.506
11	Cedral	Porto Rico do Maranhão	1	1	16.327	12.966
12	Chapadinha	Mata Roma	2	2	88.500	67.298
13	Codó	-	3	4	118.038	90.916
14	Coelho Neto	Afonso Cunha Duque Bacelar	2	2	63.304	48.163
15	Colinas	Jatobá	1	1	47.658	36.650



16	Coroatá	Peritoró	2	2	82.926	64.148
17	Cururupu	Serrano do Maranhão	1	1	43.592	34.000
18	Esperantinópolis	São Raimundo do Doca Bezerra	1	1	30.499	23.884
19	Governador Nunes Freire	Centro do Guilherme Maranhãozinho	1	1	52.031	39.674
20	Humberto de Campos	Primeira Cruz Santo Amaro do Maranhão	1	1	53.963	39.758
21	Icatu	Axixá	1	1	36.552	28.170
22	Imperatriz	Davinópolis Governador Edison Lobão Vila Nova dos Martírios	15	13	287.237	217.655
23	Itapecuru-Mirim	Miranda do Norte	3	3	86.537	78.661
24	Lago da Pedra	Lago do Junco Lago dos Rodrigues Lagoa Grande do Maranhão	2	2	75.123	58.338
25	Matões	-	1	1	31.015	23.445
26	Morros	Cachoeira Grande Presidente Juscelino	1	1	37.770	28.281
27	Paço do Lumiar	-	3	3	105.121	81.841
28	Pastos Bons	Nova Iorque	1	1	28.126	22.189
29	Pedreiras	Lima Campos Trizidela do Vale	3	4	75.820	59.791
30	Penalva	-	1	1	34.267	26.133
31	Pinheiro	Pedro do Rosário Presidente Sarney	2	3	118.059	91.287
32	Presidente Dutra	-	2	2	44.731	35.021
33	Raposa	-	1	1	26.327	20.491

34	Rosário	Bacabeira	2	2	54.501	42.284
35	Santa Helena	Turilândia	1	1	61.956	47.225
36	Santa Inês	Bela Vista do Maranhão	4	4	89.331	68.471
37	Santa Quitéria do Maranhão	Milagres do Maranhão	1	1	37.309	28.169
38	Santa Rita	-	1	1	32.366	25.361
39	São João dos Patos	Sucupira do Riachão	1	1	29.541	23.341
40	São José de Ribamar	-	5	6	163.045	126.384
41	São Luís	-	91	56	1.014.837	758.243
42	Timon	-	10	8	155.460	121.606
43	Vargem Grande	Nina Rodrigues Presidente Vargas	1	2	72.593	55.005
44	Viana	Cajari	2	2	67.834	51.800
45	Zé Doca	Araguanã Governador Newton Bello	2	2	76.067	58.621
	45 comarcas	50 termos	197	167	4.334.273	3.316.957
95 municípios						

Presente em apenas 41,28% das 109 comarcas em funcionamento, porém, visando aumentar rapidamente sua cobertura territorial, a Defensoria Pública do Estado do Maranhão elaborou projeto de implantação de Núcleos Ecológicos em Contêineres (Econúcleos), com o uso de energia proveniente de placas solares. A iniciativa pioneira e inovadora é sustentada em três pilares: economicidade, sustentabilidade e responsabilidade social.

Seu caráter econômico perpassa o fato de que sua construção, além de representar um custo 60% menor do que uma obra de alvenaria tradicional tem: menor tempo de construção - 90 dias;

autossuficiência em energia elétrica; mobiliário 68% mais barato e execução da obra por internos do sistema penitenciário.

A sustentabilidade é contemplada por meio do reuso de contêineres. Além disso, na parte externa, 90% do solo permanece permeável, pois a pavimentação é de grama e britas, o que facilita a absorção e o escoamento pluvial (No Maranhão chove 6 meses no ano). A iniciativa permite ainda a redução de 60% do volume de resíduos gerados pela construção, além da utilização de energia limpa e renovável com o uso das placas solares

O caráter social permeia a execução do projeto desde a construção do núcleo, considerando a produção dos móveis e a mão de obra por internos do sistema penitenciário. Ao término, com a entrega do Núcleo à sociedade, tem-se a implantação de um forte instrumento de acesso a direitos às pessoas pobres e em situação de vulnerabilidade nas cidades fortemente marcadas pela desigualdade, baixo IDH, desrespeito aos direitos básicos, como saúde, moradia, educação, saneamento básico e outras políticas públicas essenciais à efetivação da cidadania.

Importante ressaltar que os Econúcleos foram adotados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública como modelo para a liberação de recursos via emenda parlamentar em 2021. Por fim, cerca de 523 mil pessoas já foram impactadas com a instalação dos 06 (seis) Econúcleos no Estado (Itaqui-Bacanga, Penalva, Morros, São João dos Patos, Colinas e Cururupu). A instituição em trabalha intensamente para implantar mais 16 unidades em 2021⁴, o que beneficiará cerca de 1.200.000 cidadãs e cidadãos maranhenses.

Ainda, por essa iniciativa, a Defensoria Pública foi premiada pelo Ministério do Meio Ambiente como a segunda melhor prática na categoria inovação na gestão pública, do 8º prêmio melhores práticas de sustentabilidade na administração pública - Prêmio A3p.

Sabe-se que ainda há muito por se fazer, várias são as necessidades e, somente com uma gestão comprometida, responsável em suas decisões, estratégica quanto as suas prioridades e focada na geração de valores para o cidadão e toda a sociedade, consegue-se avançar nos processos internos e melhorar continuamente os resultados.

FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Defensoria Pública vem buscando, sistematicamente, a expansão de suas atividades, para alcançar o maior número de Comarcas, com o fito de democratizar o acesso à justiça, direito

⁴ Fruto da conquista no Orçamento Participativo de 2019, onde a Defensoria Pública ganhou em 15 das 22 regiões de planejamento do Estado, o que proporcionou um ganho de 36 núcleos regionais logo dos 04 (quatro) anos do Plano Plurianual (2020-2023).

fundamental consagrado na Constituição Federal, bem como dar cumprimento ao comando disposto na Emenda Constitucional nº. 80/2014.

Entretanto, não se pode olvidar que o crescimento institucional deve ser acompanhado das respectivas fontes de custeio, que devem ser sustentáveis, a fim de permitir o avanço paulatino e evitar retrocessos.

Nesse sentido, foi apresentado à Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAN, uma proposta orçamentária que buscou englobar, como dito, preservação da estrutura atual, evitando prejuízos ao crescimento conquistado e sem perder de vista o necessário progresso e ampliação da assistência jurídica gratuita no Estado do Maranhão, por meio de órgão próprio, estabelecido pelo constituinte como função permanente e essencial a função jurisdicional: a Defensoria Pública.

O quadro a seguir traz um resumo da proposta de orçamento para o exercício de 2020 enviada à SEPLAN, manutenção da Defensoria Pública do Estado do Maranhão e a continuidade de seu processo de interiorização, contemplando **nomeação de 38 (trinta e oito) novos defensores públicos e a implantação de 37 (trinta e sete) novos Núcleos ecológicos no interior do Estado**, obedecendo os parâmetros definidos pela EC 80/14, porém com a situação da pandemia e, por conseguinte, o advento da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, mais precisamente o seu art. 8º, proibiu até 31 de dezembro de 2021, qualquer situação que resulte em aumento de despesa de pessoal.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020
08101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	DENOMINAÇÃO	CUSTEIO	CAPITAL	
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA	IMPLANTAÇÃO	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS (37)	R\$ 0,00	R\$ 19.760.000,00	
		SUBTOTAL			R\$ 0,00	R\$ 19.760.000,00
		(A) TOTAL CUSTEIO + CAPITAL			R\$ 19.760.000,00	
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	DENOMINAÇÃO	CUSTEIO	CAPITAL	
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	AUXALIMENTO	AUXILIO ALIMENTAÇÃO	R\$ 10.319.553,00	R\$ 0,00	
		AUXSAUDE	AUXILIO TRANSPORTE	R\$ 367.587,00	R\$ 0,00	
		AUXTRANSP	AUXILIO SAÚDE	R\$ 1.726.560,00	R\$ 0,00	
		MANUTENÇÃO	MANUTENÇÃO	R\$ 26.994.840,00	R\$ 4.000.000,00	
		CAPACITAR	CAPACITAÇÃO	R\$ 100.000,00	R\$ 30.000,00	
		COMUNICAR	COMUNICAÇÃO	R\$ 120.000,00	R\$ 150.000,00	
		PARCONV	PARCERIAS E CONVÊNIOS	R\$ 1.350.000,00	R\$ 0,00	
		PARCONV	PARCERIAS E CONVÊNIOS (CONTRAPARTIDA)	R\$ 25.000,00	R\$ 30.000,00	
SUBTOTAL			R\$ 40.978.540,00	R\$ 4.210.000,00		
(B) TOTAL CUSTEIO + CAPITAL			R\$ 45.188.540,00			
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	DENOMINAÇÃO	PESSOAL		
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	PESSOAL	DESPESA COM PESSOAL		R\$ 123.675.468,00	
		SUBTOTAL PESSOAL			R\$ 123.675.468,00	
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	DENOMINAÇÃO	ENCARGOS		
APOIO ADMINISTRATIVO	CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	FEPA	FUNDO DE PENSÃO E APOSENTADORIA		R\$ 15.037.593,00	
		FUNBEM	FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES		R\$ 223.327,00	
	CONTRIBUIÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDENCIA	PREVIDENCIA	PREVIDÊNCIA SOCIAL		R\$ 1.763.191,00	
		SUBTOTAL ENCARGOS			R\$ 17.024.111,00	
(C) TOTAL PESSOAL + ENCARGOS			R\$ 140.699.579,00			
RESUMO				TOTAIS		
CUSTEIO				R\$ 40.978.540,00		
CAPITAL				R\$ 23.970.000,00		
PESSOAL E ENCARGOS				R\$ 140.699.579,00		
TOTAL DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA				R\$ 205.648.119,00		

O próximo quadro é um resumo do orçamento aprovado pelo Executivo e a execução orçamentária no exercício de 2020

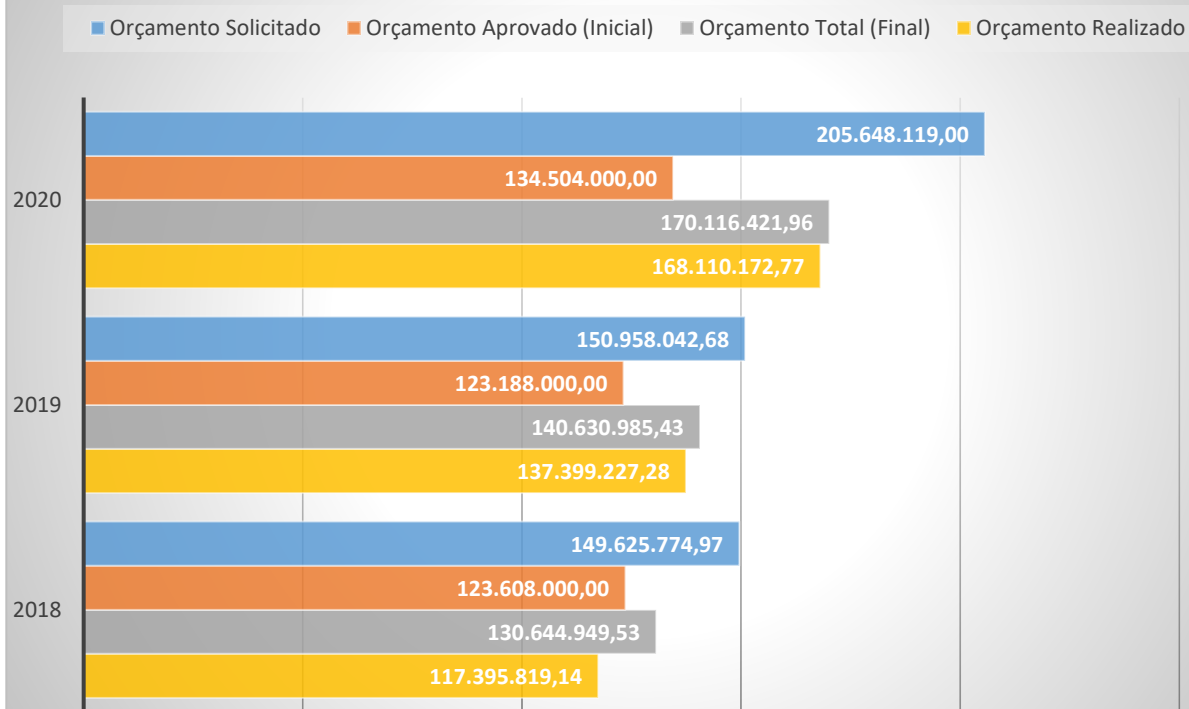


ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2020
08101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	DENOMINAÇÃO	CUSTEIO	CAPITAL
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA	IMPLANTAÇÃO	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS (9)	R\$ 0,00	R\$ 3.600.000,00
		SUBTOTAL		R\$ 0,00	R\$ 3.600.000,00
		(A) TOTAL CUSTEIO + CAPITAL		R\$ 3.600.000,00	
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	DENOMINAÇÃO	CUSTEIO	CAPITAL
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	AUXILIMENTO	AUXILIO ALIMENTAÇÃO	R\$ 8.971.163,00	R\$ 0,00
		AUXSAUDE	AUXILIO TRANSPORTE	R\$ 607.104,00	R\$ 0,00
		MANUTENÇÃO	MANUTENÇÃO	R\$ 12.448.733,00	R\$ 0,00
		CAPACITAR	CAPACITAÇÃO	R\$ 70.000,00	R\$ 0,00
		COMUNICAR	COMUNICAÇÃO	R\$ 70.000,00	R\$ 0,00
		PARCONV-F	PARCERIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS	R\$ 540.000,00	R\$ 0,00
		PARCONV-M	PARCERIAS E CONVÊNIOS MUNICIPAIS	R\$ 240.000,00	R\$ 0,00
		PARCONV	PARCERIAS E CONVÊNIOS (CONTRAPARTIDA)	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00
		SUBTOTAL		R\$ 22.987.000,00	R\$ 0,00
(B) TOTAL CUSTEIO + CAPITAL		R\$ 22.987.000,00			
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	DENOMINAÇÃO	PESSOAL	
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	PESSOAL	DESPESA COM PESSOAL	R\$ 94.859.475,00	
		SUBTOTAL PESSOAL		R\$ 94.859.475,00	
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	DENOMINAÇÃO	ENCARGOS	
APOIO ADMINISTRATIVO	CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	FEP A	FUNDO DE PENSÃO E APOSENTADORIA	R\$ 11.533.845,00	
		FUNBEM	FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES	R\$ 171.264,00	
	CONTRIBUIÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDENCIA	PREVIDENCIA	PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 1.352.416,00	
		SUBTOTAL ENCARGOS		R\$ 13.057.525,00	
(C) TOTAL PESSOAL + ENCARGOS		R\$ 107.917.000,00			
RESUMO				TOTAIS	
CUSTEIO				R\$ 22.987.000,00	
CAPITAL				R\$ 3.600.000,00	
PESSOAL E ENCARGOS				R\$ 107.917.000,00	
TOTAL ORÇAMENTO DE PUB PARA 2020				R\$ 134.504.000,00	

Os gráficos seguintes mostram a série histórica de evolução do orçamento e sua execução pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

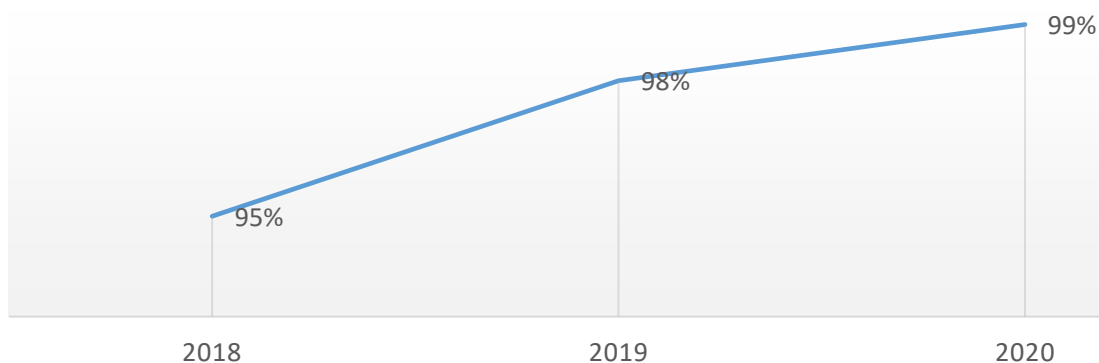
Orçamento DPE/MA - Série Histórica



Nota: O valor do Orçamento Aprovado em 2018 está considerando o financiamento do BNDES (R\$ 9.276.000,00)

Execução Orçamentária DPE/MA - Série Histórica

— Execução Orçamentária



CONTROLE INTERNO

Em 2020, dando continuidade ao trabalho de assessoramento, fiscalização e zelo pela obediência das formalidades legais, o Departamento de Controle Interno da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, apoiou as unidades administrativas da instituição, analisou e indicou providências com vistas a sanar quaisquer irregularidades e evitar ocorrências semelhantes, visando o cumprimento dos princípios legais e técnicos que regem a Administração Pública.

Resguardando a Administração Superior na tomada de decisões, emitindo manifestações sobre os mais variados objetos.

1.1 - No aspecto quantitativo, emitimos 1.253 (mil duzentos e cinquenta e três) manifestações durante o exercício de 2020, conforme podemos observar na tabela a seguir:

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Solicitação de Empenhos	137	1	2	8	148
Pagamento de Fornecedores	12	28	59	109	208
Prestação de Contas de Adiantamentos	0	1	21	14	36
Financeiro	0	0	9	6	15
Admissão Pessoal	0	0	14	2	16
Folha de Pagamento	2	2	4	3	11
Estagiários	101	35	121	178	435
Dispensa de Licitação	5	8	6	13	32
Inexigibilidade de Licitação	5	1	2	4	12
Tomada de Preços	0	3	1	1	5
Pregão	12	4	3	15	34
Pregão - ARP	6	1	12	10	29
Adesão a ARP	5	2	1	2	10
Leilão	1	0	0	0	1
Locação Imóvel	0	1	0	1	2
Celebração de Contrato - ARP DPE	17	6	4	8	35
Aditivo Contratual	27	14	13	32	86
Apostilamento	6	5	6	6	23
Processo Seletivo	1	0	1	0	2
Publicações DOE/SACOP	11	2	42	58	113
TOTAL	348	114	321	470	1.253

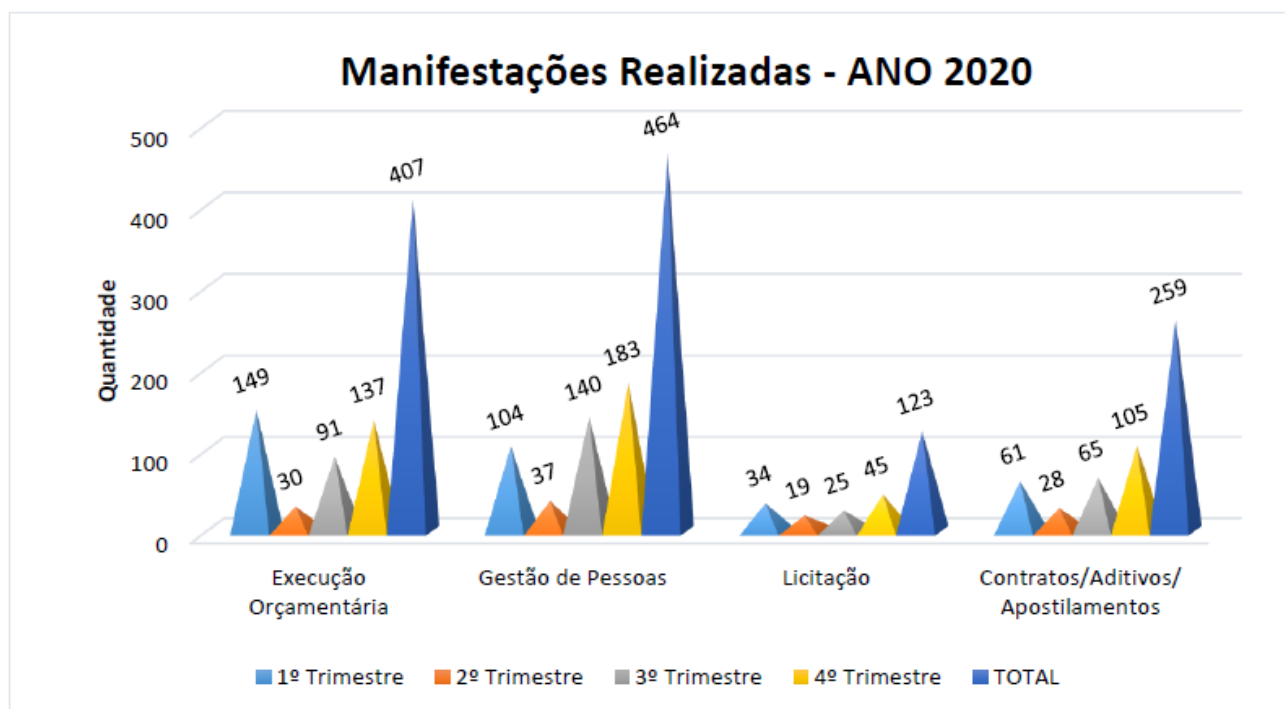
A tabela acima fornece uma ideia mais ampla a respeito das nossas manifestações ao longo do exercício de 2020.

1.2 - As quais podem ser distribuídas em grupos como Execução Orçamentária, Gestão de Pessoas, Licitação e Contratos, conforme tabela abaixo:

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Execução Orçamentária	149	30	91	137	407
Gestão de Pessoas	104	37	140	183	464
Licitação	34	19	25	45	123
Contratos/Aditivos/Apostilamento	61	28	65	105	259
TOTAL	348	114	321	470	1.253

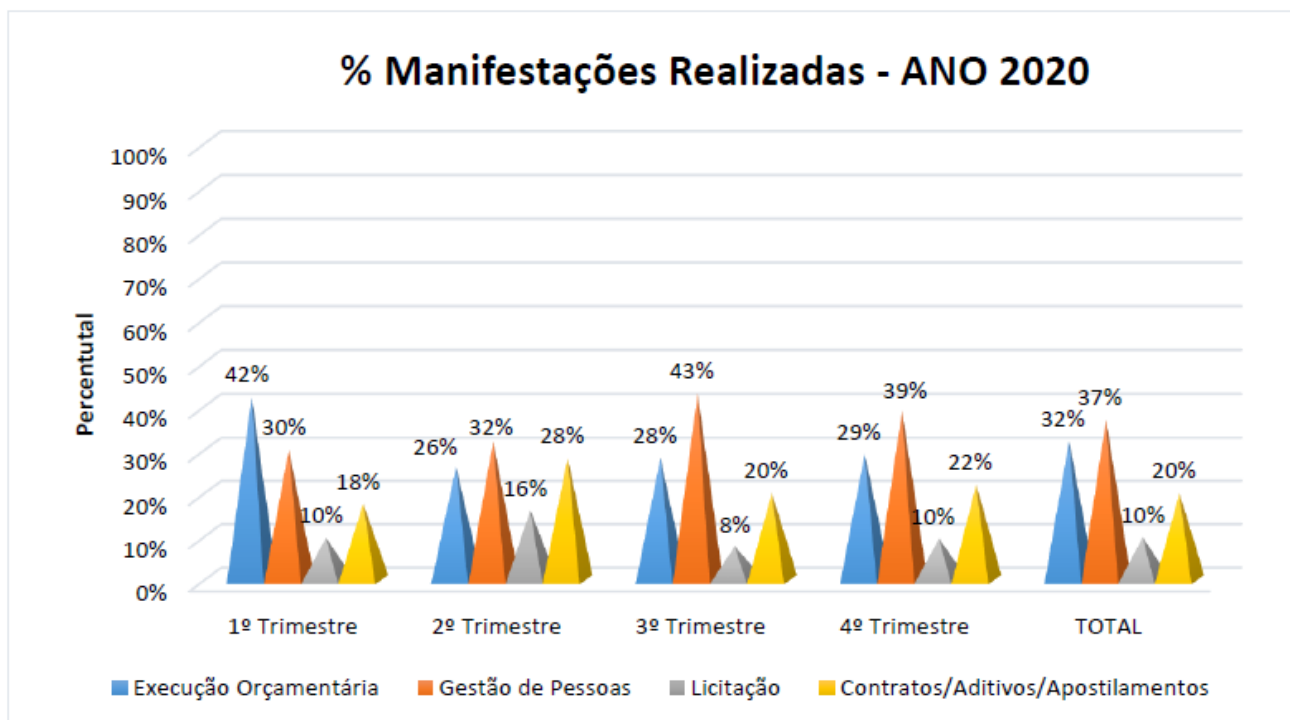
Os gráficos 01 e 02 representam os dados acima, de forma quantitativa e percentual, respectivamente:

Gráfico 01: Quantidade de Manifestações, discriminadas por grupo e divididos por trimestre relativo ao ano de 2020



Fonte: Departamento de Controle Interno

Gráfico 02: Percentual de Manifestações, discriminadas por grupo e divididos por trimestre relativo ao ano de 2020



Fonte: Departamento de Controle Interno

1.3 - Detalhando as manifestações cujo objeto foram processos administrativos, tivemos:

EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Solicitação de Empenhos	137	1	2	8	148
Pagamento de Fornecedores	12	28	59	109	208
Prestação de Contas de Adiantamento	0	1	21	14	36
Financeiro	0	0	9	6	15
TOTAL	149	30	91	137	407

GESTÃO DE PESSOAS

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Folha Pessoal	2	2	4	3	11
Admissão Pessoal	0	0	14	2	16

Estagiários	101	35	121	178	435
Processo Seletivo	1	0	1	0	2
TOTAL	104	37	140	183	464

LICITAÇÃO

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Dispensa de Licitação	5	8	6	13	32
Inexigibilidade de Licitação	5	1	2	4	12
Tomada de Preços	0	3	1	1	5
Pregão	12	4	3	15	34
Pregão - ARP	6	1	12	10	29
Adesão a ARP	5	2	1	2	10
Leilão	1	0	0	0	1
TOTAL	34	19	25	45	123

CONTRATOS, ADITIVOS E RESCISÃO

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Locação de Imóvel	0	1	0	1	2
Contratos ARP/DPE	17	6	4	8	35
Aditivo	27	14	13	32	86
Apostilamento	6	5	6	6	23
Publicações DOE/SACOP	11	2	42	58	113
TOTAL	61	28	65	105	259

2 - OUTRAS ATIVIDADES

2.1 - Além das atividades elencadas acima, coube a este Departamento:

- Elaboração do Relatório do Controle Interno relativo à Prestação de Contas da Defensoria Pública do Estado - exercício de 2019;
- Elaboração do Relatório do Controle Interno relativo à Prestação de Contas do Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do Estado - exercício de 2019;
- Elaboração, publicação no Diário Oficial do Estado e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado e à Secretaria do Tesouro Nacional (SICONF), dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), referentes ao 3º Quadrimestre de 2019, 1º Quadrimestre de 2020 e 2º Quadrimestre 2020, exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Acompanhamento de processo referente à economia orçamentária;

- Atualização e acompanhamento diário do Portal da Transparência da instituição; e
- Orientação aos diversos setores da instituição.

COMUNICAÇÃO

Em 2020, a Assessoria de Comunicação intensificou o processo de consolidação de sua marca no ambiente virtual. Os avanços que já vinham sendo obtidos nessa área desde 2019, foram potencializados com uma série de iniciativas estruturais, embaladas por um cenário inesperado: a pandemia do novo coronavírus. Com a nova ordem mundial, forçando as instituições a se adequarem, com a institucionalização do teletrabalho e a consequente implementação de modelos virtuais de atendimento, a Ascom da DPE/MA aumentou a produção voltada às redes sociais, para garantir a interação com os seus diversos públicos, já distanciados pela crise sanitária e impedidos de solucionar suas demandas de forma presencial.

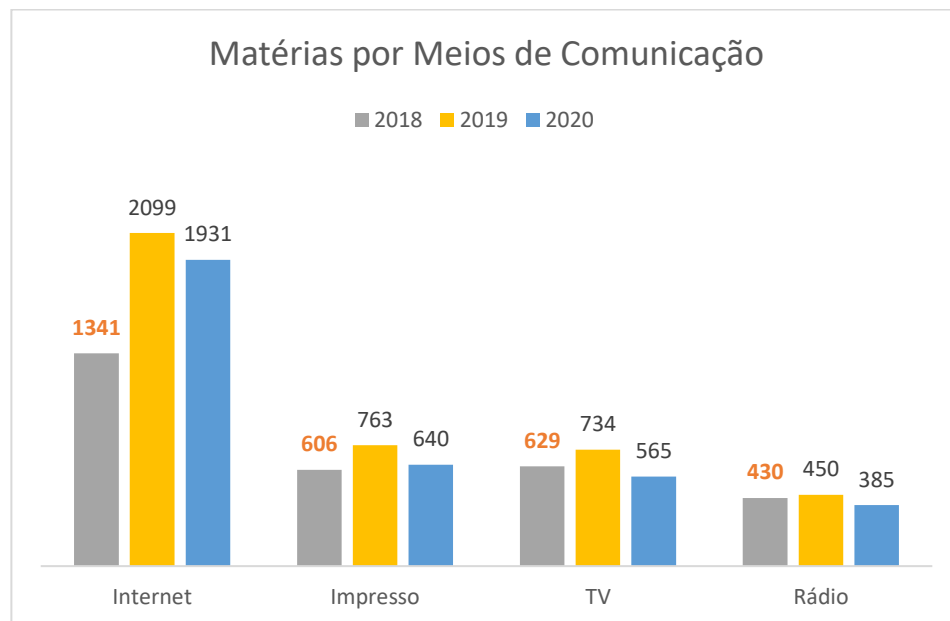
E os números mostram a evolução. De janeiro a dezembro de 2020, foram contabilizadas 9.287 inserções na mídia, sendo 6.215 só de posts e menções nas redes sociais. E o perfil da Defensoria, que chegou a marca dos 20 mil seguidores, em março, saltou para incríveis 30 mil onze meses depois. Ainda segundo as estatísticas, a equipe da Assessoria conseguiu 1.940 registros em blogs e sites. Na sequência, aparece a mídia impressa, que fechou o ano passado com quase 700 matérias publicadas. O trabalho da Defensoria estadual também foi mencionado mais de 560 vezes na TV e na rádio outras 386.

Dentre as iniciativas estruturais, responsáveis por redimensionar o trabalho na Ascom, estão investimentos na contratação de mais uma jornalista, com expertise na produção de audiovisuais e de marketing de conteúdo. Aliado a outras estratégias utilizadas para dar maior visibilidade à atuação de defensores públicos e servidores, na capital e interior, em tempos de pandemia, foi possível garantir o lançamento de novos produtos. Um deles foi o projeto que já vinha sendo desenhado em conjunto com a gestão, batizado de Transformando Vidas. A série saiu do papel em agosto, para contar histórias de pessoas beneficiadas com a atuação da Defensoria.

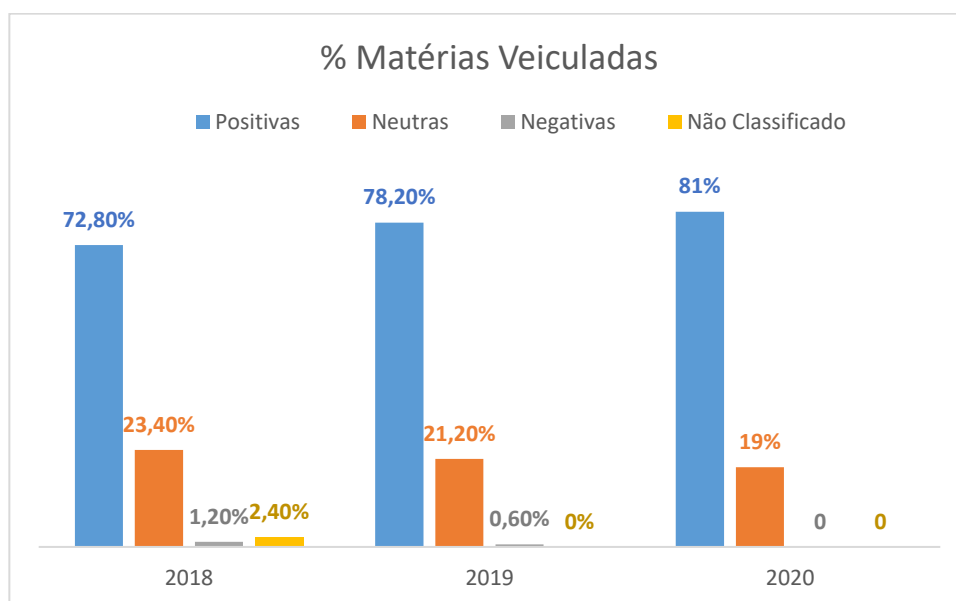
Outro destaque vai para o início do quadro Olhar da Defensoria, trazendo temas de grande repercussão para serem debatidos por defensores públicos. Conforme levantamento, as postagens e marcações ocorridas no segundo semestre de 2020, quando os novos produtos entraram em ação, obtiveram crescimento, com picos nos meses de agosto e outubro, de 759 e 771 menções, respectivamente

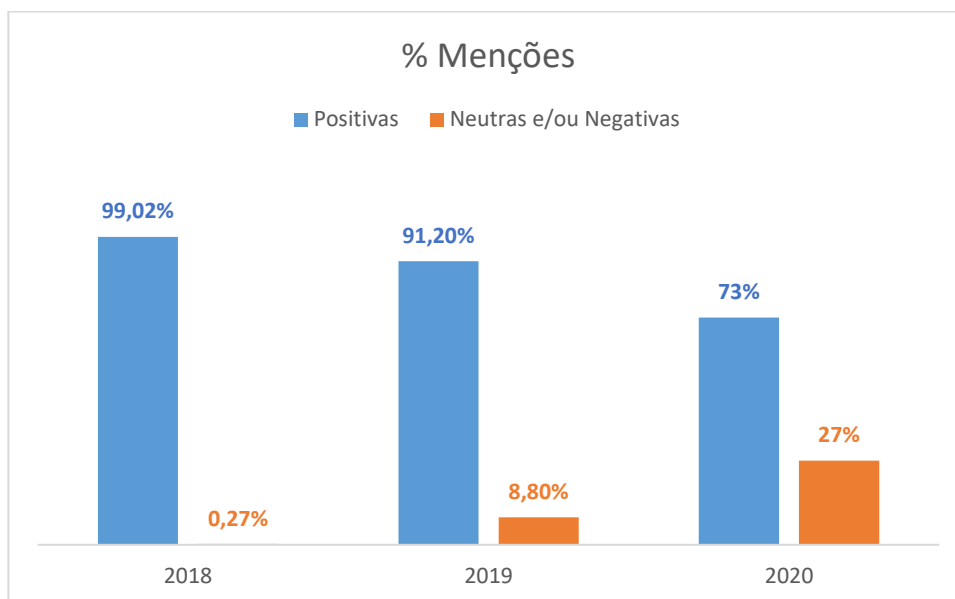


Matérias por Meios de Comunicação



% Matérias Veiculadas





GESTÃO DA ATIVIDADE MEIO

A Unidade Gestora De Atividade Meio – UGAM, no âmbito da Defensoria Pública, é o setor responsável em coordenar, planejar, controlar e supervisionar as atividades desenvolvidas de suas respectivas Supervisões, relativas a: compras, manutenção, obras, material, patrimônio, logística, consumo consciente, serviços gerais, transporte, administração de pessoal e informática, bem como objetivar as execuções orçamentárias, contábeis e financeiras, entre outras atividades-meio atribuídas pelo Defensor Público-Geral.

Dentre algumas atividades desenvolvidas e supervisionadas por esta Unidade Gestora de Atividade Meio, menciona-se a gestão de: controle e fiscalização com telefonia móvel e internet móvel, através de modem USB, em regime de comodato, bem como a validação e renovação de certificados digitais dos defensores públicos e servidores, carteiras de identificação funcional dos defensores públicos, solicitação de adiantamento e de diárias.

1. ADIANTAMENTOS

Em relação à gestão de adiantamento, houve uma estimativa de R\$ 35.000,00, no exercício de 2019. A UGAM atuou voltada na economia dos seus contratos, resultando no executado de adiantamento o valor de R\$ 29.829,50, havendo uma economia de R\$ 10.170,50.

PLANEJADO			EXECUTADO		
2018	2019	2020	2018	2019	2020

R\$ 40.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 29.440,39	R\$29.829,50	R\$ 27.921,71
---------------	---------------	---------------	---------------	--------------	---------------

2. DIÁRIAS

No que se refere aos gastos com diárias, a demanda foi a maior no exercício de 2019, o estimado planejado para o exercício de 2020 foi a menor, comparado ao exercício anterior. O resultado do executado do ano de 2020, foi a menor devida a pandemia que assolou o mundo todo, o qual foi direcionada a economicidade, que se deu mediante o controle e esforço da equipe envolvida no calendário de viagens, havendo aproveitamento das datas para executarem as vistorias dos terrenos visando a implantação de novos Núcleos, bem como obras, manutenção predial dos Núcleos, manutenção de equipamentos de informática e outras demandas. Tendo em vista o valor planejado para o exercício de 2020, foi de R\$ 260.000,00 e o valor executado foi de R\$ 221.774,72, havendo uma economicidade de R\$ 13.36,82, ou seja, 5,59% comparado ao exercício de 2019.

PLANEJADO			EXECUTADO		
2018	2019	2020	2018	2019	2020
R\$ 290.000,00	R\$ 280.000,00	R\$ 260.000,00	R\$ 272.278,09	R\$ 234.911,54	R\$ 221.774,72

3. TELEFONIA MÓVEL E INTERNET MÓVEL

Os gastos com telefonia móvel e internet móvel, a partir do mês de abril de 2019, houve uma negociação de valor e tratativas realizadas com a empresa, o qual foi reduzido o valor das tarifas das linhas de acesso móvel à internet através de modem USB. O valor total estimado, passou para R\$ 202.383,60, tendo em vista que o valor total estimado no exercício de 2018 era de R\$ 245.367,60, ocasionando uma economia de 17,518%. Houve acréscimo no quantitativo de **25 (vinte e cinco) acessos móveis com tecnologia 3G ou superior**, para acesso exclusivo a rede mundial de dados-internet, com fornecimento de aparelhos móveis do tipo modem USB 3G ou superior em regime de comodato, para os novos Defensores Públicos. O valor total estimado do contrato passou para R\$ 211.383,60, havendo um acréscimo de 4,45%.

PLANEJADO			EXECUTADO		
2018	2019	2020	2018	2019	2020
R\$ 245.367,60	R\$ 211.383,60	R\$ 146.000,00	R\$143.961,96	R\$ 133.481,87	R\$ 138.635,91

4. CERTIFICAÇÃO DIGITAL

A certificação digital é para o uso dos Defensores Públicos e Servidores, visando a necessidade da utilização de certificação na atividade-fim da DPE/MA, no sistema de Processo Judicial Eletrônico (Pje) do Poder Judiciário, bem como no Sistema de Validação de Documentos - ValiDOC, objetivando

garantir autenticidade, confidencialidade, integridade às informações eletrônicas. O valor do contrato é de R\$ 6.975,00.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Supervisão Administrativa, através de suas divisões trabalham no suporte para efetivação das ações Institucionais. Em observância ao Projeto do Consumo Consciente da Instituição, a SUPAD realiza o monitoramento da execução dos serviços e aquisição de materiais referente às suas competências, buscando o padrão de qualidade com economicidade e redução de custos.

Essa supervisão contribui incisivamente com as ações planejadas, através da coordenação, direção e controle das atividades desenvolvidas pelas suas divisões, bem como as atividades específicas do setor.

Das divisões que formam a SUPAD:

- A. **Divisão de Logística e Consumo Consciente:** responsável pela gestão do Projeto Defensoria pelo Consumo Consciente, juntamente com a fiscalização dos contratos administrativos competentes ao setor, como energia, locação de imóveis e veículos, serviços de limpeza, e onde dar-se o gerenciamento dos gastos efetuados na sede e nos Núcleos Regionais.
- B. **Divisão de Material e Patrimônio:** responde pelas aquisições de materiais permanentes e consumo, controle do bem patrimonial, atendimento mensal de material para setores e núcleos regionais da DPE, fiscal dos contratos administrativos pertencentes ao setor.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS GERIDOS PELA SUPAD

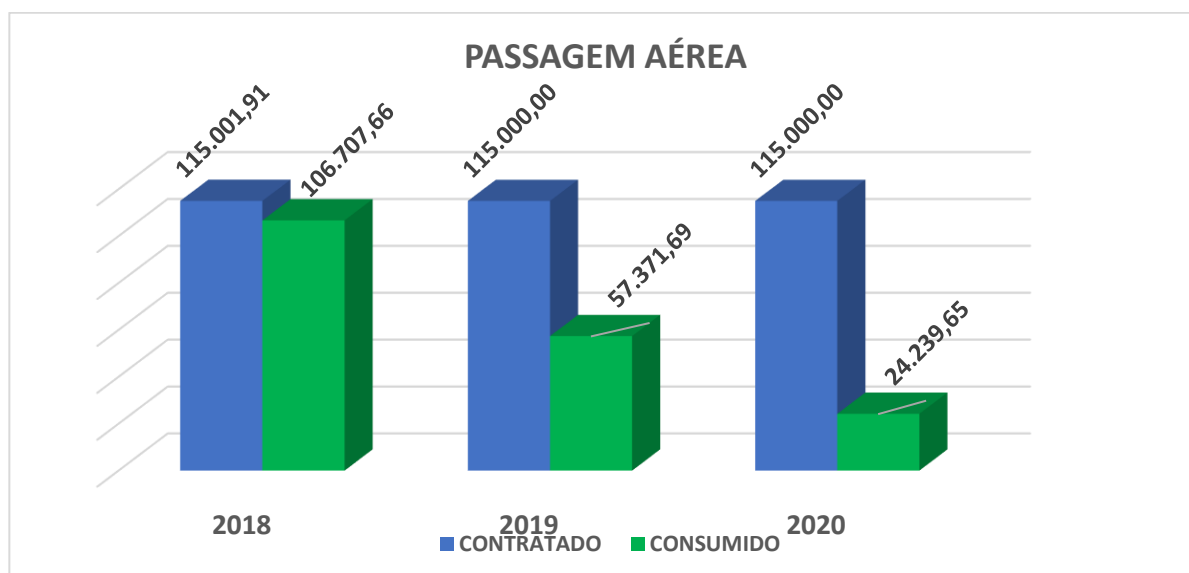
Inicialmente deve-se enfatizar que a execução de todos os contratos em 2020 foi agravada pela pandemia do COVID-19. Cabe à supervisão administrativa a gestão direta dos contratos relacionados abaixo.

1. Serviços de Agenciamento de Viagem - Passagens Aéreas;
2. Serviços de Agenciamento de Viagens - Passagens Rodoviária e Fluvial;
3. Serviços de Postagem;
4. Serviços de telefonia Fixa;
5. Serviços de organização de eventos;
6. Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial – Convênio com Secretaria de Segurança do Estado do Maranhão;
7. Serviços terceirizados de apoio administrativos.

1. Agenciamento de viagem - Passagem aérea

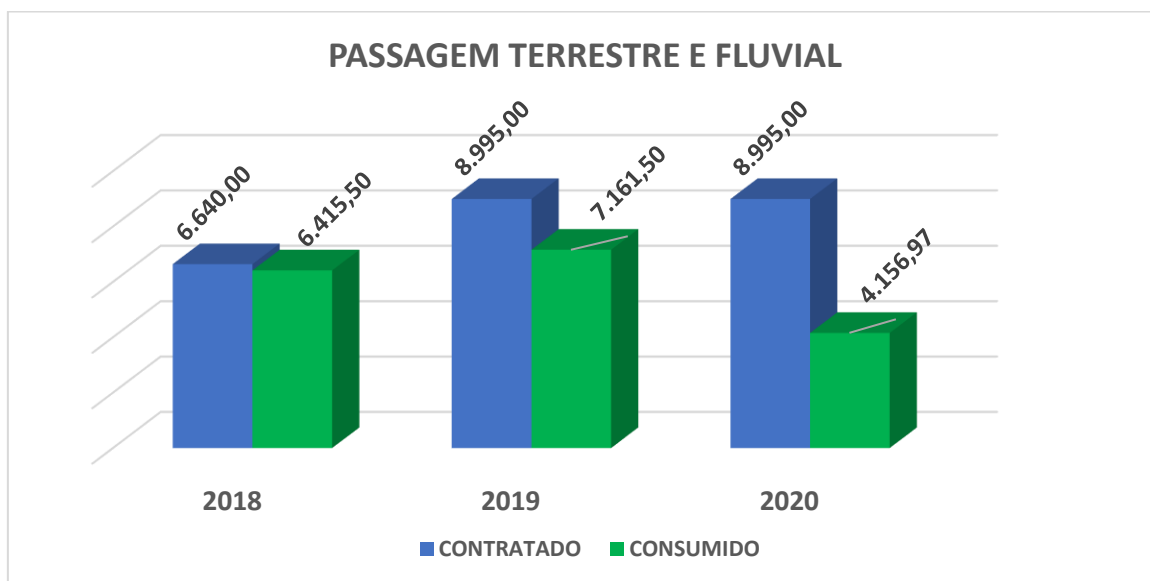
Evidenciamos que no exercício de 2019, com fortalecimento da prática de emissão antecipada de passagens, na sensibilização de Defensores e Servidores da Instituição quanto ao planejamento das viagens, pôde-se trabalhar com margem de descontos promocionais nas empresas aéreas, e reduzir custos.

Em 2020 seguindo planejamento da direção geral, estimamos o mesmo valor inicialmente planejado em 2019. Contudo, fomos surpreendidos com o surgimento de enfermidade epidêmica disseminada mundialmente, a pandemia de COVID-19, inviabilizando a execução dos serviços dentro do planejamento para o exercício. A utilização de aproximadamente 25% do valor contratado estimado gerou uma economia de 75%, decorrente do estado pandêmico, valores demonstrados no gráfico.



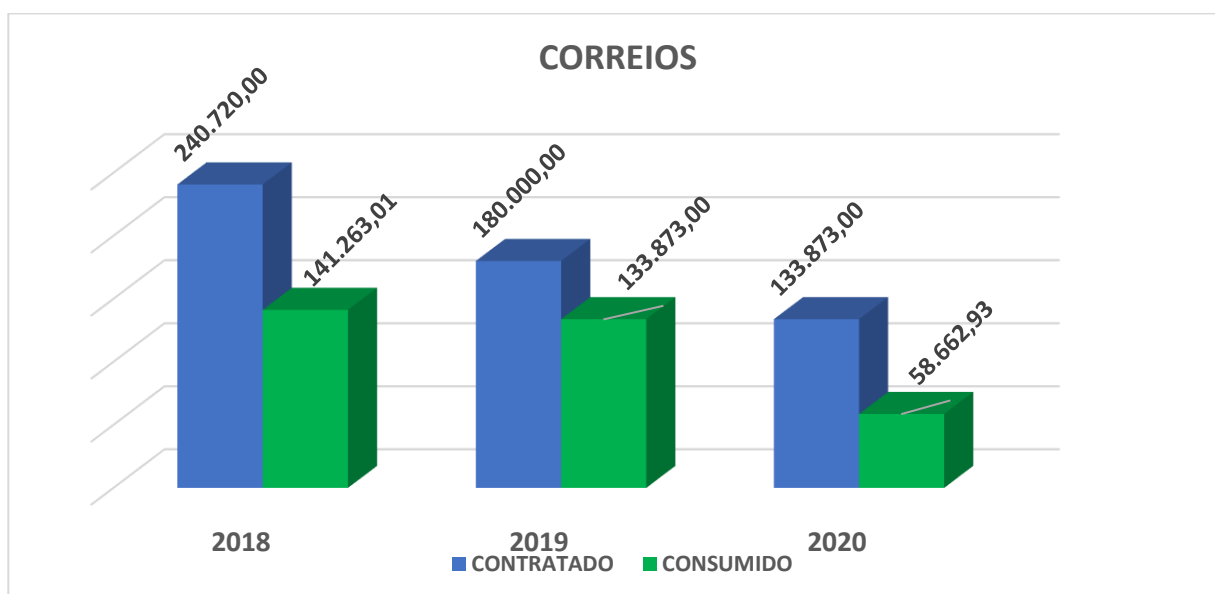
2. Agenciamento de viagem - Passagem Rodoviária e Fluvial

O impacto econômico gerado pela pandemia do Covid-19 ocasionou agravo na prestação dos serviços no exercício de 2020, ficando visível a redução dos valores utilizados se comparados com os exercícios anteriores. Reduziu-se aproximadamente 54% referente ao valor estimado em 2020, e 42% ao valor consumido no exercício de 2019.



3. Serviços de Postagem

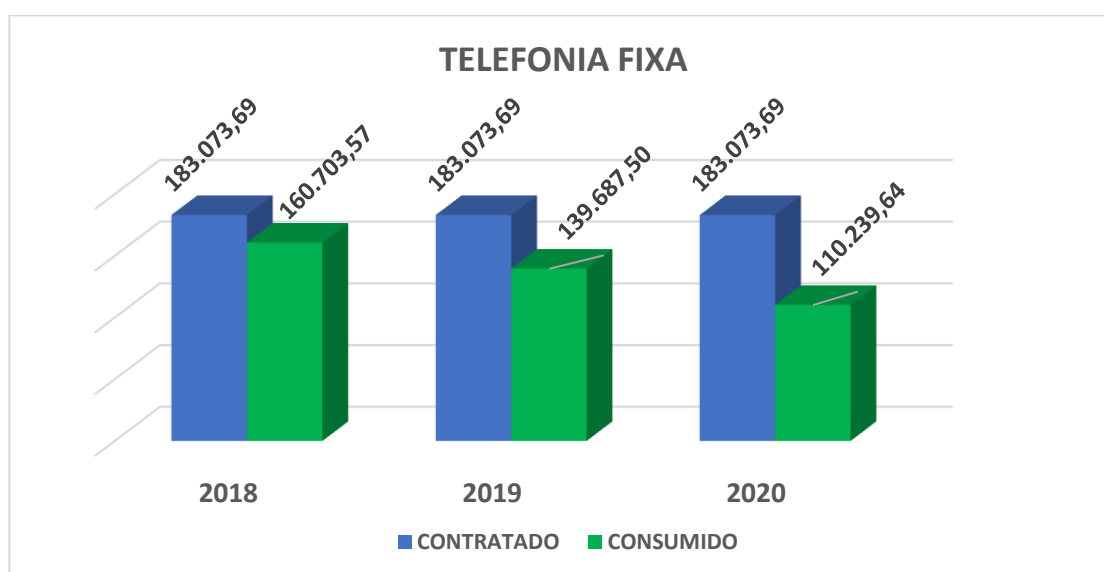
Mediante situação extraordinária vivenciada no exercício de 2020, onde o planejamento estratégico foi prejudicado com a pandemia, realizou-se um trabalho conjunto, no intuito de minimizar os custos da instituição, que teve repasse financeiro reduzido. Nesse sentido, foram adotadas medidas que mantivesse a prestação dos serviços postais, com custos reduzidos em 57% aproximadamente do valor estimado contratado para 2020.



4. Serviços de Telefonia Fixa

O serviço de telefonia fixa comparado ao consumo dos exercícios anteriores apresentou uma economicidade de aproximadamente 40% do valor estimado para o ano de 2020, descrito no quadro demonstrativo.

Observamos que, em meio ao estado de pandemia, houve aumento da demanda dos serviços telefônicos, principalmente em período de trabalho remoto, mas conseguiu-se mobilizar esforços de todos envolvidos, defensores e servidores, principalmente da área de atendimento, para garantirmos o cumprimento da missão institucional frente às medidas restritivas, adotadas para minimizar custos e disseminação do vírus COVID-19, de forma eficaz e eficiente devido à pandemia.

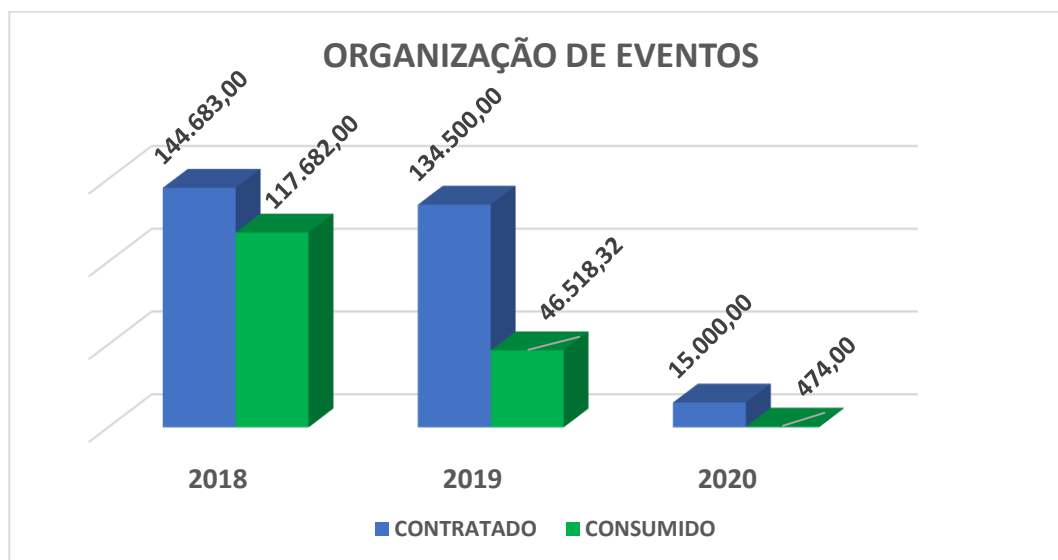


5. Serviços de organização de eventos

Observar-se que no exercício de 2019, primando pela economicidade, o custo efetivo da contratação do serviço de organização de eventos apresentou redução de 66% aproximadamente do valor estimado para o ano em referência.

No exercício de 2020, alinhado com a gestão superior, o valor estimado contratado teve como referência o consumido no exercício anterior, reduzindo-se aproximadamente 33% do montante utilizado em 2019. Vale observar que no período da contratação dos serviços havia riscos da pandemia, sendo posteriormente declarado estado pandêmico mundial.

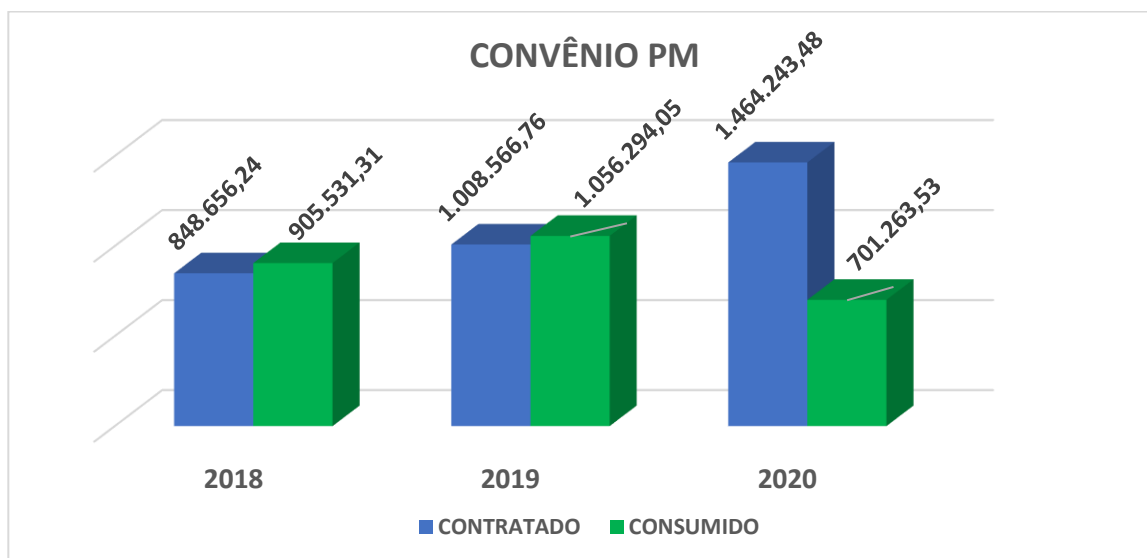
Mediante quadro demonstrativo, verifica-se que o valor utilizado em 2020 corresponde a 3,16% do contratado, determinando uma economia de 96% do valor estimado no exercício, e aproximadamente 99% se compararmos ao consumido em 2019.



6. Serviços de Segurança e vigilância

Em 2019 o valor utilizado foi superior ao estimado, considerando determinação superior para contratação dos serviços de vigilância patrimonial em todos os núcleos da Instituição, visando atender demanda apresentada.

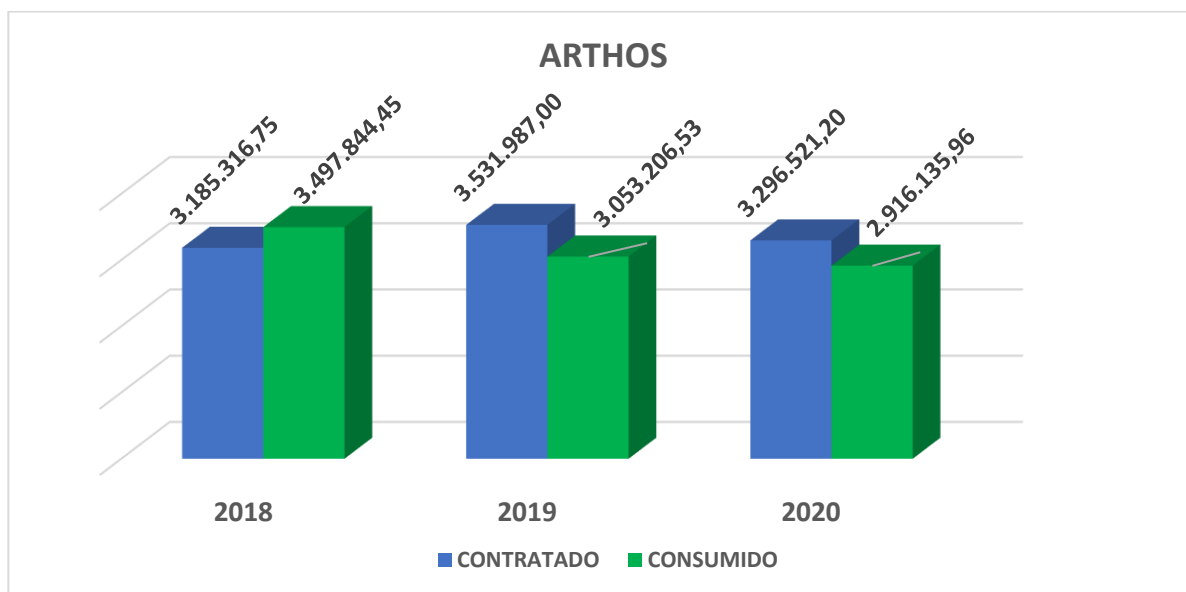
No exercício de 2020, iniciamos com o propósito de contratar a vigilância patrimonial nos núcleos que ainda estavam necessitados dos serviços, portanto estimamos um valor de contratação que pudesse atender a demanda. O planejado tornou-se inviável com a pandemia, que reduziu o repasse econômico da Defensoria, que por sua vez, buscou medidas que mantivesse a integridade dos serviços institucionais, e nesse propósito o percentual do repasse para os policiais militares da reserva remunerada foi diminuído em 60%, recebiam 50% de seus proventos e passaram a receber 30%, gerando economia de aproximadamente de 52% do valor estimado, e 34% se comparado ao exercício de 2019.



7. Serviços terceirizados - Apoio Administrativo

Importante frisar que, em 2019 reduzimos aproximadamente 13% do custo da contratação referente a 2018, em detrimento à política institucional de decréscimo dos serviços terceirizados de Apoio Administrativo.

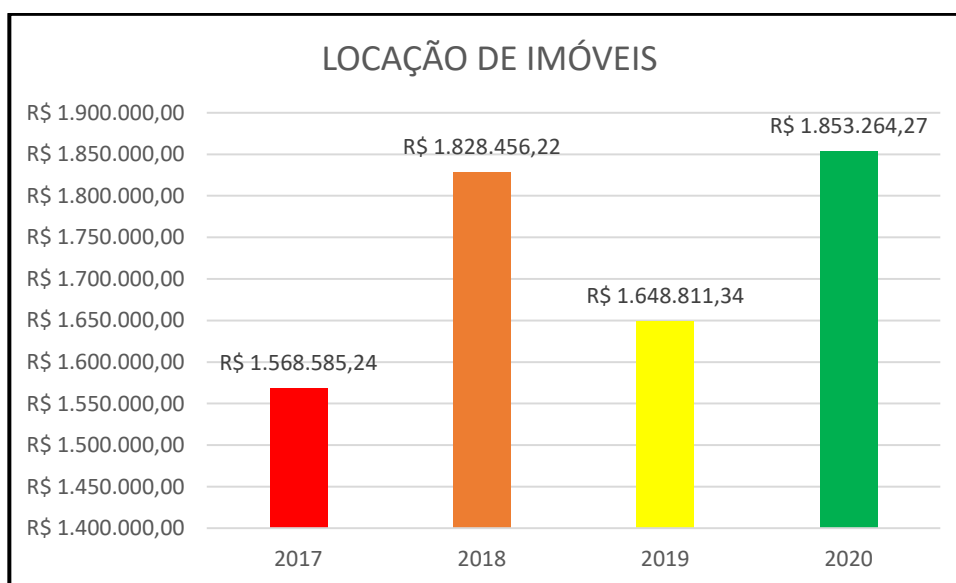
Em 2020 estimamos acréscimo de aproximadamente 8% referente ao consumido no exercício anterior, baseado na projeção de inauguração de novos núcleos e consequentes demandas. Declarada a situação de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19, várias medidas restritivas foram adotadas visando manutenção dos serviços e diminuição da contaminação. Com o incentivo do governo federal, efetivamos supressão no contrato da prestação do serviço de apoio administrativo, inicialmente de 54,71% por noventa dias, em seguida de 50% por mais trinta dias, perfazendo um total de 120 dias, fato que gerou a contenção de aproximadamente 12% do valor inicialmente estimado em contrato, dados demonstrados no quadro abaixo.



O relatório retrata dados de um ano incomum na instituição, um exercício financeiro atípico, em que os resultados do planejamento estratégico se encontram fora de contexto, e a execução dos contratos inviabilizada pela pandemia instalada com o novo coronavírus.

LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

1. Contratos de locação de imóveis.



Em 2020, registrou-se uma economia por Ocasão da 1ª Onda da Pandemia de Covid-19, de R\$ 83.216,66 (Oitenta e Três Mil, Duzentos e Dezesseis Reais e Sessenta e Seis Centavos), fruto de renegociações em período de até 07 (sete) meses. As locações renegociadas foram: NUDECON, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, GALPÃO ALMOXARIFADO, GALPÃO GARAGEM, IMPERATRIZ, TIMON e NEP.

A economia também foi observada em outras renegociações ao longo de todo o ano, com os locadores, permitindo uma economia de R\$ 199.978,35 (Cento e Noventa e Nove Mil Reais) cálculo obtido com base nos valores que deixaram de ser reajustados e foram congelados (fora os valores da época da pandemia).

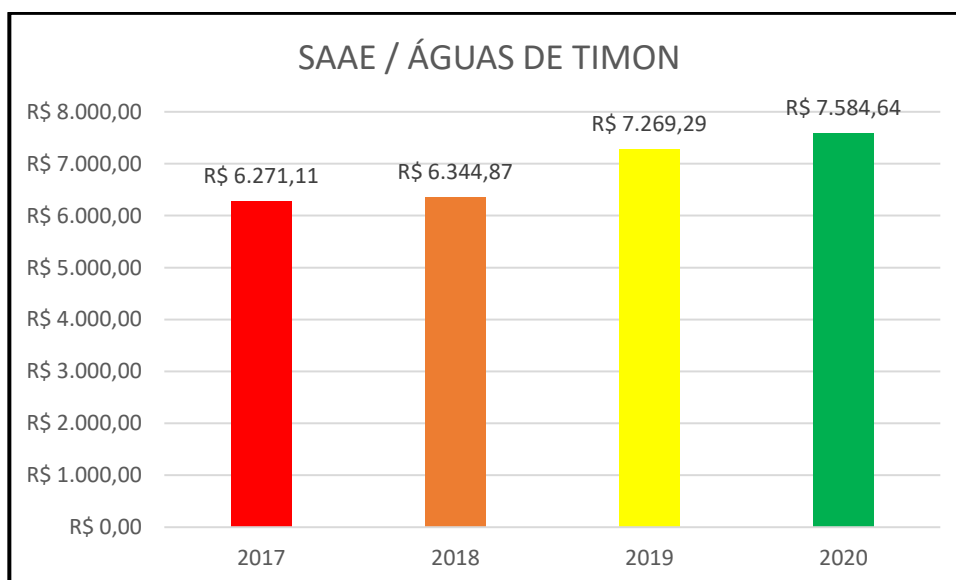
Ao longo de 2020, foi então registrado uma economia total de R\$ 283.195,31 (Duzentos e Oitenta e Três Mil, cento e Noventa e Cinco Reais e Trinta e Um Centavos).

Registra-se aqui, os novos contratos de locações de imóveis para as novas sedes do NEP – Núcleo de Execução Penal, NUDECON – Núcleo do Consumidor e Núcleo Forense, que pelo seu aporte foram os responsáveis pela elevação do valor total de locação em 2020.

2. Contratos de abastecimento de água/esgoto

2.1. SAAE / ÁGUAS DE TIMON

O abastecimento de água e esgoto dos municípios de Açailândia, Arari, Bacabal, Balsas, Carolina, Caxias, Codó, Matões, Pastos Bons, Rosário e Viana é feito através dos sistemas municipais dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgoto-SAAEs e no município de Timon, pelo “Águas de Timon”.

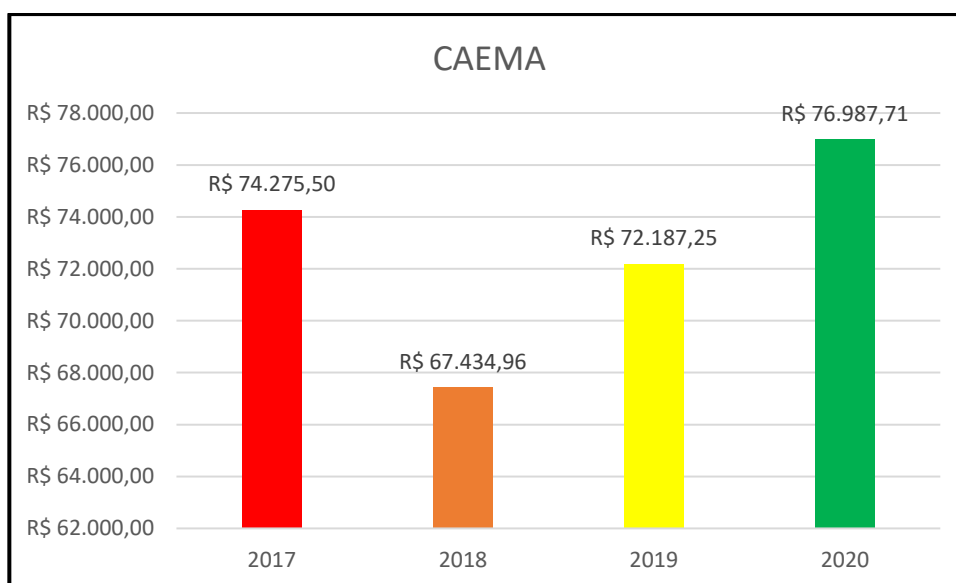


Em 2020, o valor do investimento em água tratada, foi aumentado em função da inauguração dos Núcleos Regionais Ecológicos, em 4,34%.

2.2. CAEMA

O abastecimento de água e esgoto da sede e núcleos de São Luís, Arquivo, Santa Inês, Coroatá, Bom Jardim, Pinheiro, Alcântara, Esperantinópolis, Itapecuru, Icatu, Pedreiras, Imperatriz, Barra do Corda, Vargem Grande, Santa Quitéria e Chapadinha, é feito pela CAEMA - Companhia de Água e Esgoto do Maranhão, que em 2017 o valor de R\$ 74.275,50, em 2018, sofreu uma redução de 9,21%, passando para R\$ 67.434,96 e em 2019, R\$ 72.187,25.

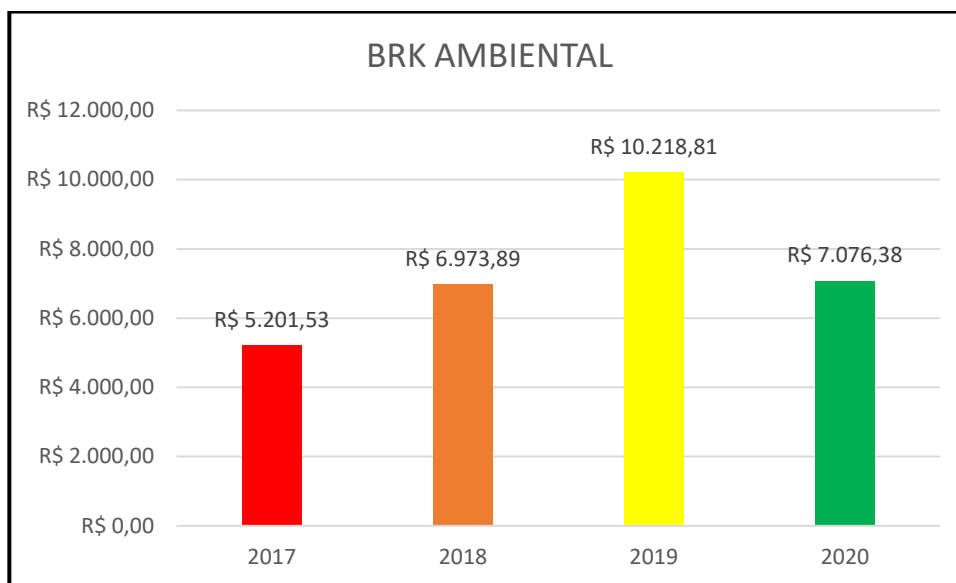
Em 2020, a elevação do valor se deu em virtude das novas locações, aumentando em 6,65%.



2.3. BRK AMBIENTAL

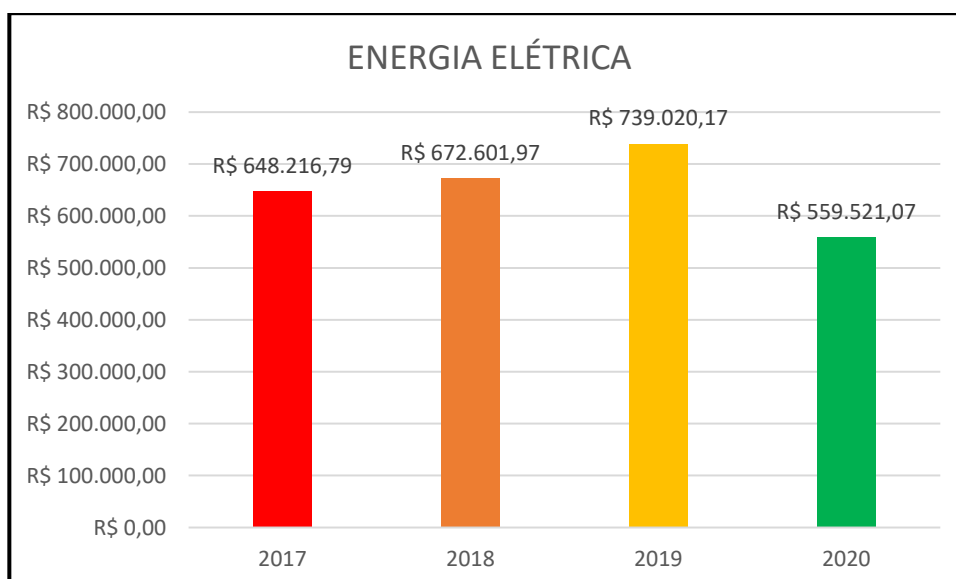
Os serviços de abastecimento de água e esgoto dos municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, são executados pela empresa BRK Ambiental.

Em 2020, com a redução das atividades dos Núcleos de Paço do Lumiar e São José de Ribamar, foi observado uma redução no consumo de água tratada, em 30,75%.



3. Energia Elétrica

O serviço de fornecimento de energia elétrica da Defensoria Pública do Estado do Maranhão fica a cargo da CEMAR.



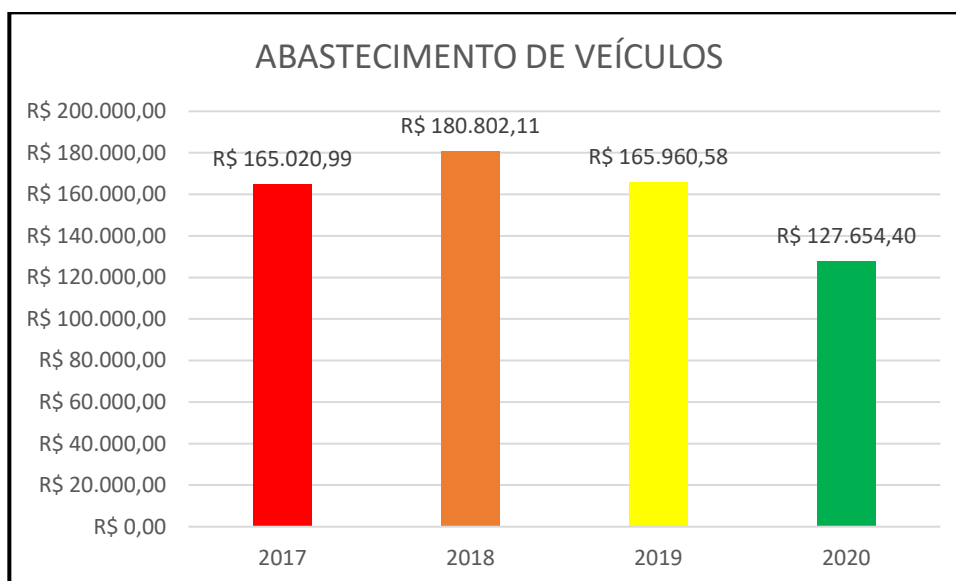
Em 2020, com a redução das atividades por conta da Pandemia, os valores do consumo de energia elétrica foram reduzidos em 24,87%. Ressaltamos aqui a inovação da Defensoria do Estado do Maranhão na implantação de energia fotovoltaica em seus Núcleos Regionais Ecológicos.

4. Gestão de Frotas

1.1. ABASTECIMENTO/MANUTENÇÃO

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão possui uma frota de veículos, composta por: 1 Ônibus escritório (4 anos), 1 Corolla (5 anos), 1 Siena (10 anos), 1 Prisma (9 anos), 1 Van (10 anos), 1 Hilux (10 anos) e S-10 (6 anos).

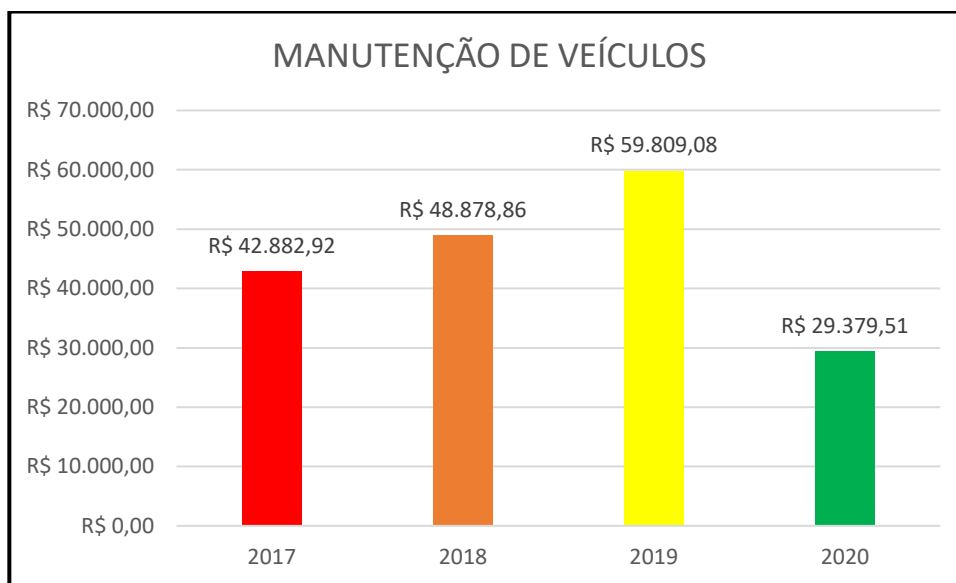
A idade da frota reflete não só no aumento dos gastos com consumo de combustível, como também nos gastos com manutenção.



Em 2020, a redução do consumo de combustível foi observada sobretudo por conta das reduções das viagens no período da primeira onda do Covid 19. A redução observada foi de 23,08%.

1.2. MANUTENÇÃO

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão possui uma frota de veículos, composta por: 1 Ônibus escritório (4 anos), 1 Corolla (5 anos), 1 Siena (10 anos), 1 Prisma (9 anos), 1 Van (10 anos), 1 Hilux (10 anos) e S-10 (6 anos). A idade da frota reflete não só no aumento dos gastos com consumo de combustível, como também nos gastos com manutenção. Em 2019, a frota de veículos aumentou, com a aquisição de 1 van e de 2 caminhonetes.

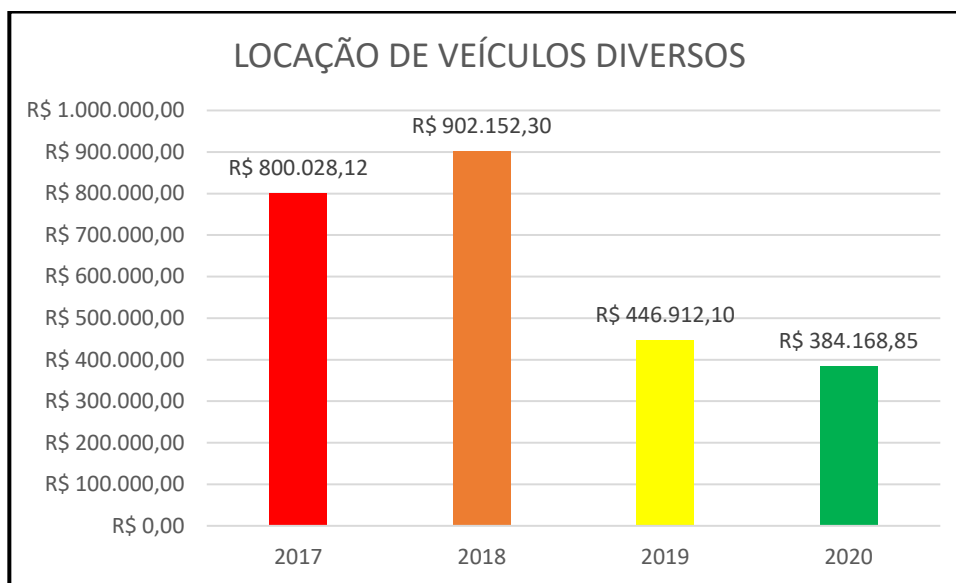


Em 2020, a utilização dos veículos novos e a redução do número de viagens ao interior permitiu uma economia de 50,88%.

5. Locação de veículos

ANO	2017	2018	2019	2020
CARROS SEDE	R\$ 356.152,86	R\$ 419.985,72	R\$ 244.994,73	R\$ 174.833,10
PLANTÃO SEDE	R\$ 143.748,96	R\$ 183.829,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CARROS NÚCLEOS	R\$ 181.311,90	R\$ 188.836,66	R\$ 188.640,00	R\$ 188.934,99
CAMINHÃO BAÚ	R\$ 18.439,40	R\$ 0,00	R\$ 4.152,37	R\$ 20.400,76
CARROS P/ KM	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PLANTÃO IMPERATRIZ	R\$ 100.375,00	R\$ 109.500,00	R\$ 9.125,00	R\$ 0,00
ÔNIBUS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 800.028,12	R\$ 902.152,30	R\$ 446.912,10	R\$ 384.168,85

Em 2020, o uso do Transporte por Aplicativo e a nova contratação de veículos locados foram responsáveis por uma economia de 62.743,25 (Sessenta e Dois Mil, Setecentos e Quarenta e Três Reais e Vinte e Cinco Centavos).

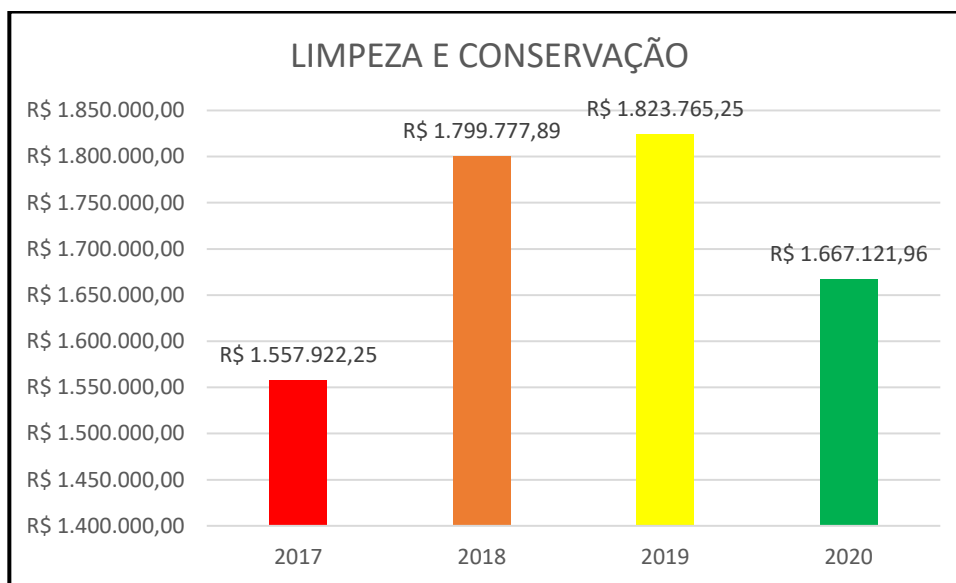


6. Limpeza e Conservação

Os serviços de limpeza e conservação em 2018 resultaram num custo de R\$ 1.779.777,89, para um total de 54 ASGs (Auxiliares de Serviços Gerais). Ressalta-se que a elevação do número de postos de serviços, se deu em virtude da inauguração dos Núcleos de Timon e São José de Ribamar.

Em 2020, a renegociação de valores, também em época da 1ª onda da pandemia, permitiu uma redução de 8,6% no valor do contrato.

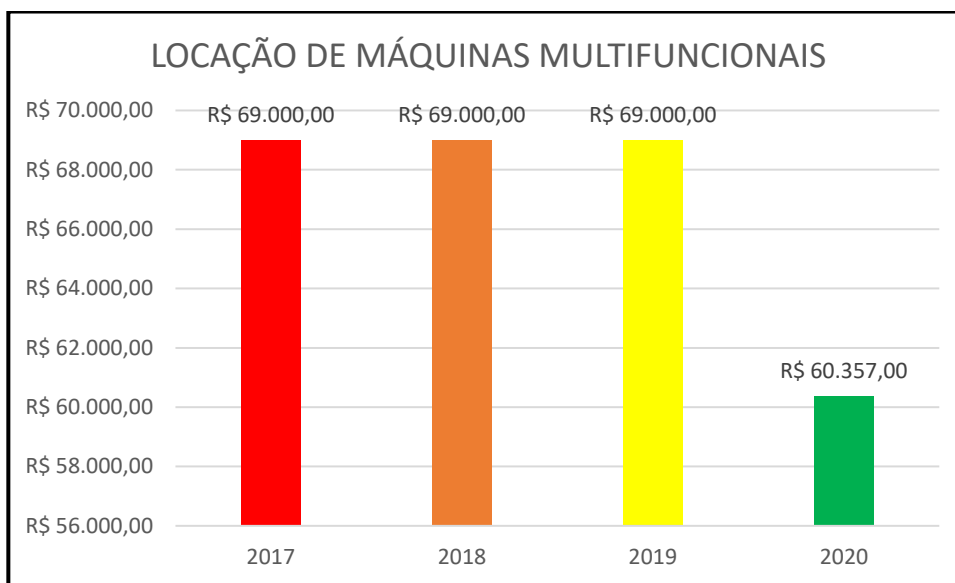
ANO	2017	2018	2019	2020
VALOR TOTAL	R\$ 1.557.922,25	R\$ 1.799.777,89	R\$ 1.823.765,25	R\$ 1.667.121,96
QUANT. POSTOS	52	54	55	57



7. Serviço de locação de máquinas multifuncionais para a sede e núcleos

O contrato de locação de máquinas multifuncionais (Copiadora, Impressora, Digitalizadora e Fax) incluindo mão de obra técnica para manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de material de consumo, exceto papel e mão de obra operacional, que tem por finalidade a reprodução e impressão de documentos que tramitam na Sede da Defensoria Pública do Estado do Maranhão - DPE/MA, Fórum Desembargador Sarney Costa, Núcleo de Defesa do Consumidor - NUDECON, Núcleo de Execução Penal - NEP, Núcleo de São José de Ribamar, no Núcleo de Codó, Núcleo de Caxias, Núcleo de Timon, Núcleo de Bacabal, Núcleo de Santa Inês e Núcleo de Açailândia.

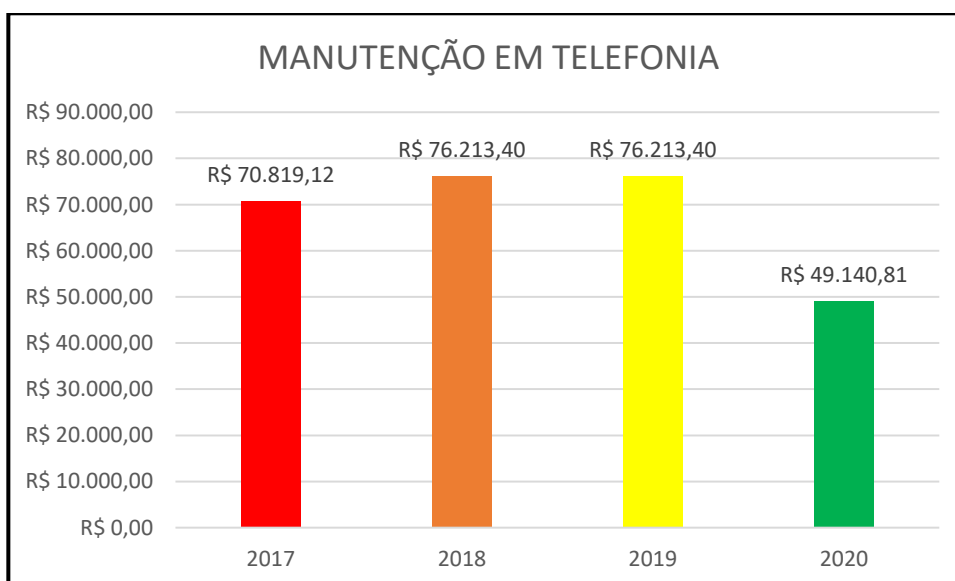
ANO	2017	2018	2019	2020
VALOR TOTAL	R\$ 69.000,00	R\$ 69.000,00	R\$ 69.000,00	R\$ 60.375,00



Em 2020, com a redução das atividades foi observado economia de R\$ 8.625,00 (Oito Mil, Seiscentos e Vinte e Cinco Reais).

8. Serviço de manutenção telefônica:

ANO	2017	2018	2019	2020
VALOR TOTAL	R\$ 70.819,12	R\$ 76.213,40	R\$ 76.213,40	R\$ 49.140,81



A contratação dos serviços de manutenção de telefone em 2018, foi ampliado, cobrindo todos os Núcleos da Defensoria e também, a sede.

Em 2019, o valor do serviço se manteve em R\$ 76.213,40

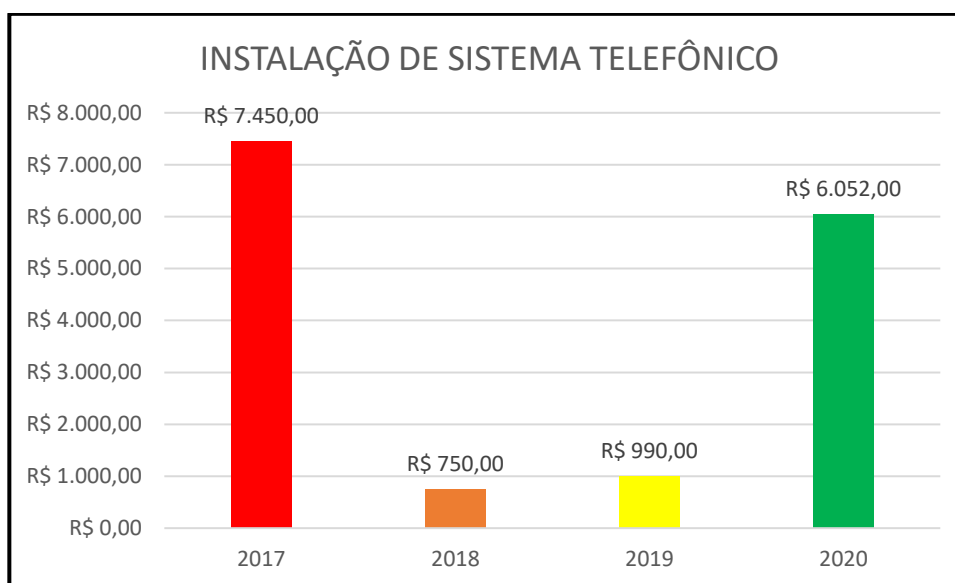
Em 2020, o valor foi reduzido para R\$ 49.140,81, registrando economia de 35,52%.

9. Serviço de instalação de sistema telefônico e TV's:

ANO	2017	2018	2019	2020
VALOR TOTAL	R\$ 7.450,00	R\$ 750,00	R\$ 990,00	R\$ 6.052,00

No ano de 2019, os serviços de Instalação de Sistema Telefônico e TV, foram executados apenas no novo Núcleo Ecológico Itaqui-Bacanga e na Nova sala de atendimento no Fórum Desembargador Sarney Costa ambos nesta capital.

Em 2020, com a ampliação dos Núcleos, o investimento em instalação do sistema telefônico representou um acréscimo de R\$ 5.062,00 (Cinco Mil e Sessenta e Dois Reais)



10. Publicação de matérias em jornais

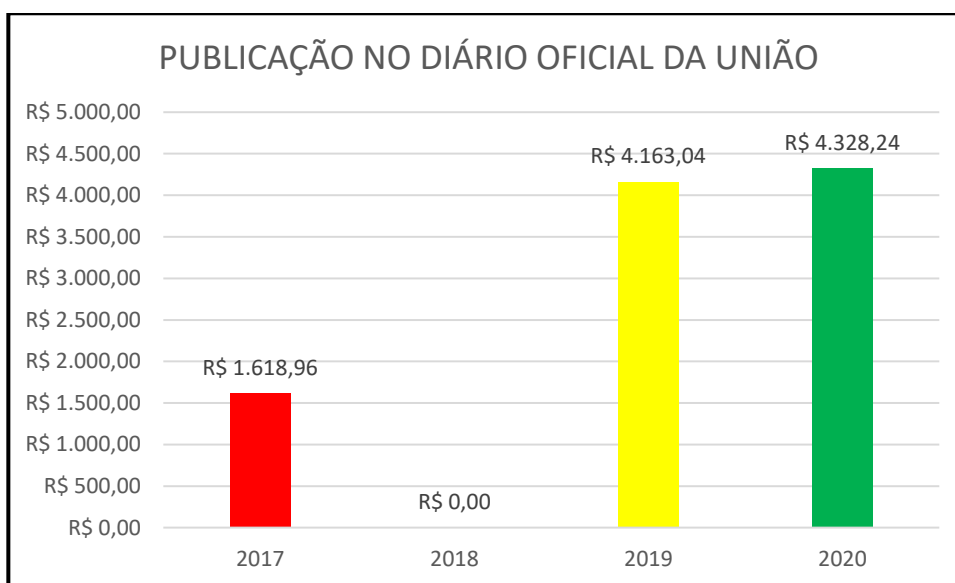
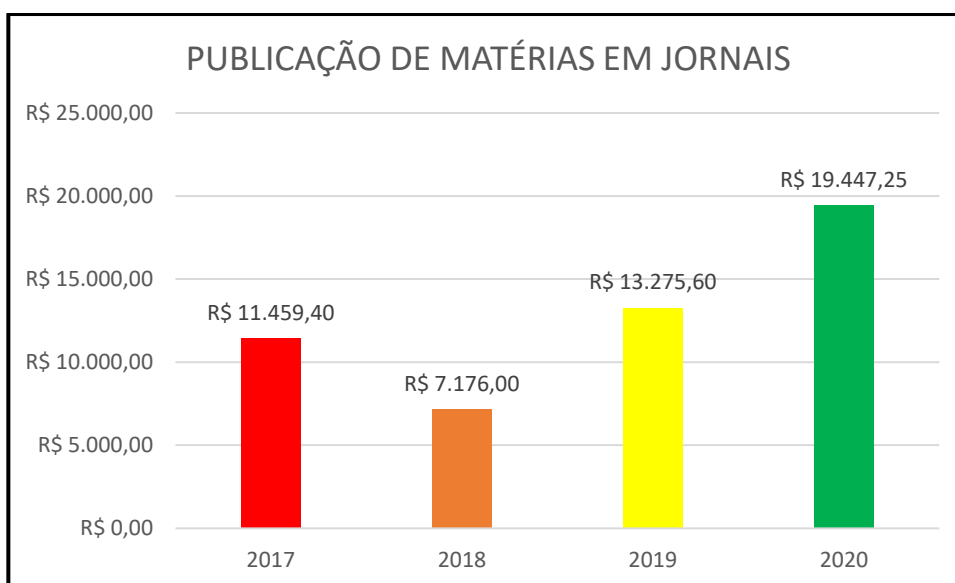
Em 2018, as publicações de editais licitatórios, bem como convocatórios, em jornais foram reduzidas em comparação ao ano de 2017 para um total de 20 publicações, que representaram o valor de R\$ 7.176,00. Os jornais que foram utilizados para a divulgação foram, O Imparcial e O Estado do Maranhão.

ANO	2017	2018	2019	2020
VALOR TOTAL	R\$ 11.459,40	R\$ 7.176,00	R\$ 13.275,60	R\$ 19.447,25

OBS: Apesar de haver contrato vigente para publicações no DOU – Diário Oficial da União, em 2018 não foram utilizados esses serviços.

Em 2019, a utilização desses serviços se fizeram necessários em virtude da celebração de parcerias em Convênios Federais. As publicações aumentaram em aproximadamente 85,00% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 7.176,00 para R\$ 13.275,60, um total de 38 publicações ao longo no ano, isso se deu em virtude do aumento de Licitações que ocorreram nesse exercício

Em 2020, para ampla publicidade dos editais e convênios, foi necessário um investimento de R\$ 19.447,25 (Dezenove Mil e Quatrocentos e Quarenta e Sete Reais e Vinte e Cinco Centavos)

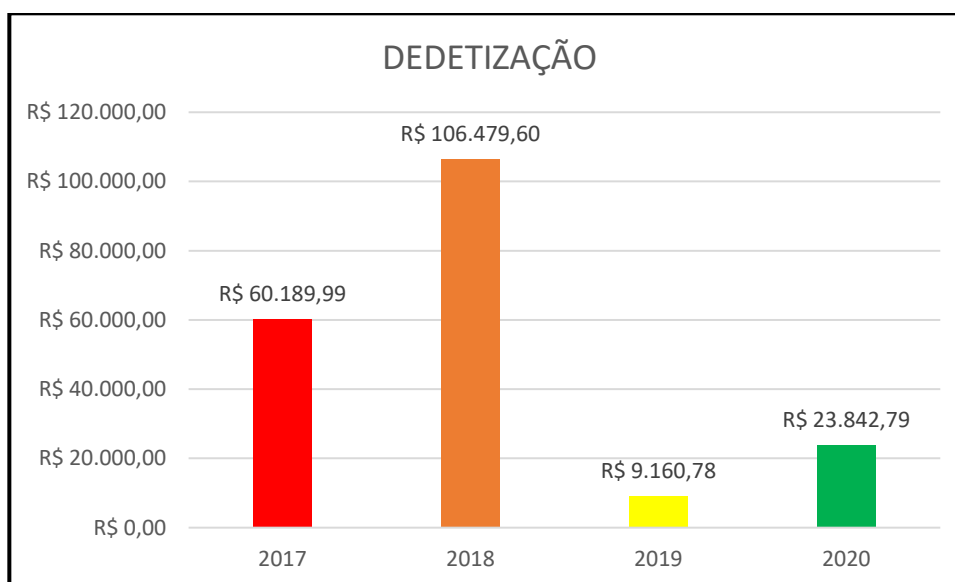


11. Dedetização

Em 2019, o valor da dedetização reduziu muito, em função de adesão à ARPs que tinham valor reduzido, e em virtude também da realização de apenas 01 (uma) aplicação em 2019, ficando para ser realizadas as 03 (três) outras aplicações contratadas no exercício de 2020.

Em 2020, novos núcleos e a preocupação de mantê-los livres de insetos e roedores, exigiram um investimento de R\$ 23.842,79 (Vinte e Três Mil, Oitocentos e Quarenta e Dois Reais e Setenta e Nove Centavos).

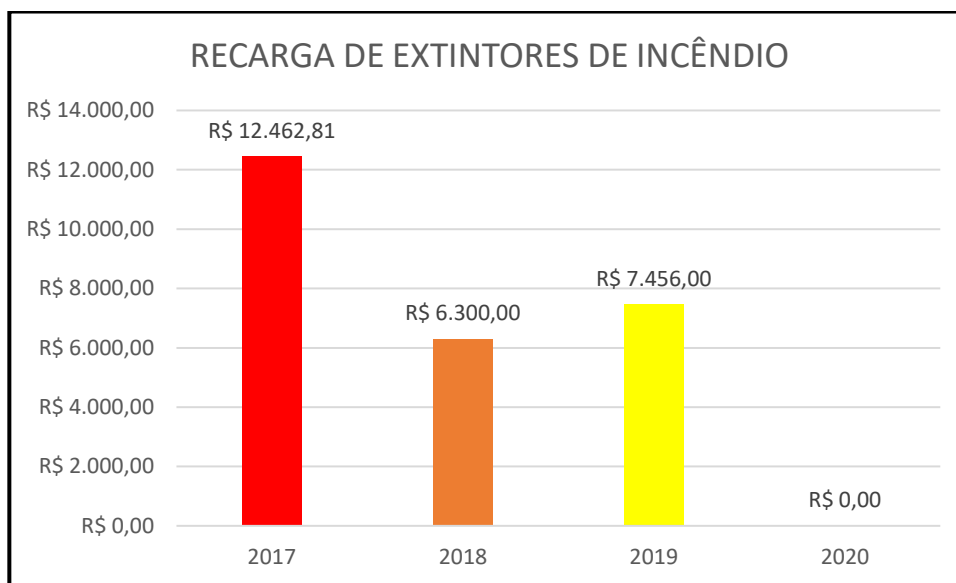
ANO	2017	2018	2019	2020
VALOR TOTAL	R\$ 60.189,99	R\$ 106.479,60	R\$ 9.160,78	R\$ 23.842,79



12. Recarga de extintores

Em 2019, a recarga de extintores se prendeu aos extintores do tipo ABC - PQS, permitindo redução de valores comparados a 2017.

ANO	2017	2018	2019	2020
VALOR TOTAL	R\$ 12.462,81	R\$ 6.300,00	R\$ 7.456,00	R\$ 0,00

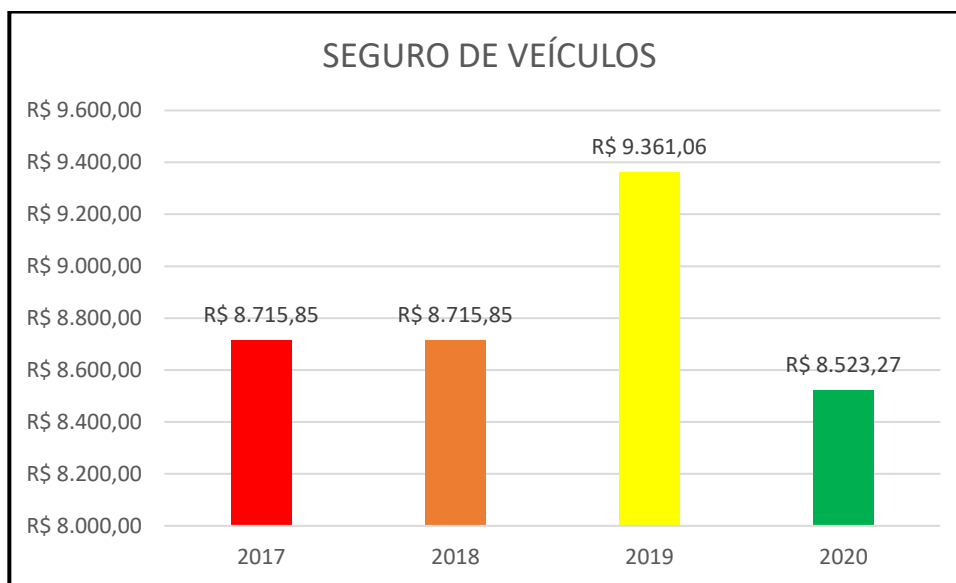


13. Serviço de seguro dos veículos

A Contratação dos serviços de seguros de veículos desta DPE-MA celebrado com a empresa BB Seguros/ Maphre, teve um aumento de aproximadamente 7,40% em relação ao exercício anterior, equivalente um aumento de R\$ 645,21, em virtude do endosso de substituição à apólice de seguro, onde foi retirado o veículo SIENA NMV 8884 e inserindo a Van MASTER GRAND Furgão, placas PTM 8728.

ANO	2017	2018	2019	2020
VALOR TOTAL	R\$ 8.715,85	R\$ 8.715,85	R\$ 9.361,06	R\$ 8.523,27

O valor do investimento em seguros de veículos em 2020, foi inferior a 2019, em razão da retirada de veículos que vão a leilão, como prisma e siena.



ECONOMICIDADE 2020

CONTRATOS	VALORES ECONOMIZADOS
Locação de Imóvel	R\$ 283.195,31 *
Limpeza	R\$ 277.865,56**
Locação de Máquinas Funcionais	R\$ 8.625,00***
Manutenção Telefônica	R\$ 27.072,51****
TOTAL	R\$ 596.758,38

OBSERVAÇÕES:

*Locações Renegociadas: Cálculo obtido com base nos valores que deixaram de ser reajustados (congelamentos e renegociações) = R\$ 199.978,35

*Locações Renegociadas Pandemia = R\$ 83.216,96

** Renegociação por 4 meses na Pandemia

*** Renegociação Pandemia

**** Renegociação Pandemia



O Projeto Defensoria pelo Consumo Consciente, em 2020 foi abalado pela situação da Pandemia. Como houve redução dos atendimentos presenciais por longo período e essa redução não foi igual em todos os núcleos da Defensoria, ou seja, cada Núcleo teve seu próprio cronograma de funcionamento, respeitando as deliberações da Gestão, as medições efetuadas não nos permitem comparar o desempenho de cada núcleo, pois estaríamos correndo o risco de premiar um núcleo que reduziu não em função da observância da economia e sim, por não está aberto e funcionando como o outro.

Diante desse quadro singular, as medições mensais foram realizadas, muito embora a Premiação pelo Melhor desempenho do Núcleo que mais economizou não tenha acontecido.

Mas, apesar de tudo, avançamos, inovando com os Núcleos Regionais Ecológicos, construídos a partir do reuso de containers, com tecnologia de energia solar, celebração de parcerias com as prefeituras locais.

Os Núcleos Ecológicos, por todo um processo de adaptação inicial, não tiveram seus dados medidos no Consumo Consciente de 2020, somente em 2021, farão parte.

A Defensoria do Estado do Maranhão foi premiada como segunda colocada no Prêmio Nacional da A3P, do Ministério do Meio Ambiente.

1.1. Resultados atingidos

No cenário do desenvolvimento do Projeto Defensoria pelo Consumo Consciente, houve a consolidação, atingido a mudança do comportamento institucional, hoje mais sustentável.

1.2. MANUTENÇÃO DE HÁBITOS SUSTENTÁVEIS NA DEFENSORIA

- Construção de Núcleos Regionais Ecológicos.
- Adoção de copos e canecas permanentes;
- Retirada dos porta-copos descartáveis, dos bebedouros e entrega nas recepções apenas para assistidos;
- Uso de aparelhos de ar condicionado na Temperatura de 24°C;
- Mudança do padrão de impressão na Defensoria; novo padrão Ecofront Veras Sans 11;
- Impressão em frente e verso, economia de papel;
- Maior controle no uso da água tratada;
- Maior controle do uso da energia elétrica;
- Maior controle do uso do telefone fixo;
- Maior controle do uso de postagens de Correios – uso de compartilhamento de postagens;

1.3. REDUÇÃO DE INVESTIMENTOS GERAIS

Os resultados anuais do Projeto Defensoria pelo Consumo Consciente, em 2020, apontam redução do consumo de todos os indicadores monitorados, energia elétrica, água, telefone, correios, copo de água, copo de café e papel A4.

Entretanto, como antes falado, optamos pela não premiação em 2020, haja vista que a redução dos valores, pode ter sido influenciada, pela redução das atividades dos Núcleos e da Sede.

2. Alcance das metas do projeto

O Projeto Defensoria pelo Consumo Consciente, analisado à luz das metas estabelecidas para cada indicador monitorado, permitiu uma economia de 29,93%, se comparado ao de 2019, praticamente o triplo da meta estabelecida para o projeto que é de 10% do valor total investido e tomado como parâmetro para o Projeto. O referido valor corresponde a uma economia de R\$343.622,97 (Trezentos e Quarenta e Três Mil, Seiscentos e Vinte e Dois Reais e Noventa e Sete Centavos), de economia.

2.1. INDICADORES DO PROJETO

INDICADORES	COMPARAÇÃO ANUAL		SITUAÇÃO
	VALORES (R\$)	PERCENTUAL %	
ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 185.218,30	25,74%	REDUZIU
ÁGUA	R\$ 6.102,89	7,60%	REDUZIU

TELEFONE	R\$ 30.109,15		21,92%		REDUZIU
CORREIOS	R\$ 81.150,00		60,72%		REDUZIU
COPO ÁGUA	1.752	R\$ 4.204,80	49,55%	51,06%	REDUZIU
COPO CAFÉ	877	R\$ 973,47	20,33%	58,74%	REDUZIU
PAPEL A4	2.060	R\$ 35.864,36	51,97%	53,31%	REDUZIU
REDUÇÃO TOTAL	R\$ 343.622,97		29,93%		-

Em análise dos resultados do Projeto, o maior de redução percentual foi observado nos CORREIOS, 60,72%, fruto certamente do uso ampliado da tecnologia de envios de correspondências via e-mail, telefone e WhatsApp.

Outro dado importante é que o papel A4 foi reduzido em 2.060 resmas o que corresponde a 1.030.000 folhas de papel que deixaram de ser usadas, contra as 1.982.000 usadas em 2019.

Já com os indicadores dos copos descartáveis, a DPE/MA deixou de usar 175.200 copos de água e 87.700 copos de café, evitando sua destinação aos lixões e aterros sanitários.

A água tratada foi o indicador com menor redução 7,60%, devido ao fato que a maior parte do interior maranhense, paga taxa fixa ou é glosado pelo tamanho do imóvel.

3. Pontos positivos do projeto

- Participação de servidores;
- Conservação ambiental;
- Redução de gastos;
- Otimização de recursos disponíveis;
- Mudança de comportamento.

4. Desafios do projeto

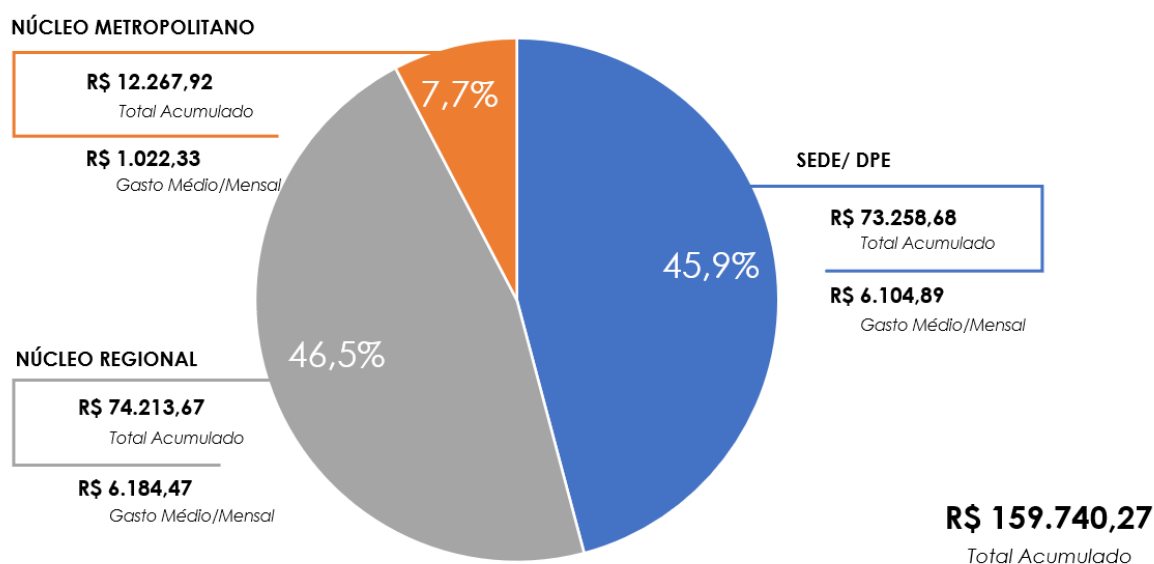
- Aumento do engajamento dos Coordenadores dos Núcleos;
- Acompanhamento mais próximo dos núcleos, com visitas de monitoramento;
- Mudança do comportamento resistente de alguns servidores.
- Ampliação de parcerias.

MATERIAL E PATRIMÔNIO

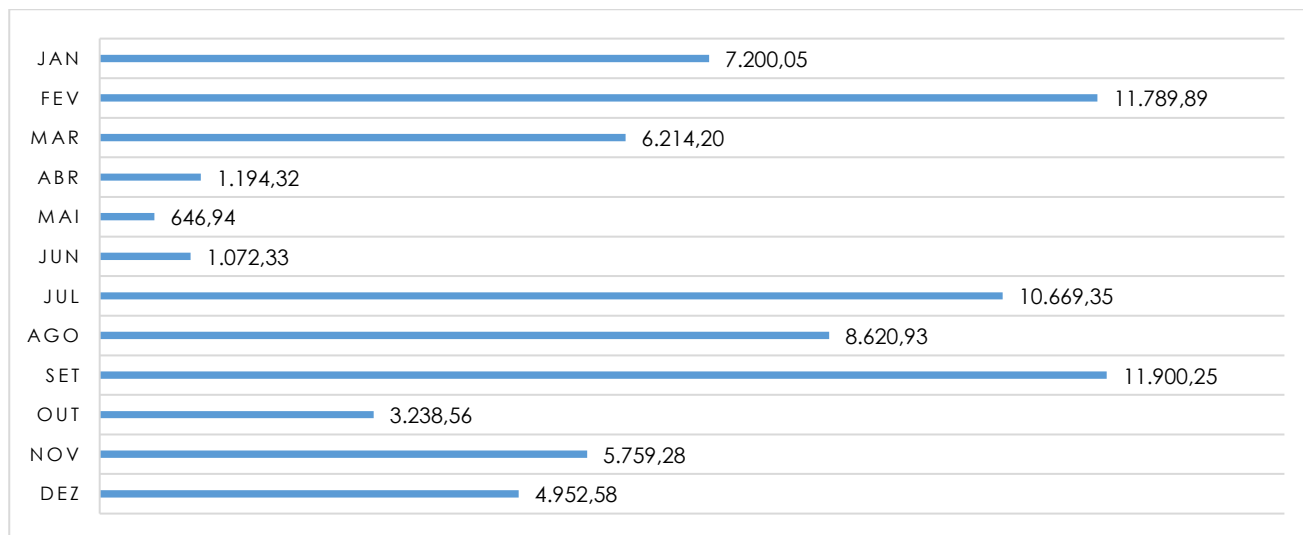
1. Gestão de Material e Patrimônio

A Divisão de Material e Patrimônio, responsável pela gestão dos bens patrimoniais, pela guarda do material de consumo e permanente, vem a seguir apresentar as informações referente ao ano de 2020.

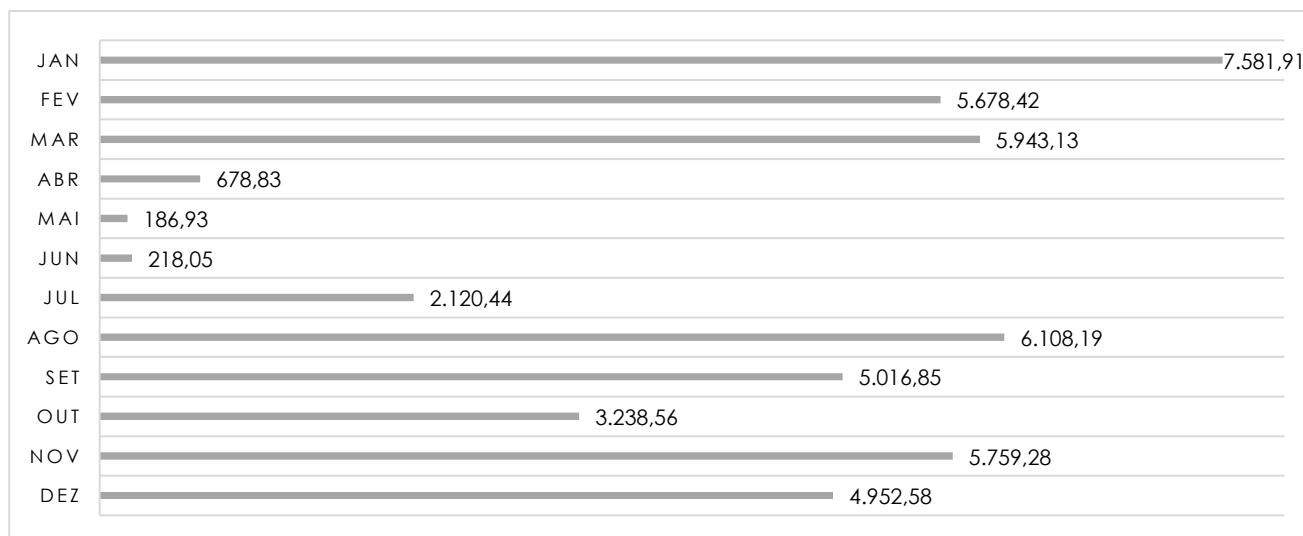
No gráfico abaixo temos o resumo dos gastos com material de consumo realizados no exercício base. Gastos estes divididos em: SEDE/ DPE, com percentual aproximado de 45,9% dos gastos totais acumulados, que em valores monetários acumulam-se em R\$ 73.258,68 (Setenta e três mil, duzentos e cinquenta e oito reais e sessenta e oito centavos), com GASTO MÉDIO/MENSAL de R\$ 6.104,89 (Seis mil, cento e quatro mil reais e oitenta e nove centavos). NÚCLEOS REGIONAIS, com percentual aproximado de 46,5% dos gastos totais acumulados, que em valores monetários acumulam-se em R\$ 74.213,67 (Setenta e quatro mil, duzentos e treze reais e sessenta e sete centavos), com GASTO MÉDIO/MENSAL de R\$ 6.184,47 (Seis mil, cento e oitenta e quatro reais e quarenta e sete centavos). E NÚCLEOS METROPOLITANOS, com percentual aproximado de 7,7% dos gastos totais acumulados, que em valores monetários acumulam-se em R\$ 12.267,92 (Doze mil, duzentos e sessenta e sete reais e noventa e dois centavos), com GASTO MÉDIO/MENSAL de R\$ 1.022,33 (Mil e vinte e dois reais e trinta e três centavos), totalizando o montante de R\$ 159.740,27 (Cento e cinquenta e nove mil, setecentos e quarenta reais e vinte e sete centavos).



No gráfico abaixo temos o histórico dos gastos (R\$) com material de consumo da SEDE/DPE rateados mensalmente.



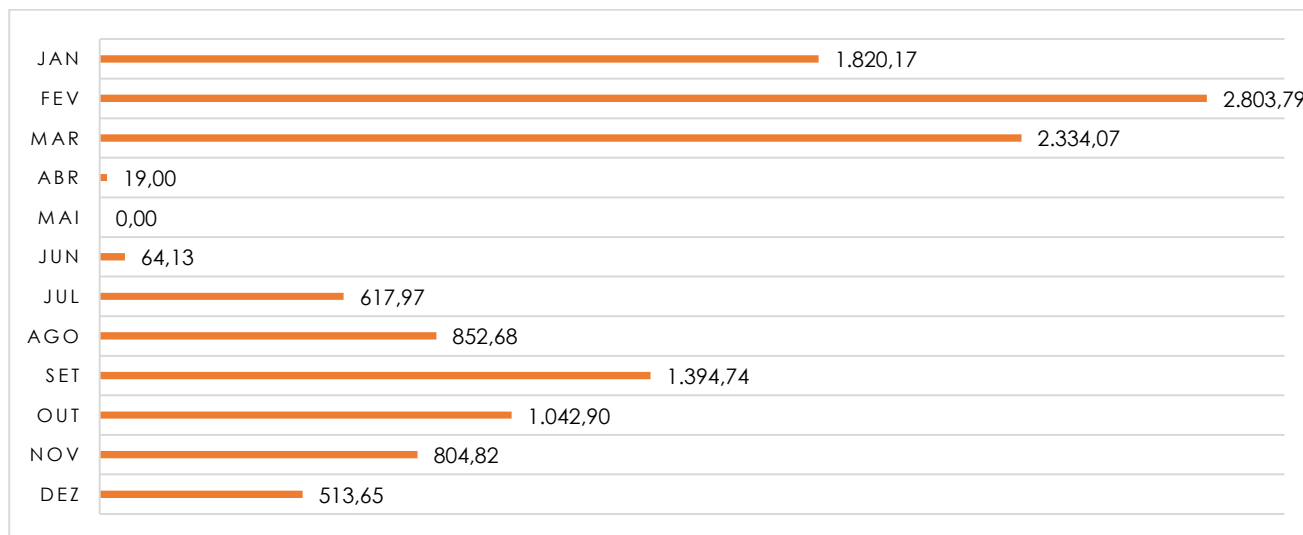
No próximo gráfico temos o histórico dos gastos (R\$) com material de consumo da NÚCLEOS REGIONAIS rateados mensalmente.



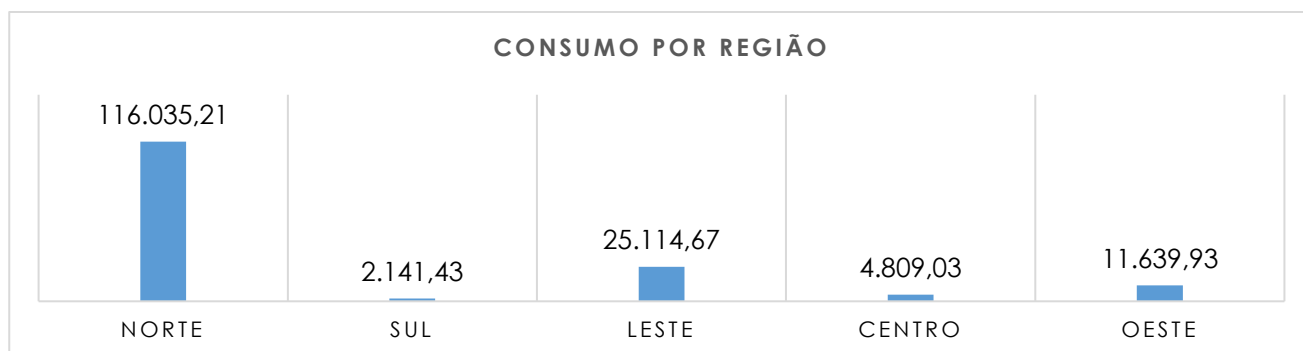
Neste gráfico temos o gasto (R\$) com material de consumo para estruturação de novos Núcleos Regionais



No gráfico abaixo temos o histórico dos gastos (R\$) com material de consumo da NÚCLEOS REGIONAIS rateados mensalmente.



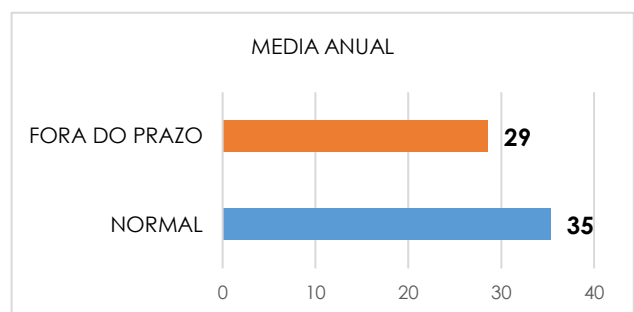
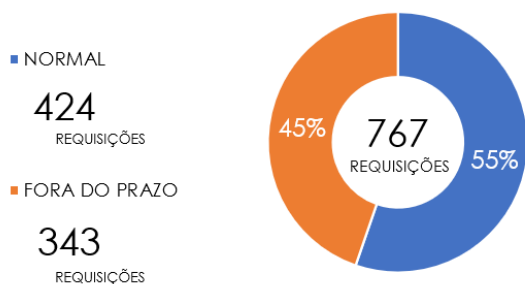
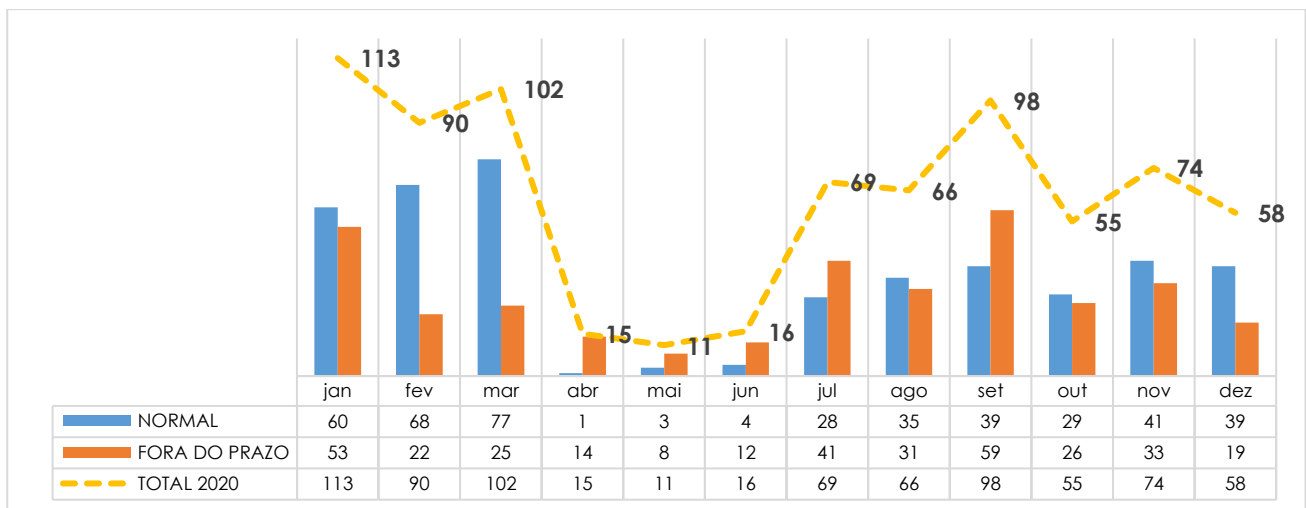
No gráfico abaixo temos o histórico dos gastos (R\$) com material de consumo por Regiões.



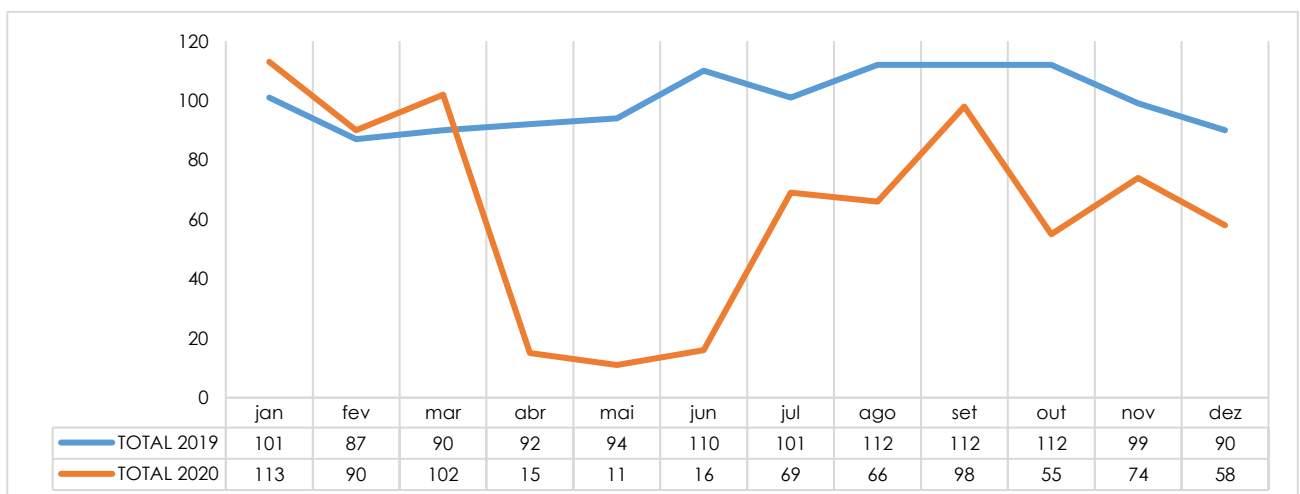
<p>SÃO LUÍS (SEDE/DPE) ALCÂNTARA ARARI ÁREA DA C. E ADOLES CEDRAL NUDECON CURURUPU NEP HUMBERTO DE CAMPOS ICATU ITAPECURA-MIRIM ITAQUI-BACANGA FÓRUM MATÕES MORROS PAÇO DO LUMIAR PENALVA PINHEIRO RAPOSA ROSÁRIO SANTA HELENA SANTA RITA SÃO JOSÉ DE RIBAMAR VARGEM GRANDE VIANA</p>	<p>BALSAS CAROLINA</p>	<p>CAXIAS CHAPADINHA CODÓ COELHO NETO COLINAS COROATÁ PASTOS BONS SÃO JOÃO DOS PATOS SANTA QUITÉRIA DO MA TIMON</p>	<p>BACABAL BARRA DO CORDA ESPERANTINÓPOLIS PEDREIRAS PRESIDENTE DUTRA</p>	<p>AÇAILÂNDIA BOM JARDIM BURITICUPU IMPERATRIZ LAGO DO PEDRA SANTA INÊS ZÉ DOCA</p>
--	----------------------------	---	---	---



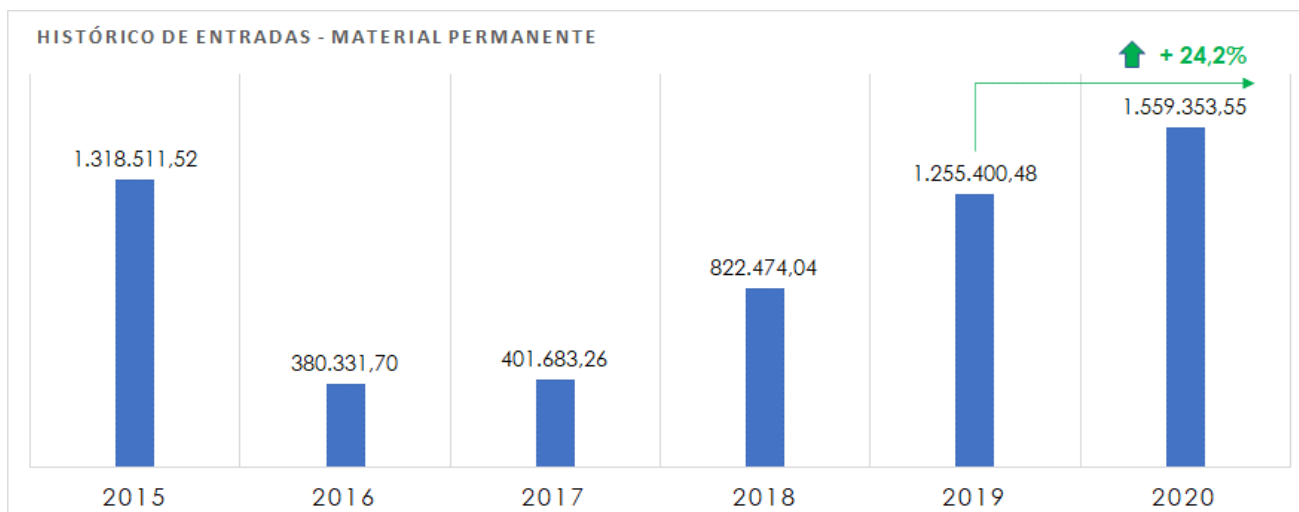
No gráfico abaixo apresenta o histórico dos registros de requisições feitas no exercício de 2020. Sendo este um indicador regido sob a Resolução nº59/DPGE de 22/11/2006, os registros classificam-se em: NORMAL = DENTRO DO PRAZO (solicitações realizadas entre 1 a 15 de cada mês) e FORA DO PRAZO. Como segue em anexo no exercício de 2020 tivemos um total acumulado de 767 requisições realizadas, sendo estas 424 (Dentro do Prazo) e 343 (Fora do Prazo).



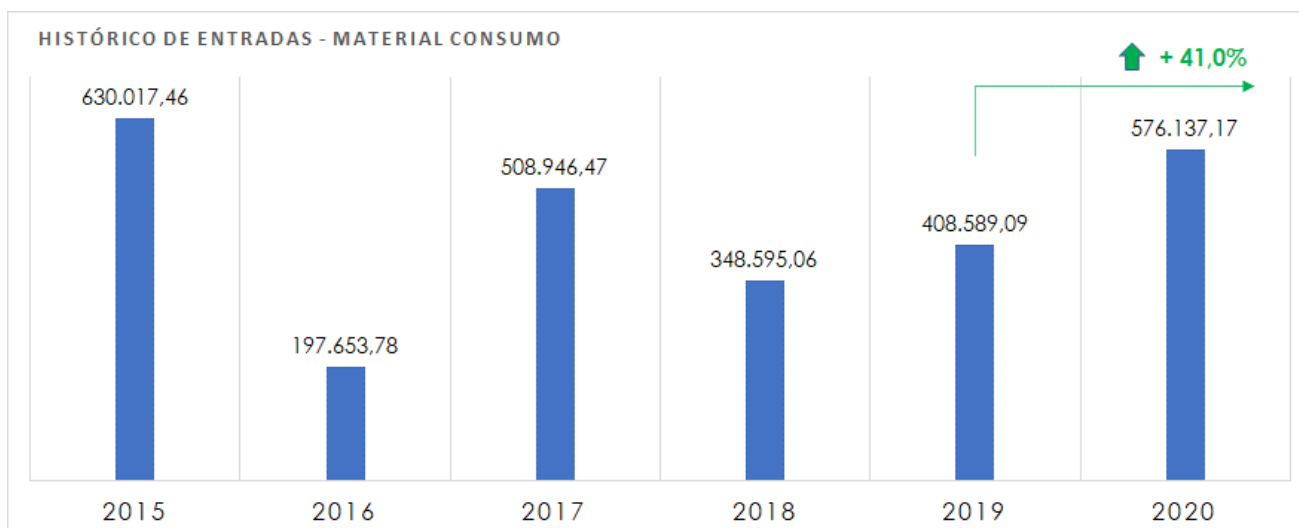
No gráfico abaixo temos a relação de 2019 x 2020 do total de requisições:



No gráfico abaixo detona-se o histórico de gastos com material permanente no exercício de 2020 e anos anteriores. Sendo que em 2020 registrou-se um aumento de aproximadamente 24,2% no gasto com este tipo de material, que em valores monetários totaliza R\$ 1.559.353,55 (Um milhão, quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

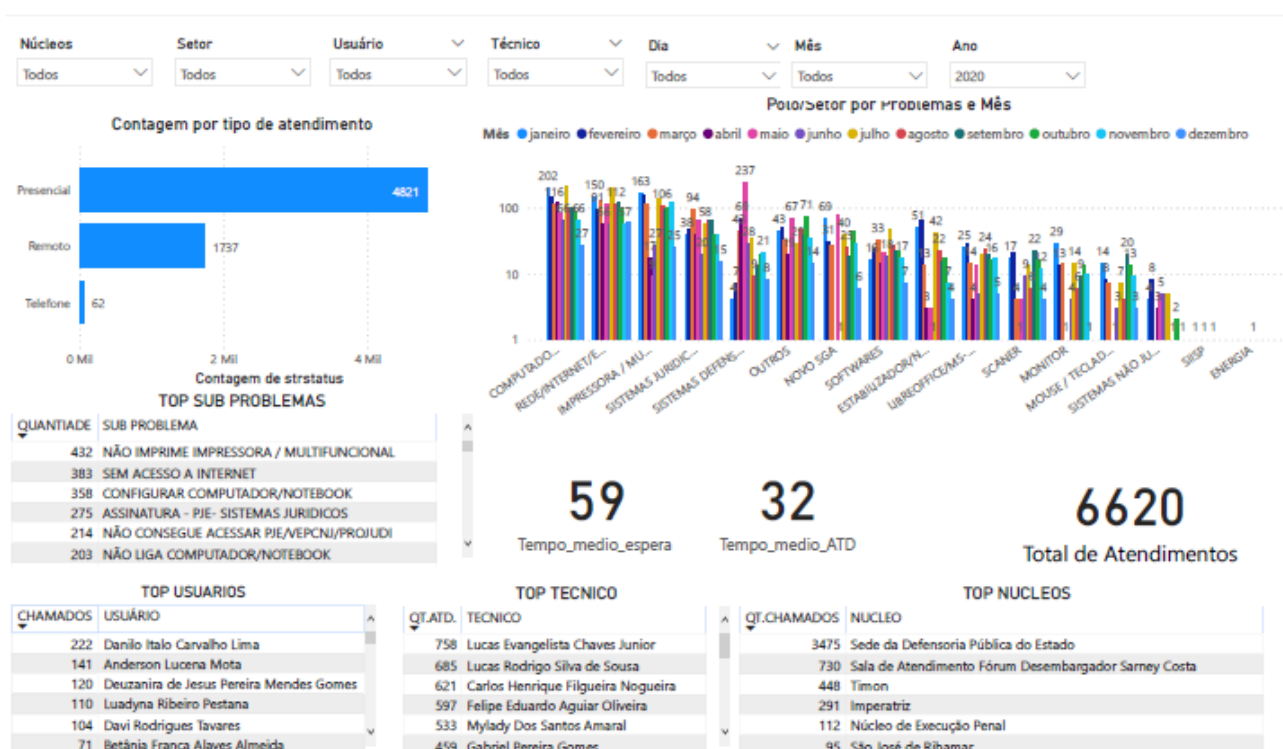


No gráfico abaixo detona-se o histórico de gastos com material de consumo no exercício de 2020 e anos anteriores. Sendo que em 2020 registrou-se um aumento de aproximadamente 41,0% no gasto com este tipo de material, que em valores monetários totaliza R\$ 576.137,17 (Quinhentos e setenta e seis mil, cento e trinta e sete reais e dezessete centavos).



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As atividades relativas à Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Infraestrutura e Redes e Operação e Suporte são de responsabilidade da Supervisão de Informática. No ano de 2020, foram registradas 11.519 solicitações diretas, ou seja, eventos relacionados à competência da Supervisão. 6.620 atendimentos de suporte, 1322 manutenções corretivas em equipamentos, 485 ações em sistemas da defensoria, 309 participações em eventos que demandaram suporte de informática. Por fim, ocorreram 186 manutenções preventivas incluindo sede e núcleos regionais.



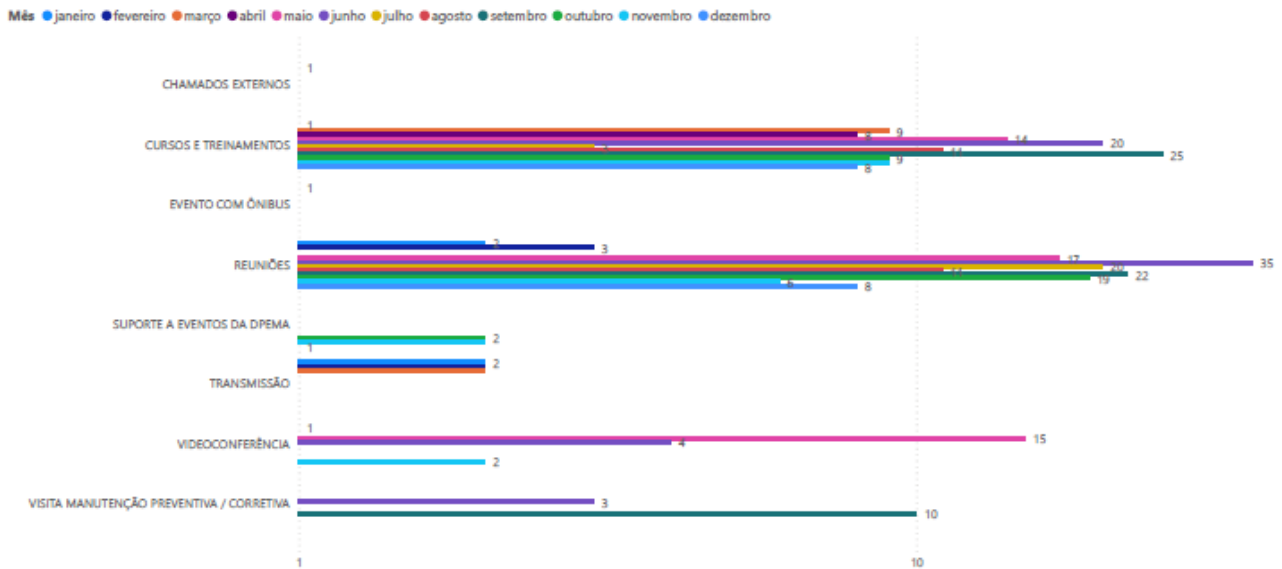


Tipo de Eventos Técnico Mês Ano
Seleções múltiplas Todos Todos 2020

309

Total de Eventos Concluídos

Contagem de strdescricao por tipo_evento e Mês

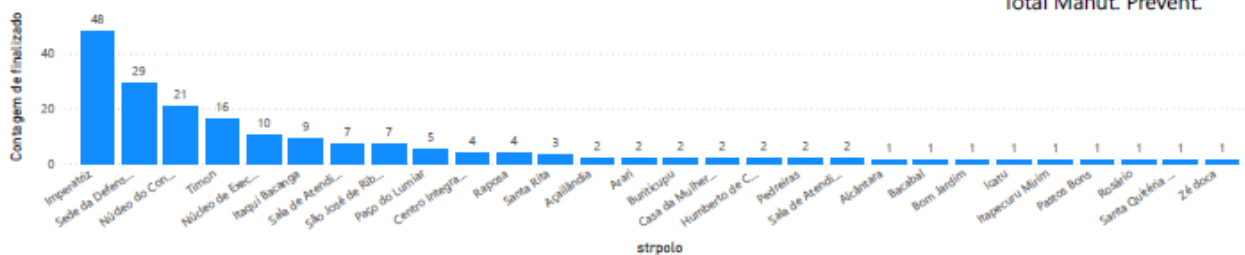


Núcleos funcionario Dia Mês Ano
Todos Todos Todos Todos 2020

186

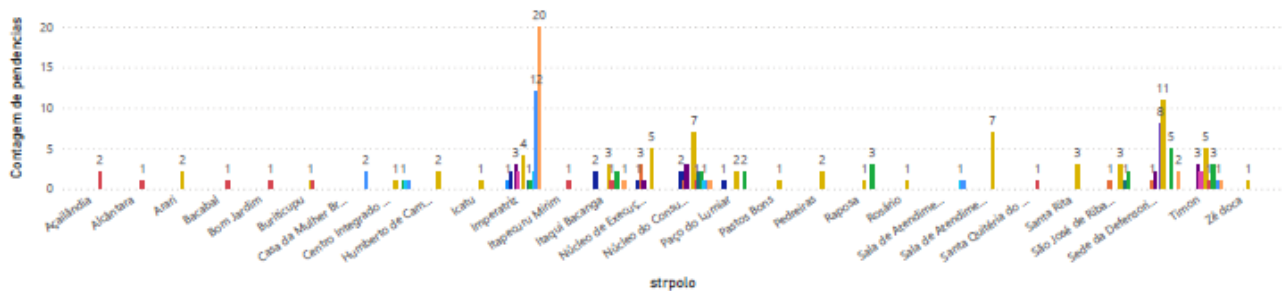
Total Manut. Prevent.

Contagem de finalizado por strpolo



Contagem de pendencias por strpolo e Mês

Mês: (Em branco) janeiro fevereiro março abril maio junho julho agosto setembro outubro novembro dezembro





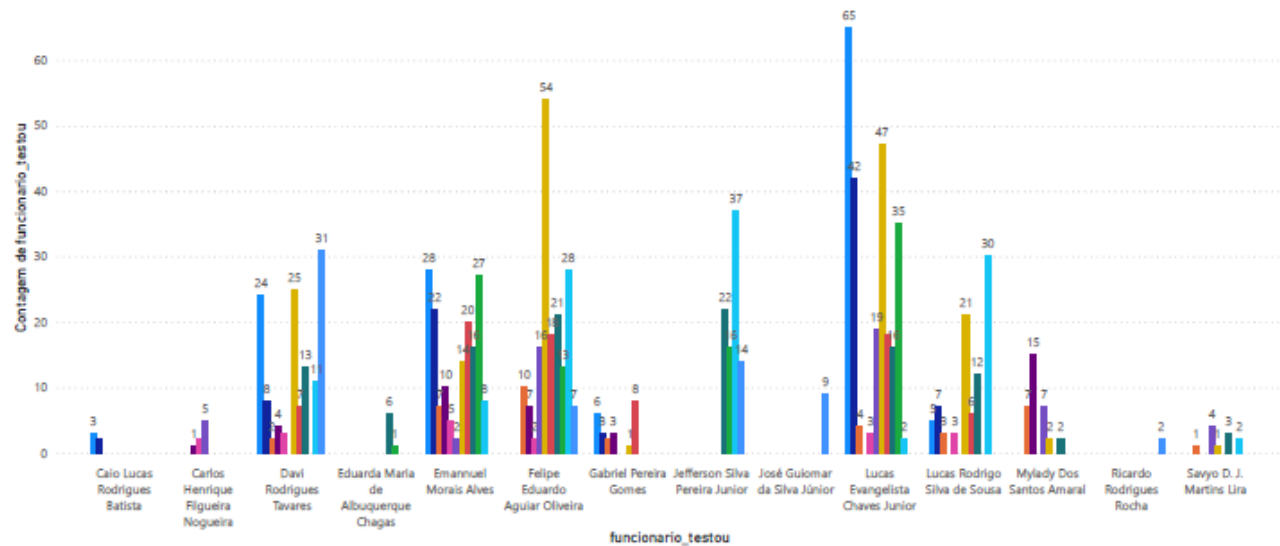
Técnico Mês Ano
 2020

988

Total de RE emitida

Contagem de funcionario_testou por funcionario_testou e Mês

Mês



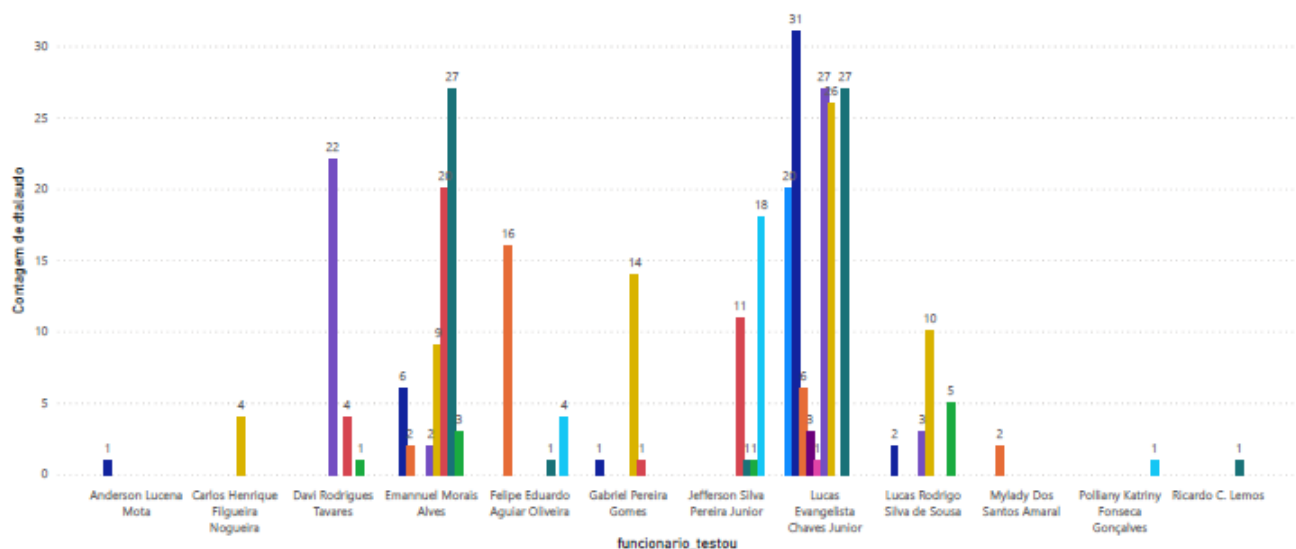
Técnico Mês Ano
 2020

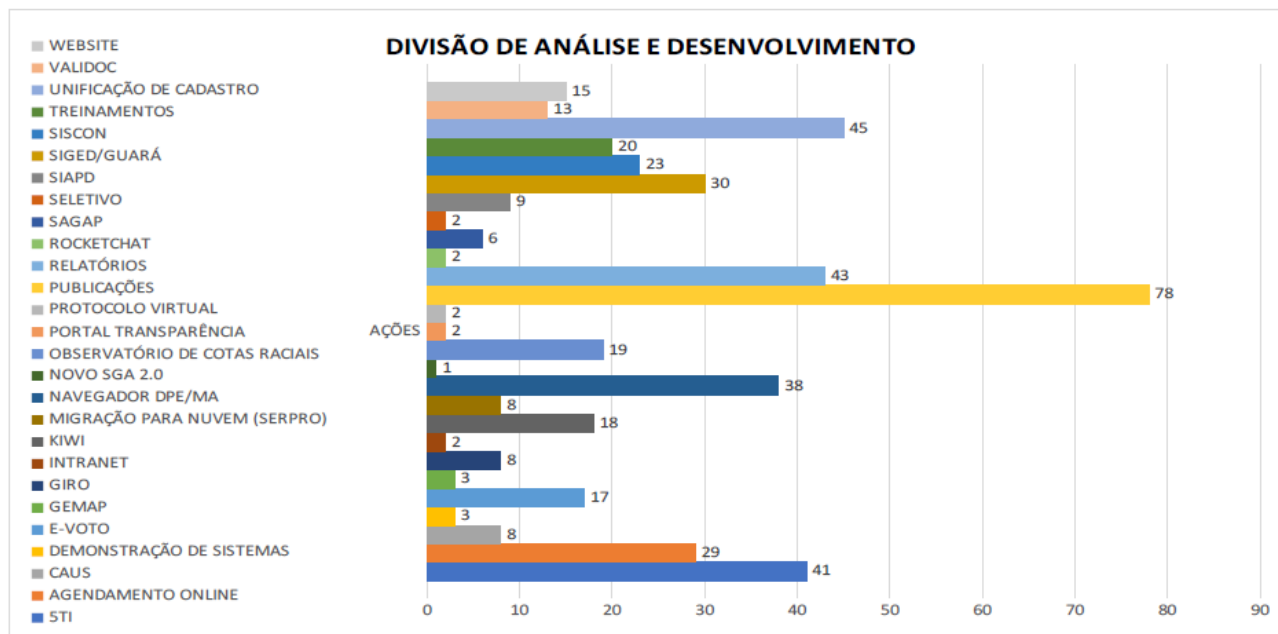
334

Quantidade laudos emitidos

Contagem de ditalaudo por funcionario_testou e Mês

Mês





PROGRAMA DE ESTÁGIO

O programa, com duração de até dois anos, faz com que nossos estagiários vivenciem desde cedo a missão da Defensoria Pública. Tem por finalidade de dar ao estudante a oportunidade de desempenhar atividades complementares em sua área de formação e de aprender competências próprias de atividade profissional, com o objetivo de permitir o seu desenvolvimento para a cidadania, trabalho e a vida.

A Supervisão de Estágio é a unidade responsável em dirigir e supervisionar as atividades de estágio desenvolvidas pelos estudantes das Instituições de Ensino Superior na Defensoria. As principais atividades desenvolvidas, pela Supervisão de Estágio da Defensoria Pública do Estado durante o exercício de 2020 foram as seguintes:

- Abertura e acompanhamento de processos administrativos para contratação de estagiários de direito para os núcleos da capital e núcleos regionais, além de estagiários administrativos para os diversos setores da instituição;
- Abertura de processos de aditivo de estágio;
- Abertura de processo de desligamento de estágio;
- Gestão da Bolsa de estágio;
- Gestão da Apólice de Seguro dos Estagiários;
- Processo Seletivo de Estágio Forense.

Em relação a PAGAMENTOS, tivemos os seguintes Processos Administrativos:

1. **Bolsa Estágio**, conforme descrito abaixo:

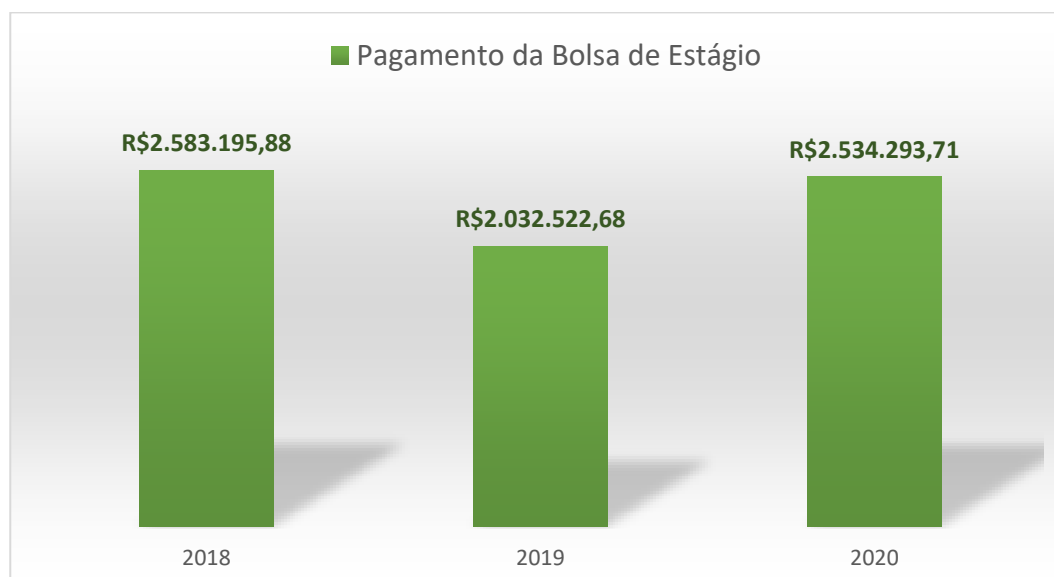
Tabela 1 - Pagamento de Estagiários

JAN	R\$ 209.764,04	JUL	R\$ 189.171,69
FEV	R\$ 239.048,33	AGO	R\$ 206.646,00
MAR	R\$ 238.842,13	SET	R\$ 201.857,50
ABR	R\$ 223.196,00	OUT	R\$ 225.689,96
MAI	R\$ 160.063,81	NOV	R\$ 241.963,06
JUN	R\$ 155.206,53	DEZ	R\$ 242.844,66
TOTAL			R\$ 2.534.293,71

Fonte: Supervisão de Estágio

A Tabela 1, demonstram de forma mensal a soma dos valores pagos a estagiários administrativos e de direito, da sede e dos núcleos regionais de atendimento desta DPE/MA, bem como a gradativa evolução durante o ano de 2019.

Num comparativo com o ano de 2019, nota-se um aumento no pagamento da Bolsa-Estágio de 25% em 2020, muito em razão do aumento da quantidade de defensores públicos e da implantação de Econúcleos no Estado. Isso se reflete obviamente no pagamento da Apólice de Seguros para os estagiários (tabela 2).

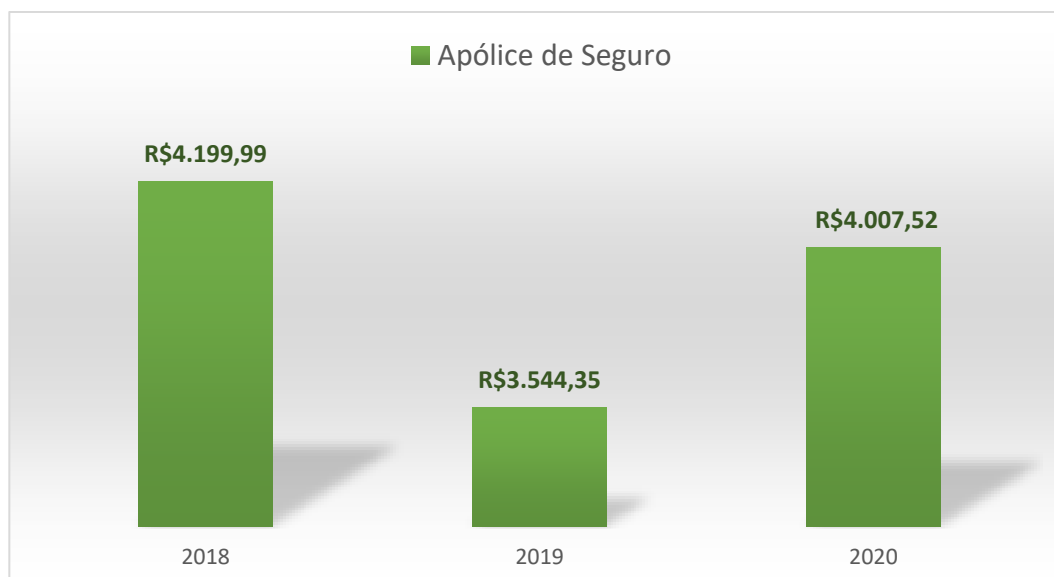


2. Pagamentos relativos ao **Seguro de Estagiários**:

Tabela 2 - Pagamento Seguro de Estagiários

JAN	R\$ 313,84	JUL	R\$ 313,84
FEV	R\$ 313,84	AGO	R\$ 114,00
MAR	R\$ 313,84	SET	R\$ 417,34
ABR	R\$ 313,84	OUT	R\$ 417,34
MAI	R\$ 313,84	NOV	R\$ 430,98
JUN	R\$ 313,84	DEZ	R\$ 430,98
TOTAL			R\$ 4.007,52

Fonte: Supervisão de Estágio



OBRAS E REFORMAS

A Supervisão de Obras e Reformas é a unidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e execução dos projetos e os serviços de implantação, manutenção e reforma das diversas edificações da Defensoria Pública do Maranhão. Além disso cabe também a Supervisão elaborar os quantitativos, orçamentos, cronograma físico e financeiro, caderno de encargos e memoriais descritivos dos projetos; avaliar as construções e desenvolver plano para manutenção ou recuperação das mesmas e executar os serviços de manutenção em elementos estruturais, alvenarias, coberturas, esquadrias, pisos e revestimentos das edificações bem como instalações elétricas, hidrossanitárias, rede de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto etc.; analisar e atestar notas fiscais baseadas nas medições

para fins de pagamentos; subsidiar a gestão superior na elaboração e aberturas de editais relativos à contratação de empresas para a execução de serviços e obras; emitir parecer técnico nos processos de licitações quando solicitado.

Desta forma, apresenta-se a seguir a relação das atividades que foram desenvolvidas pela Supervisão de Obras e Reformas no ano de 2020. Para melhor entendimento dos serviços que foram realizados, as atividades foram divididas em três grandes áreas de atuação: Manutenção Predial, Contratos, Projetos e Obras.

1. MANUTENÇÃO PREDIAL

Com vista na garantia na qualidade do serviço prestado para a comunidade que utiliza os serviços da DPE/MA, segurança e conforto para usuários e funcionários dos núcleos de atendimento da DPE/MA, todos os anos são realizadas manutenções e reformas nos núcleos de atendimento da capital, região metropolitana e interior do estado. Estes serviços visam corrigir problemas estruturais e funcionais que ocorrem devido ao tempo e a utilização dos imóveis alugados. Segue abaixo a relação dos núcleos que obtiveram por obras de manutenção/reforma no ano de 2017 a 2020:

SÃO LUÍS, REGIÃO METROPOLLITANA E INTERIOR

LOCAL	2017		2018		2019		2020	
	Pontual	Geral	Pontual	Geral	Pontual	Geral	Pontual	Geral
Sede			Δ		Δ		Δ	
Núcleo do Consumidor		X	Δ					
Núcleo de Execução Penal		X	Δ	X	Δ		Δ	
São José de Ribamar	Δ		Δ				Δ	
Paço do Lumiar	Δ			X	Δ			
Fórum					Δ			
Raposa		X	Δ				Δ	
Itaqui Bacanga							Δ	

LOCAL	2017		2018		2019		2020	
	Pontual	Geral	Pontual	Pontual	Pontual	Geral	Pontual	Geral
Açailândia	Δ		Δ			X	Δ	
Alcântara	Δ			X	Δ		Δ	
Arari	Δ			X	Δ			
Bacabal		X	Δ		Δ			
Balsas			Δ		Δ			
Barra do Corda		X	Δ		Δ			



Bom Jardim		X	Δ				Δ
Buriticupu	Δ			X			Δ
Carolina		X	Δ				Δ
Caxias	Δ		Δ		Δ		Δ
Cedral	Δ		Δ				
Chapadinha	Δ		Δ		Δ		
Codó	Δ			X	Δ		Δ
Coelho Neto	Δ			X			Δ
Coroatá	Δ			X			
Esperantinópolis			Δ				Δ
Humberto de Campo			Δ		Δ		
Icatu	Δ			X	Δ		
Imperatriz	Δ		Δ			X	Δ
Itapecuru Mirim						X	Δ
Lago da Pedra	Δ			X	Δ		Δ
Matões	Δ		Δ			X	Δ
Presidente Dutra			Δ		Δ		
Pastos Bons		X		X			
Pedreiras	Δ		Δ		Δ		
Pinheiro	Δ			X	Δ		Δ
Rosário	Δ		Δ	Δ			
Santa Helena	Δ		Δ				
Santa Inês	Δ		Δ		Δ		
Santa Quitéria			Δ				
Santa Rita	Δ			X	Δ		
Timon		X	Δ		Δ		Δ
Vargem Grande			Δ				Δ
Viana	Δ		Δ			X	
Zé Doca	Δ		Δ	Δ			

2. CONTRATOS

a) Gastos Manutenção 2019

Manutenção Corretiva (R\$)	Manutenção Preventiva (R\$)	Total
R\$ 0,00	R\$ 309.670,23	R\$ 309.670,23

Percebe-se que a DPE/MA, a fim de evitar possíveis transtornos e visando sempre dar o conforto e as melhores condições de atendimento, o foco em 2020 foi nas manutenções preventivas.

Manutenção Ar Condicionado:

Manutenção Ar Condicionado	Sede, Região Metropolitana e Interior do Estado	R\$ 158.048,66
----------------------------	---	----------------

b) Monitoramento Eletrônico:

Monitoramento Eletrônico	Prédio Sede	R\$ 28.026,00
	Região Metropolitana e Interior	R\$ 451.494,93

Valor de instalações novos Contratos **R\$ 62.650,00 (sessenta e dois mil, seiscientos e cinquenta)**

3. PROJETOS E OBRAS NOVOS NÚCLEOS

a) Núcleos inaugurados no exercício do ano de 2020.

NÚCLEOS	CONTÊINER	PLACA SOLAR	OBRA CIVIL	TOPOGRAFIA	TOTAL
MORROS	R\$ 140.152,56	R\$ 33.334,22	R\$ 126.888,32	R\$ 21.062,00	R\$ 300.375,10
PENALVA	R\$ 214.789,70	R\$ 45.000,00	R\$ 97.500,00	R\$	R\$ 357.289,70
CURURUPU	R\$ 170.000,00	R\$ 34.199,99	R\$ 169.163,06	R\$	R\$ 373.363,05
SÃO JOÃO DOS PATOS	R\$ 177.367,91	R\$ 38.458,97	R\$ 134.897,15	R\$ 13.011,77	R\$ 350.724,03
COLINAS	R\$ 170.000,00	R\$ 33.272,00	R\$ 156.391,74	R\$ 25.387,54	R\$ 359.663,74
	R\$ 872.310,17	R\$ 184.265,18	R\$ 684.840,27	R\$ -	R\$ 1.741.415,62

b) Demais Núcleo que passaram pelos serviços de Topografia e Sondagem.

TOPOGRAFIA

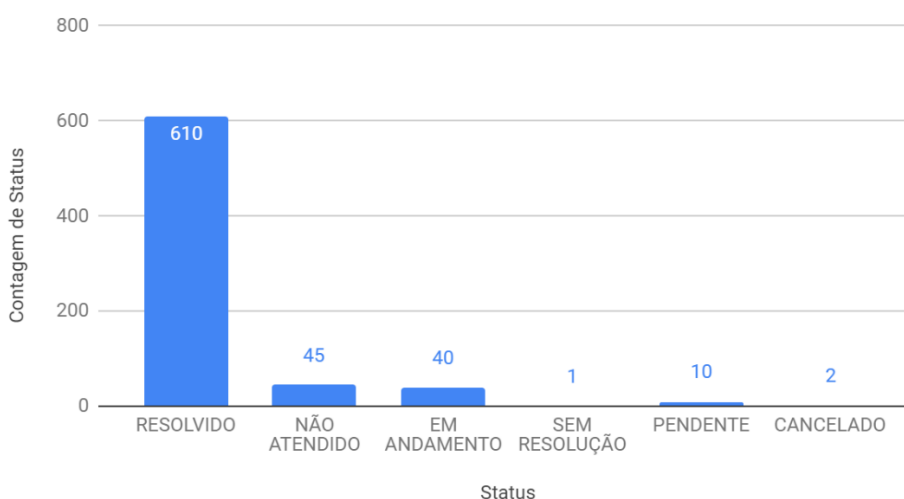
Núcleo	Valor
GRAJAÚ	R\$ 16.967,28
GOV. NUNES FREIRE	R\$ 26.552,56
SÃO MATEUS	R\$ 7.133,62
SANTA LUZIA	R\$ 7.886,62
PORTO FRANCO	R\$ 4.875,65
CANTANHEDE	R\$ 7.769,62
ZONA RURAL	R\$ 2.676,62

APOIO AOS NÚCLEOS

1. Receber solicitações das unidades da DPE

O SAN (Sistema de Acompanhamento de Núcleos) é a ferramenta pela qual os núcleos regionais fazem suas solicitações, a Supervisão de Núcleos, tem como principal atividade receber as solicitações das unidades da Defensoria Pública pelo Estado, encaminhar ao setor competente e dar retorno ao solicitante. Em 2020, recebemos 709 solicitações das unidades de atendimento, atendemos 610 solicitações. Não foram atendidas 45 solicitações, temos 40 solicitações em andamento e 10 solicitações pendentes que ficaram no aguardo de tramites internos para deliberação das demandas. Além de, 1 solicitação sem resolução e 2 canceladas.

Contagem de Status

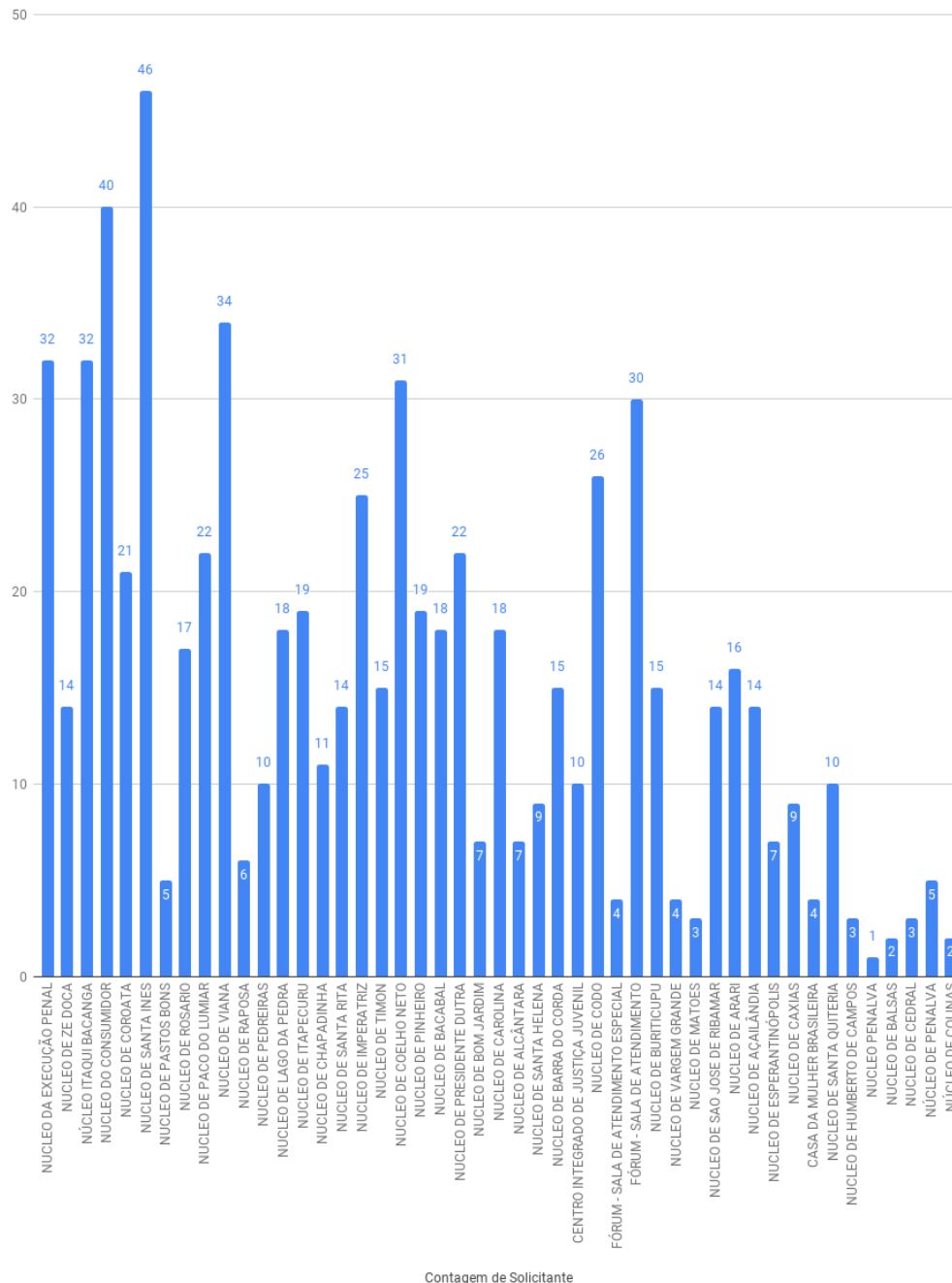


As três unidades que mais enviaram solicitações no ano de 2020 foram:

- 2) Núcleo Regional de Santa Inês (46);
- 3) Núcleo do Consumidor (40);
- 4) Núcleo de Regional de Viana (34).

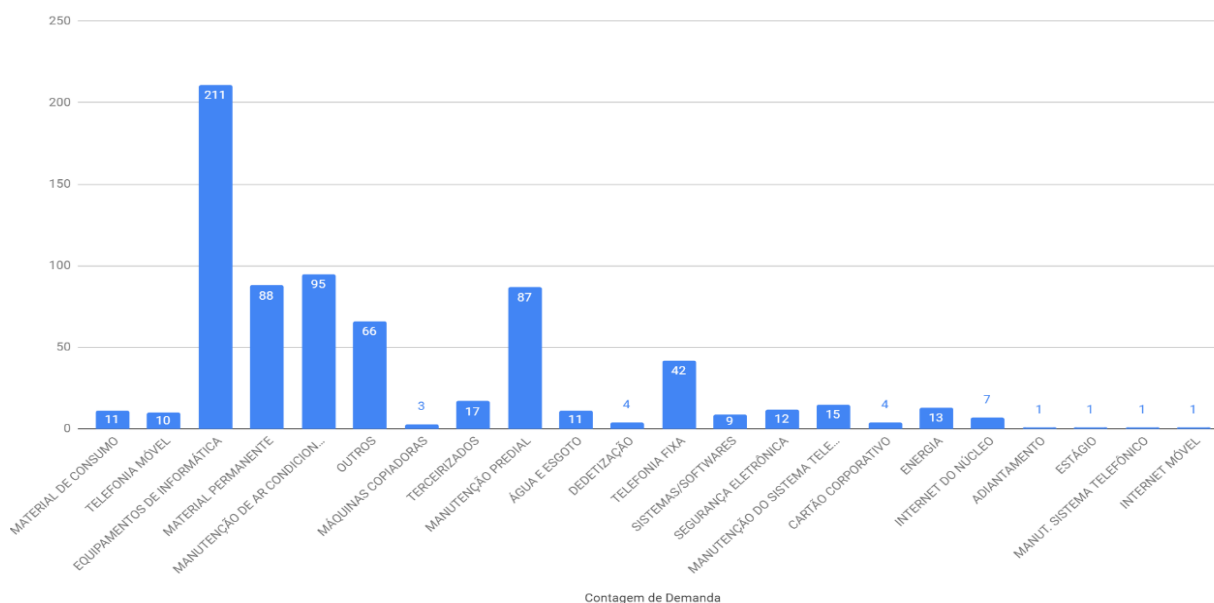


Contagem de Solicitante



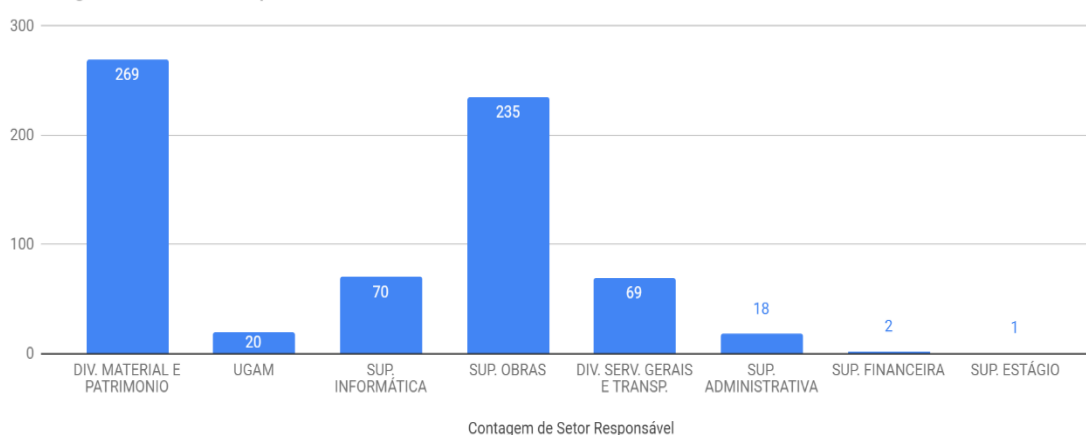
As solicitações mais recebidas foram referentes a equipamentos de informática (211), manutenção nos aparelhos de ar condicionado (95) e manutenção predial (87).

Contagem de Demanda



Os três setores com maior número de solicitações recebidas são a Divisão de Material, Supervisão de Obras e Reformas e a Supervisão de Informática. Ressalta-se que, a Supervisão de Núcleos/Obras e Reformas realiza orientações, tira dúvidas de Defensores e servidores, em relação aos procedimentos administrativos, por telefone e WhatsApp. Dessa forma, muitas solicitações são resolvidas no próprio setor evitando o encaminhamento de demandas aos demais setores.

Contagem de Setor Responsável

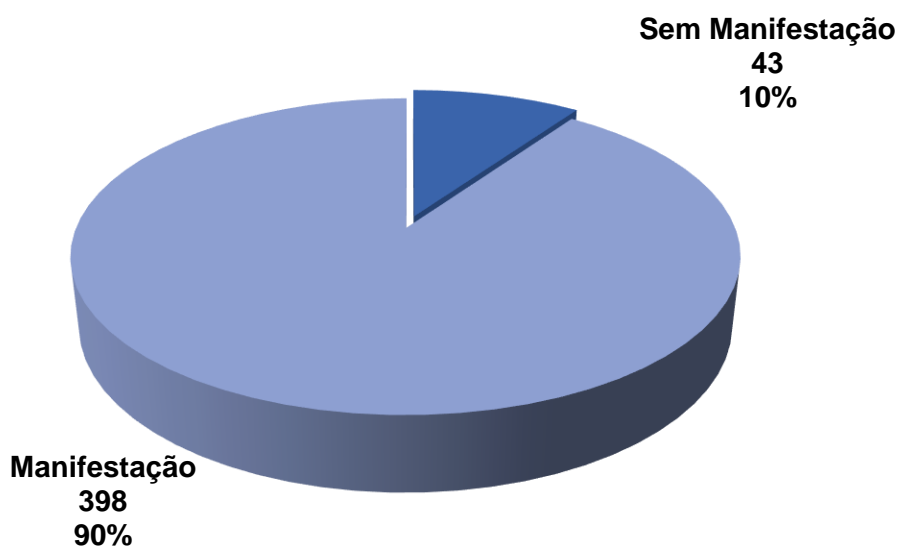


OUVIDORIA EXTERNA

Dados de Atendimentos 2020

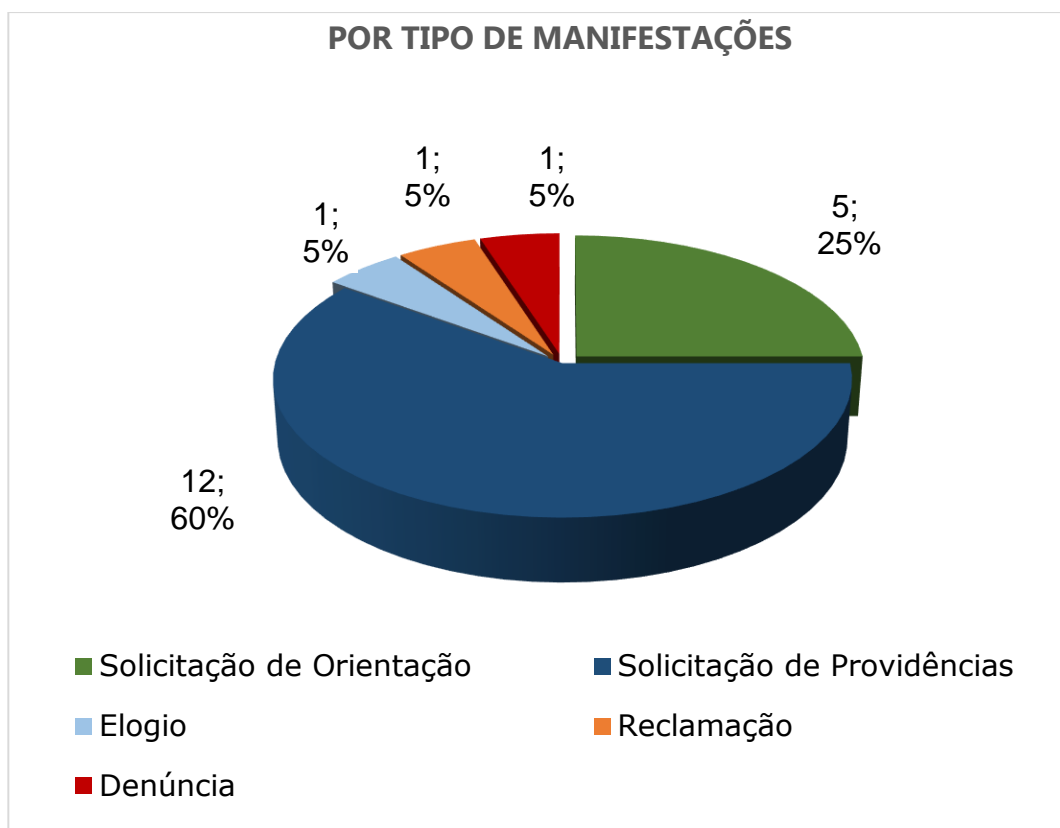
O primeiro gráfico desse relatório diz respeito a todos atendimentos realizados pela Ouvidoria. Em números absolutos, realizamos um total de 441 atendimentos em 2020. Ressaltamos que no período de janeiro a 18 de novembro, são manifestações recebidas na vigência da gestão anterior, e as de 19 de novembro a 31 de dezembro da atual gestão. Note-se, contudo, que o gráfico é dividido em duas partes principais: "manifestação" e "sem manifestação".

Total de atendimentos da Ouvidoria Geral



Isso significa que 90% (noventa por cento) dos atendimentos que fizemos geraram registro de manifestações na pasta de dados da Ouvidoria, equivalente a 398 manifestações. Os 10% (dez por cento) dizem respeito a atendimentos que não geraram manifestação, o que aconteceu em 43 vezes durante o ano de 2020. Esses atendimentos são aqueles que não fazem parte de nossa atribuição enquanto Órgão, mas o/a assistido/a ao chegar na Ouvidoria, a equipe demanda tempo para entender a questão e dar os devidos encaminhamentos para os setores ou órgãos competentes (de dentro ou fora da Defensoria Pública).

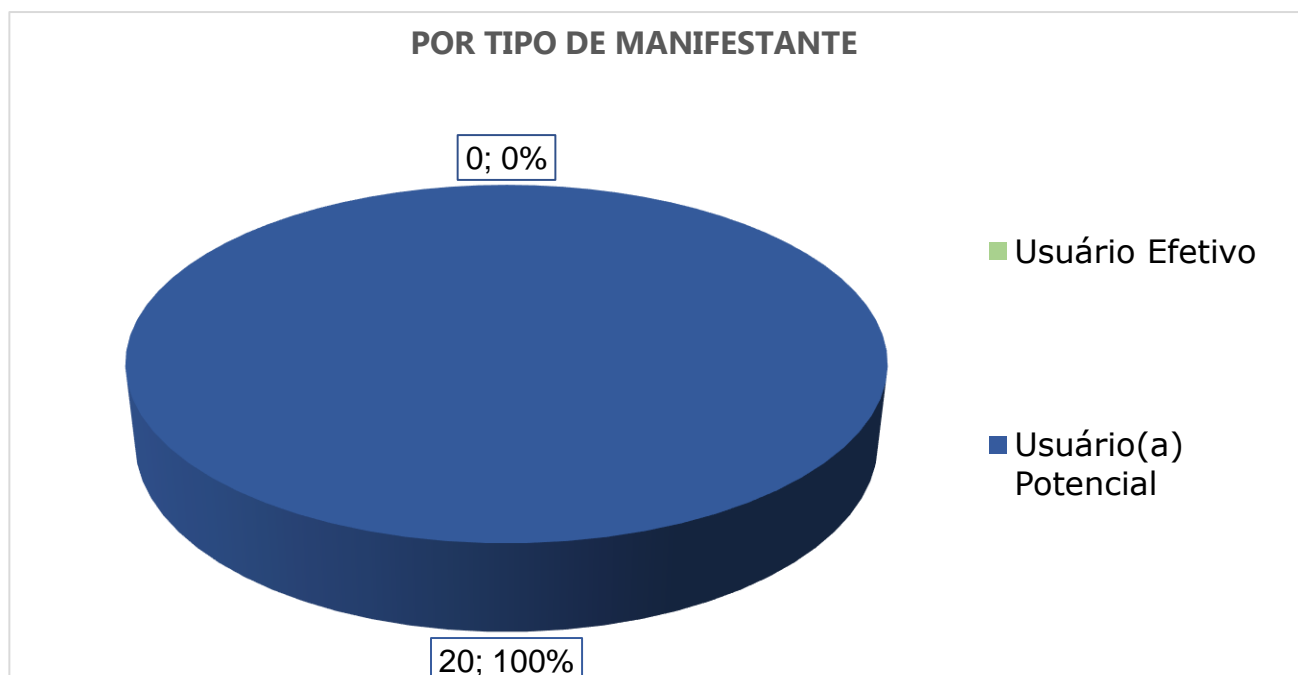
Nos próximos gráficos são as informações e análises de manifestações do período de 19 de novembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, da atual gestão do biênio 2020/2022.



No gráfico acima, podemos observar que as manifestações mais frequentes na Ouvidoria são as de Solicitação de Providências com o percentual de 60% (sessenta por cento). Já as segundas manifestações mais corriqueiras, são as de Solicitações de Orientação, com 25% (vinte e cinco por cento) dos registros. Dentre essas solicitações, estão as de atendimentos na sede da Defensoria, nos Núcleos Especializados, de usuários da capital, região metropolitana e de Municípios do interior, tanto dos que já possuem a instituição, quanto dos que ainda não têm.

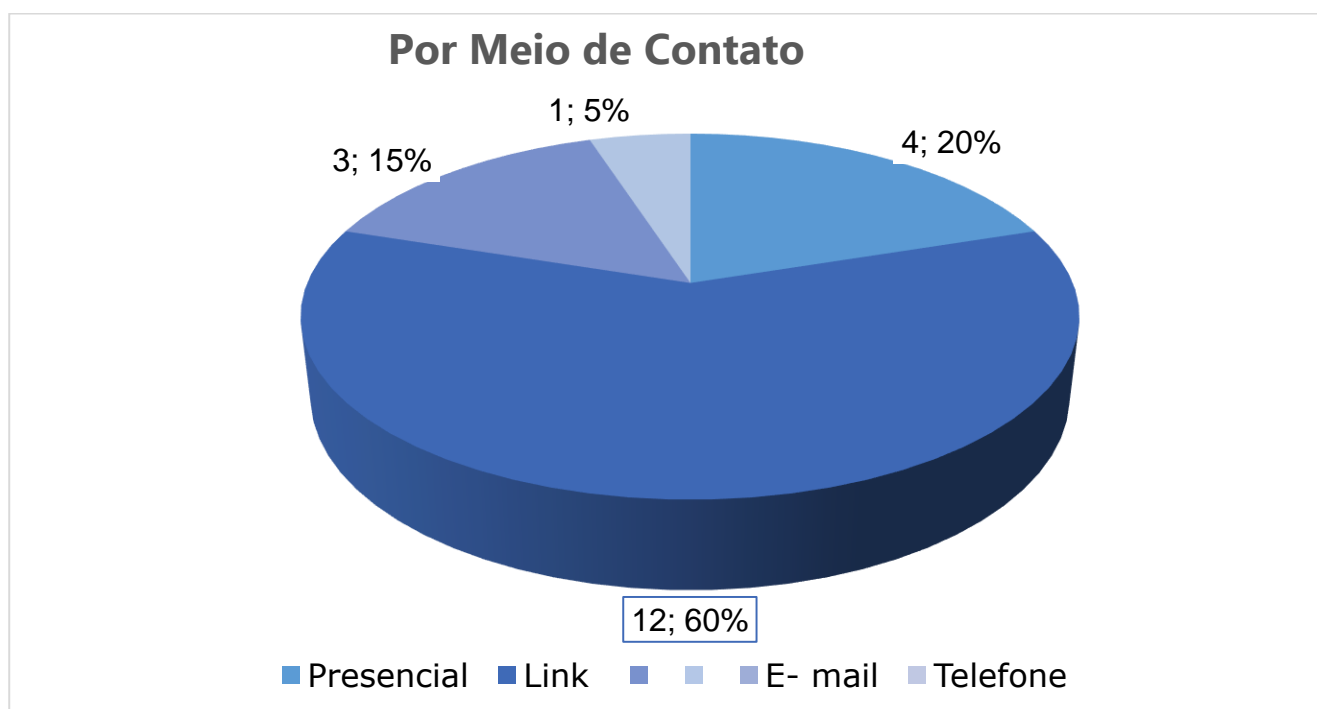
As Reclamações, por sua vez, alcançaram o percentual de 5% (cinco por cento), referentes aos serviços dos (as) defensores (as), servidores (as) e estagiários (as) da Defensoria. O mesmo percentual também ficou para os Elogios, os quais foram direcionadas para os colaboradores(as) e estagiários (as) da Defensoria Pública. Quanto as Denúncias, estas chegaram ao percentual de 3% (três por cento), e foram direcionadas a uma assistida da Defensoria.

POR TIPO DE MANIFESTANTE



No gráfico acima, podemos perceber que, no período supracitado, 100% (cem por cento) dos (as) usuários (as) que registraram manifestação, todos (as) procuram os serviços da Ouvidoria pela primeira vez, os quais recebem a nomenclatura de usuários potenciais. Já com relação aos usuários (as) efetivos, que são aqueles que buscam a Ouvidoria com frequência, não houve registros. Logo, percebe-se o crescimento na procura dos serviços da Defensoria através do canal da Ouvidoria.

Por Meio de Contato



Como podemos perceber no gráfico acima, o maior número por meio de contato na Ouvidoria, apresenta-se através do Link Fale com a Ouvidoria com o percentual de 60% (sessenta por cento), enquanto as manifestações recebidas por e-mail totalizam 20% (vinte por cento), presenciais apenas 17% (dezesete por cento) e 5% (cinco por cento) por telefone.



A Ouvidoria da Defensoria Pública está instalada na sede da instituição, em São Luís, fator este, que deixa a capital com 60% (sessenta por cento) das manifestações por local de entrada.

Os 25% (vinte e cinco por cento) são dos municípios do interior do estado e da região metropolitana que possuem Defensoria Pública, as manifestações foram dos Núcleos Regionais de Açailândia, Bacabal, Caxias, Icatu, Paço do Lumiar, Santa Inês, São Luís e Timon.

Temos ainda, o percentual de 10% (dez por cento) de outros municípios do Maranhão são eles, Estreito e Gonçalves Dias e dos estados de Goiás, Mato Grosso, São Paulo, e Santa Catarina.

Por fim, 5% (cinco por cento) das manifestações, a localidade não foi informada.

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

ATENDIMENTO JURÍDICO GRATUITO

Conforme Resolução nº 006 - CSDPEMA, de 25 de julho de 2014, cabe a Defensoria Pública promover assistência jurídica aos brasileiros ou estrangeiros, residente ou em trânsito no Estado, cuja ineficiência de recursos, comprovadamente, não lhe permita pagar as despesas do serviço de assistência jurídica, as custas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo do sustento pessoal e de sua família, ou seja, àquelas pessoas que não tenham condições financeiras para pagar um advogado e que comprovem possuir renda mensal individual de até 03 salários mínimos ou pertencer a entidade familiar, cuja média da renda per capita mensal não ultrapasse a metade do valor de 03 salários mínimos.

Quando for constatado a existência de necessitados nas condições de violência doméstica, situação de risco, usuário de drogas e vítimas de racismo e tortura, essa assistência jurídica será prestada, independente de condição econômica.

Ao criar o modelo público de assistência jurídica, o Estado brasileiro passou a permitir que qualquer pessoa possa pleitear seus direitos, independentemente de sua condição financeira, sob a inspiração do princípio republicano da igualdade de todos perante a lei.

No Maranhão, segundo dados extraídos do livro “A política pública de assistência jurídica - A Defensoria Pública no Maranhão como reivindicação do campo democrático popular” (TERTO NETO, Ulisses, Curitiba: Juruá, 2010, p. 154) cerca de 57,72% (cinquenta e sete vírgula setenta e dois por cento) da população maranhense é potencial usuária dos serviços prestados pela Defensoria. A exclusão legal da população carente do nosso Estado, impôs à Defensoria significativa ampliação do seu modelo de atuação. Ao lado do patrocínio jurisdicional, diversificaram-se o atendimento e a consulta jurídica para além da resolução judicial dos conflitos, na perspectiva da prevenção aos litígios, bem como da educação em direitos humanos.

O cidadão-usuário assim como a sociedade civil organizada tem a disposição vários canais para acessar informações e serviços da DPE/MA. Esse relacionamento pode ser feito por meio de Audiências Públicas e Rodas de Diálogos, Ouvidoria Externa, CRC - Disque 129, pelo site defensoria.ma.def.br e Portal da Transparência.

Dentre os produtos e serviços relacionados à atividade finalística da organização destacam-se:

- ❖ Orientação Jurídica Inicial - 1º Atendimento;
- ❖ Agendamento Direto com o Defensor (somente nos casos de urgência e emergência);
- ❖ Orientação jurídica aos cidadãos;
- ❖ Agendamento eletrônico para atendimento com o Defensor (após orientação prévia);
- ❖ Informações sobre serviços oferecidos, endereços, telefones e horários de atendimento dos núcleos e unidades de atuação da Defensoria Pública do Estado do Maranhão;

- ❖ Informação sobre os processos judiciais em andamento;
- ❖ Informações sobre direitos aos usuários dos serviços;
- ❖ Atendimento psicológico e social individual e coletivo;
- ❖ Elaboração de relatórios, laudos, estudos e pareceres psicossociais da área de sua competência;
- ❖ Encaminhamentos a diversas Políticas Públicas;
- ❖ Mediação e conciliação de conflitos;
- ❖ Assistência aos grupos temáticos (área de atuação da DPE/MA) e suas famílias.

CENTRO INTEGRADO DE APOIO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA - CIAPVI

Este relatório enseja demonstrar a atuação do Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa - CIAPVI no ano de 2020, ano atípico por conta de uma pandemia ocasionado por um vírus recém descoberto que limitou nosso atendimento presencial. Sabemos que “Os idosos formam o grupo com maior risco de desenvolver complicações decorrentes da COVID-19, que podem inclusive levar à morte”, entretanto a violência doméstica contra esse segmento se acentuou com um agravante: medo de como e onde denunciar. O CIAPVI, por meio de sua equipe (em home office e presencialmente), não mediu esforços para atender as fragilidades da pessoa idosa e seus familiares nas mais diversas situações, sempre buscando encontrar de forma pacífica a solução para diminuição dos conflitos familiares fator gerador da violência doméstica.

DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO DO CIAPVI NO ANO DE 2019

1. ATENDIMENTO INDIVIDUALIZADO SERVIÇO SOCIAL (REMOTO E PRESENCIAL)

Escuta qualificada / observação / preenchimento de ficha/registro no SAGAP

Foram atendidas 793 pessoas

2. VISITAS (INSTITUCIONAL E DOMICILIAR)

OBJETIVO: Levantar elementos da realidade institucional, para apuração de irregularidades e ou firmar parcerias na defesa da pessoa idosa, além de levantar dados e histórico familiar para uma intervenção multiprofissional/ e subsidiar as demandas jurídicas/observação in loco/ escuta sensível.

Foram realizadas 23 visitas

3. MEDIAÇÕES E CONCILIAÇÕES DE CONFLITOS

OBJETIVO: Proporcionar ao assistido maior celeridade nas demandas apresentadas; promover uma cultura de paz e fortalecimento dos vínculos familiares; diminuir as filas de espera do judiciário.

Foram realizadas 29 mediações e 16 acordos com 135 pessoas mediadas

4. ENCAMINHAMENTOS PARA RENADI

OBJETIVO: Propiciar a pessoa idosa um atendimento especializado nas diversas instituições quando a situação não é atendida pela DPE ou quando a questão requer outras providências.

Foram realizados 136 encaminhamentos

5. REALIZAÇÃO DE PALESTRAS/ SEMINÁRIOS/ EVENTOS

OBJETIVO: Contribuir para um novo olhar sobre o envelhecimento, na perspectiva de que todos sejam respeitados ao longo do ciclo de vida, nomeadamente no contexto do envelhecimento, otimizando a autoconfiança dos idosos para que vivam com segurança diante dos desafios da vida.

Total de alcançados - 4.421 pessoas

6. OUTRAS ATIVIDADES

OBJETIVO: Contribuir com a valorização da pessoa idosa demonstrando que o envelhecimento é uma caminhada que deve ser construída ao longo dos anos e de diferentes maneiras.

Participação em eventos - 13 pessoas e em capacitações - 44 pessoas

ATENDIMENTO GERAL DO CIAPVI EM 2020

5.565 atendimentos

(Serviço Social, Psicologia, encaminhamentos, mediações de conflitos, visita domiciliar, orientações, documentação, atividades de prevenção)

CENTRO INTEGRADO DE APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CIAPD

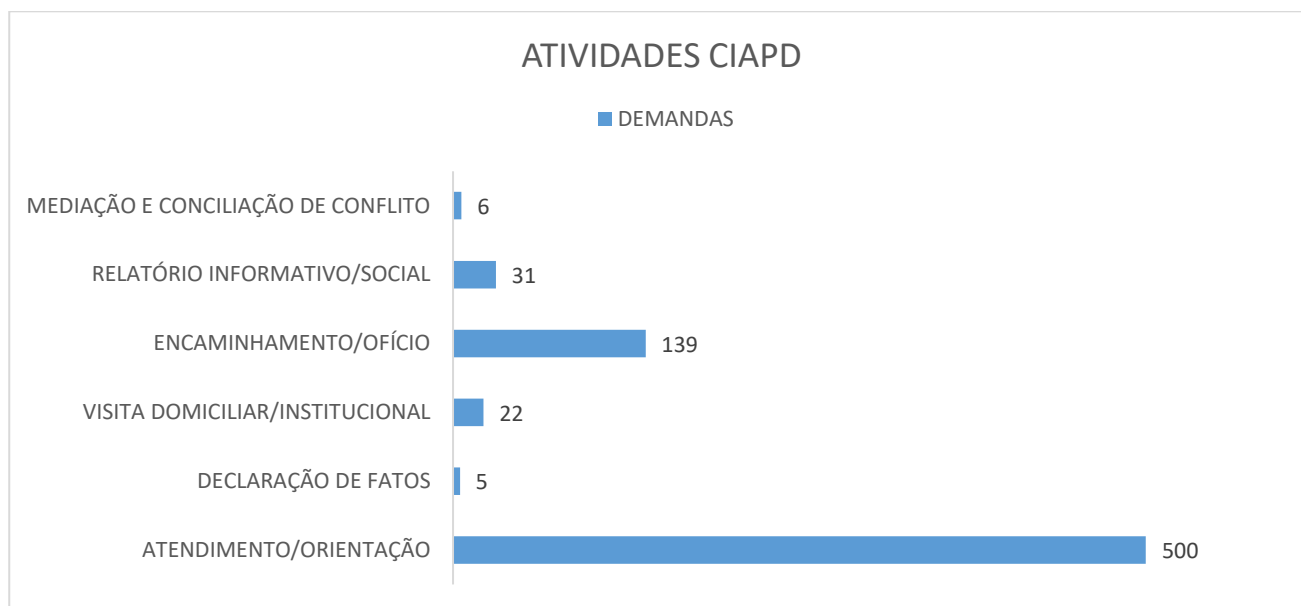
O Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência - CIAPD, Núcleo desta Defensoria Pública do Estado do Maranhão - DPE/MA, realiza atendimento por meio de equipe multiprofissional ao referido segmento social com ações de enfrentamento a violência, promoção da inclusão social e de acessibilidade destes cidadãos, na perspectiva da construção efetiva da Rede de Proteção e Atendimento Especializado à Pessoa com Deficiência.

Destaca-se as principais atividades:

1. Atendimento social por meio de escuta sensível;
2. Visita domiciliar para constatação dos relatos apresentados sobre violações de direitos contra pessoa com deficiência (se necessária);
3. Disque Denúncia: constatar as situações de violência descrita;
4. Mediação e conciliação de conflito;
5. Realização de encaminhamentos para instituições especializadas, conforme as particularidades de cada caso de violação;
6. Elaboração de relatórios e parecer social para subsidiar a intervenção jurídica;

7. Elaboração e envio de documentos internos e externos;
8. Visita Técnica para Fiscalização e vistoria com Defensores Públicos e parceiros.
9. Elaboração e envio de documentos internos e externos;
10. Visita Institucional aos parceiros;
11. Reunião com os parceiros;
12. Sensibilização do Centro e dos direitos dos PCD por meios de comunicação;
13. Divulgação para a comunidade;
14. Participação nas Ações dos Núcleos Especializados da DPE-MA (datas comemorativas: mãe, idoso, pai, criança etc);
15. Palestra e Oficinas para prevenção da violência contra pessoa com deficiência. (Locais: escolas, associações, profissionais da saúde e assistência social);
16. Participação no Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência em análise de documentos, leis e normas sobre os direitos da PcD;

Descritivo quantitativo das atividades que são oportunas para o momento:



Foi registrado o total 703 demandas, ressaltando que a pandemia do COVID-19 prejudicou o desenvolvimento das atividades, sendo que nos meses de abril até junho de 2020, os atendimentos ocorreram de forma remota e não houve registros nos meses de novembro e dezembro.

NÚCLEO PSICOSSOCIAL

O Núcleo Psicossocial da Defensoria, composto por psicólogas e assistentes sociais, que tem prestado apoio fundamental à atuação dos Defensores Públicos, tanto na elaboração de pareceres e estudos sociais, quanto na articulação com os poderes públicos e a sociedade civil organizada. O Núcleo Psicossocial trabalha diariamente objetivando atender todas as demandas apresentadas através de

atendimentos diretos aos usuários e subsidiando ações judiciais promovidas pelos Defensores Públicos por meio de estudos sociais e relatórios informativos.

O serviço social e a psicologia entram no contexto da Defensoria Pública como uma área do conhecimento que vem auxiliar e agregar valores ao campo jurídico, devendo o assistente social e psicólogo ser integrante da equipe interdisciplinar com seu conhecimento específico, para a construção de novas alternativas de ação nesse campo.

Desse modo, o Psicossocial atua de forma conjunta e interdisciplinar nos seguintes Núcleos: Direitos Humanos, Execução Penal, Família, Defesa da Criança e do Adolescente, Mulher e População LGBT, Moradia e Defesa Fundiária, Saúde, Registro Público, Consumidor, Cível, bem como, em demandas derivadas dos atendimentos realizados pelos defensores que têm atuação no Fórum.

Destaca-se ainda a forte atuação do setor junto a elaboração e execução dos projetos da instituição e ações sociais, buscando a desburocratização do acesso à justiça, a intersectorialidade das políticas públicas, fortalecimento da atuação da instituição junto às equipes dos diversos órgãos de enfrentamento as situações de vulnerabilidade social, além da relevante contribuição para o empoderamento do cidadão por meio de orientações de educação em direitos.

1. PROJETOS

1.1. Projeto: Fortalecendo os Vínculos Familiares⁵

Uma iniciativa da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares de internos do sistema de justiça, por meio do reconhecimento de paternidade e direitos fundamentais. Inicialmente o projeto foi desenvolvido na Ilha de São Luís, mas, em 2019, realizou sua primeira interiorização, no município de Itapecuru Mirim/MA, que em 2020 teve suas atividades estendidas nos demais municípios do Estado do Maranhão, onde existem núcleos da DPE e Unidades prisionais.

O referido projeto tem como público-alvo os Internos do sistema de justiça e seus familiares. E conta com a parceria direta da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e unidades prisionais.

1.2. Projeto: Pais e Filhos: reconhecer é um ato de amor

Uma iniciativa da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, o Projeto Pais e Filhos é uma ferramenta que busca fomentar o Reconhecimento de Paternidade de forma voluntária

⁵As ações do referido projeto ganharam destaque institucional, sendo inscrito e premiado no Prêmio **INNOVARE/2014**, (categoria Defensoria Pública) caracterizado como boas práticas no sistema judiciário. O Projeto também foi apresentado no **Congresso Nacional dos Núcleos Psicossociais das Defensorias Públicas/2017**.

e extrajudicial, através da mobilização social de comunidades e instituições locais sobre a importância legal e afetiva da paternidade.

O referido projeto tem como público-alvo pessoas a qualquer tempo da vida, que não tiveram a paternidade reconhecida e tenham a concordância do pai biológico, de forma que as partes envolvidas desejem fazê-lo voluntariamente.

1.3. Projeto Acolher: Em Defesa das famílias vítimas de homicídio.

Uma iniciativa da Defensoria Pública do Estado do Maranhão em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão por meio da Delegacia de Homicídio, tem como objetivo a garantia de Assistência Jurídica e Psicossocial, às famílias de pessoas vítimas de homicídios, buscando a intersetorialidade das políticas públicas, no intuito de diminuir os danos sociais e psicológicos causados pela violência, fortalecer as famílias trabalhando suas fragilidades e dificuldades através de ações específicas que proporcionem melhorias na convivência familiar e comunitária.

1.4. Projeto Reconstruindo Laços: Em Defesa da Criança e do Adolescente em Situação de Acolhimento Institucional

O referido projeto, tem como objetivo contribuir com o processo de desacolhimento de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

As ações do projeto são supervisionadas pelos Defensores Públicos Davi Rafael Silva Veras, Joaquim Gonzaga Neto, Ana Lourena Moniz Costa e a Coordenadora do Núcleo Psicossocial Silene Ferreira Gomes de Brito. E para desenvolver o trabalho foi contratado 01 Assistente Social e 01 psicólogo, que desenvolvem suas atividades, no Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente situado na Sede da Defensoria Pública e nas Unidades de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Termo de Convênio nº 001/2019/SEMCAS, celebrado com o Município de São Luís, através da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social - SEMCAS, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, no período de 12 meses.

1.5. Projeto Respeitar a Diferença é Viver sem Violência

Termo de Convênio nº 878382/2018, celebrado entre o Ministério de Direitos Humanos e a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, com duração de 12 meses, cujo objetivo é

ampliar o atendimento à população LGBT e a realização de ações de educação em direitos, tendo em vista a prevenção das situações de violência contra a população LGBT.

O referido projeto é supervisionado pela Defensora Pública Titular do Núcleo de Defesa da Mulher/LGBT - DPE/MA (Lindevania de Jesus Martins Silva) e pela Coordenadora do Núcleo Psicossocial - DPE/MA (Silene Ferreira Gomes de Brito).

Para desenvolver o trabalho foi contrata do 02 Assistentes Sociais, 01 Assessor jurídico, 01 psicólogo e 02 estagiários de Direito, que desenvolvem as atividades no Núcleo de Defesa da Mulher e da População LGBT, situado na casa da Mulher Brasileira.

1.6. Projeto Fortalecimento da Assistência Jurídica e Implantação da Visita Virtual para Pessoas Privadas de Liberdade no Estado do Maranhão

Termo de Convênio nº 880896/2018, celebrado com o Departamento Penitenciário Nacional e a Defensoria Pública do Estado, no período de 24 meses, cujo objetivo é o fortalecimento do atendimento jurídico das pessoas privadas de liberdade e seus familiares, e estímulo a manutenção dos vínculos familiares através da implantação da visita virtual.

O referido convênio proporcionou a contratação de 02 Assessor Jurídico, 01 Assistente Social, 01 Psicólogo e 08 Estagiários de Direito, que desenvolvem as atividades no Núcleo de execução Penal no bairro renascença e nas Unidades prisionais.

As ações do projeto são supervisionadas pelo Defensor Público, Bruno Dixon de Almeida Maciel - Defensor Público Titular do Núcleo de Execução Penal e Silene Ferreira Gomes de Brito - Coordenadora do Núcleo Psicossocial.

Em 2020 foi elaborado e aprovado o Primeiro Aditivo com o objetivo de ampliar a equipe e expandindo as ações para os municípios de Imperatriz/MA (01 Assessor Jurídico, 01 Assistente Social, e 01 Estagiários de Direito), Pinheiro/MA (01 Assessor Jurídico, 01 Assistente Social, e 01 Estagiários de Direito), Timon/MA (01 Assessor Jurídico, 01 Assistente Social, e 01 Estagiários de Direito), Açailândia/MA (01 Assessor Jurídico, 01 Assistente Social, e 01 Estagiários de Direito) e São Luís(02 Assessor Jurídico, 01 Administrativo, e 01 Estagiários de Serviço Social) e com perspectiva de formalizar um segundo termo aditivo para continuar fortalecendo o Núcleo de São Luís e outros núcleos regionais.

2. DADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

1.1Quantitativo (atendimento por Núcleos especializados)

ATENDIMENTOS REALIZADOS NAS SALAS 01 E 06
--

NÚCLEOS DE ATENDIMENTO	QUANTITATIVO
Execução Penal	88
Atendimentos em Unidades Prisionais	352
Registro Público	365
Família	57
Cível	04
Infância	78
Saúde	20
Moradia	41
Ato infracional	18
Mulher	20
LGBT	10
Idoso	09
TOTAL	1.062

ATENDIMENTOS CENTRAL DE REGISTRO CIVIL - CRC	
NASCIMENTO	CASAMENTO
25	09
Total: 34	

VISITAS	
VISITAS INSTITUCIONAIS	VISITAS DOMICILIARES
63	19
Total: 82	

DOCUMENTOS OFICIAIS		
OFICIOS	COMUNICAÇÃO INTERNA	ENCAMINHAMENTOS
383	253	112

ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS

ATENDIMENTOS REALIZADOS NA DPE/2020	
NÚCLEO DE ATENDIMENTO	QUANTITATIVO
Acolhimento Psicológico Online	456
Esponânea	15
Família	12
Infância	14
Saúde	03

CIAPD	66
Direitos Humanos	02
Recepção	02
Moradia	01
DPE-Núcleo Raposa	02
TOTAL GERAL	573

VISITAS / ENCAMINHAMENTO E MEDIAÇÕES	
VISITAS	QUANTITATIVO
Domiciliar	05
Institucional	04
MEDIAÇÕES	08
ENCAMINHAMENTOS	19

1.2 Quantitativo de Atendimento (por projeto)

PROJETO FORTALECENDO OS VÍNCULOS FAMILIARES

MESES	1º EMISSÃO	RECONHECIMENTO	TARDIO
JANEIRO	08	14	02
FEVEREIRO	12	07	03
MARÇO	02	04	-
JULHO	04	01	01
AGOSTO	04	02	03
SETEMBRO	10	18	06
OUTUBRO	06	06	05
NOVEMBRO	06	11	-
DEZEMBRO	05	06	02
TOTAL	57	69	22
TOTAL GERAL	148		

PROJETO PAIS E FILHOS: RECONHECER É UM ATO DE AMOR

MÊS	QUANTIDADE DE ATENDIMENTO
JANEIRO	06
FEVEREIRO	05
MARÇO	04
ABRIL	-
MAIO	-

JUNHO	-
JULHO	01
AGOSTO	04
SETEMBRO	01
OUTUBRO	02
NOVEMBRO	06
DEZEMBRO	02
TOTAL	29

PROJETO EM DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, CONVÊNIO Nº 001/2019/SEMCAS

ATENDIMENTOS REALIZADOS (Janeiro a Setembro de 2020)	
ATENDIMENTO SOCIAL	ATENDIMENTO PSICOLÓGICO
71	157
Total: 228	

VISITAS (Janeiro a Setembro de 2020)	
VISITAS INSTITUCIONAIS	VISITAS DOMICILIARES
09	30
Total: 39	

AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS (Janeiro a Setembro de 2020)	
MARÇO/2020	Setembro 2020
10	10
Total: 20	

PROJETO “RESPEITAR A DIFERENÇA É VIVER SEM DIFERENÇA” CONVÊNIO Nº 878382/2018- SNC/MDH, CELEBRADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA DO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
Atividades desenvolvidas Janeiro a novembro de 2020.

ATENDIMENTOS	
JURÍDICO	PSICOSSOCIAL LGBT
47	18
Total Geral: 32	

AÇÕES	
EDUCAÇÃO EM DIREITOS	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS
06 - Viagem Viana Viagem Itapecuru	02

Total Geral: 08

VISITAS INSTITUCIONAIS		VISITAS DOMICILIARES	
06		-	
Total Geral: 32			

PROJETO PILOTO FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA E IMPLANTAÇÃO DA VISITA VIRTUAL PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE DO ESTADO DO MARANHÃO, CONVÊNIO SICONV Nº 880896/2018, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO E SEGURANÇA PÚBLICA, POR MEIO DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Núcleo de Execução Penal São Luís

JURÍDICO	SOCIAL	PSICOLÓGICO ⁶	VISITA VIRTUAL
822	685	143	-
TOTAL GERAL: 1.650			

VISITAS Janeiro a novembro de 2020

VISITAS INSTITUCIONAIS		VISITAS DOMICILIARES	
08		07	
TOTAL : 15			

Conforme o quantitativo de procedimentos realizados pela equipe técnica, em especial, a elaboração de estudos, relatórios e ofícios, destaca-se o tempo despendido para elaboração destes. Assim, tendo em vista a logística atual e a crescente demanda de atendimento, que por vezes deixa a equipe com acúmulo de trabalho, sugere-se avaliação e elaboração de novas estratégias, para reorganização da dinâmica de atendimento do setor.

ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL - NÚCLEO DE DIREITO HUMANOS

ATENDIMENTO	
Publico - alvo / Atendimento Geral	

⁶Profissional afastada entre os meses março a julho 2020



<ul style="list-style-type: none">• Atendimento de Pessoa em Situação de Rua (Serviço Social e Jurídico).	120	
<ul style="list-style-type: none">• Emissão de 2ª via de Certidão de Nascimento (trabalho remoto)		
<ul style="list-style-type: none">• Solicitação de Benefícios Sociais (Recambio, Aluguel Social, Programa Minha Casa, Minha Vida, Acolhimento Institucional) (trabalho remoto)	15	
<ul style="list-style-type: none">• Consulta de Processos Criminais. (trabalho remoto)	07	
<ul style="list-style-type: none">• Atendimento Violência Policial (trabalho remoto)	16	
<ul style="list-style-type: none">• Atendimento Conflitos Agrários e Fundiários (Comunidades Quilombolas e Indígenas). (trabalho remoto)	13	
<ul style="list-style-type: none">• Atendimento Interesses Difusos e Coletivos (Vendedores Ambulantes) (trabalho remoto)	04	
<ul style="list-style-type: none">• Atendimento de Pessoas Desaparecidas (trabalho remoto)	02	
<ul style="list-style-type: none">• Retornos e reincidências (trabalho híbrido)	09	
<ul style="list-style-type: none">• Orientação Social (trabalho remoto)	15	
<ul style="list-style-type: none">• Visitas Institucionais	não realizadas	
<ul style="list-style-type: none">• Capacitação/ Reunião (on-line)	Reuniões 04	54 pessoas
Outras atividades (Palestras, Seminários, Oficinas, Feiras e Outros)	Não realizadas	-
TOTAL GERAL DE ATENDIMENTOS		255

Observações: Durante o ano de 2020 o NDH não realizou trabalhos coletivos como as ações de serviços para a população indígenas, quilombolas e população em situação de rua devido a pandemia do COVID-19. A maioria dos atendimentos foram realizados virtualmente.



ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL - NÚCLEO REGIONAL DE IMPERATRIZ

MARÇO		
Demandas	Quantidade	Encaminhamentos
Violência domestica	4	CRAM, CREAS
Idoso	2	CREAS, Saúde
Infância	1	
Rec. de Paternidade	2	

ABRIL		
Demandas	Quantidade	Encaminhamentos
Violência domestica	6	CRAM, Saúde Mental
Infância	2	Con. Tutelar, CREAS
Rec. de paternidade	2	

MAIO		
Demanda	Quantidade	Encaminhamentos
Violência domestica	5	CRAM
Rec. Paternidade	3	

Evento:
Webinário: Trabalhando em Rede Pelas Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual.

JUNHO		
Demandas	Quantidade	Encaminhamentos
Violência domestica	8	CRAM, CRAS, Saúde Mental
Saúde	3	
Infância	2	
Registro Publico	1	CREAS

Evento:
Webinário: Trabalho Infantil; Mitos e Verdades

JULHO		
Demandas	Quantidade	Encaminhamentos
Violência domestica	8	CRAM
Rec. Paternidade	2	
Registro Publico	1	



AGOSTO

Violência doméstica	9	CRAM, CREAS
Saúde	2	
Visita domiciliar	2	

Evento:
Articulação com secretários de educação dos 4 municípios que compõe a Comarca de Imperatriz (Defensor e Promotor da Infância)

SETEMBRO

DEMANDAS	Quantidade	Encaminhamentos
Violência doméstica	10	CRAM, CRAS
Infância	1	CRAS
Visita Domiciliar	6	

OUTUBRO

DEMANDAS	Quantidades	Encaminhamentos
Violência doméstica	11	CRAM,
Saúde	3	Captação de orçamentos, junto a hospitais da Capital e de outros Estados.
Família	1	
Visita domiciliar	1	
Cível	2	Saúde Mental e NASF
Registro Publico	1	

NOVEMBRO

Demandas	Quantidades	Encaminhamentos
Violência doméstica	13	CRAM, CRAS, CREAS
Saúde	6	
Família	1	

Evento:
Seminário: Os Desafio da Mulher Preta

DEZEMBRO

Demandas	Quantidade	Encaminhamentos
Violência doméstica	8	
Infância	2	
Visita Domiciliar	1	

Eventos:
Webinário; Violência Contra a Mulher e o Femicídio no Brasil.
Dia do Laço Branco (Palestra): Homes Pelo Fim da violência Contra a Mulher

ATENDIMENTO AO PÚBLICO - GERAL

A seguir destaca-se a série histórica com os dados gerais sobre a expansão institucional e os atendimentos realizados ao longo de cinco anos pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

Dados Gerais - Série Histórica						
ASPECTOS	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Nº Defensores	141	161	173	189	186	197
Nº de Comarcas	35	37	39	39	39	45
Nº de Municípios	76	80	84	84	84	95
Nº de Atendimentos	294.119	383.413	424.920	434.548	458.450	245.800

MEDIDAS ADOTADAS PARA O RETORNO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL DO ÓRGÃO, SE EXCEDENTE, AO RESPECTIVO LIMITE, OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 23 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 (LRF)

Foi observado o limite legal para gastos com pessoal, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 10.292, de 04 de agosto de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº 10.405, de 30 de dezembro de 2015.

DILIGÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Não houve.

São Luís (MA), 31 de março de 2021

Alberto Pessoa Bastos
Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão